

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:
ACIDENTES E REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

JOSÉ ROBERTO BATISTA

**GOIÂNIA
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ ROBERTO BATISTA

**OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:
ACIDENTES E REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marta Rovey de Souza

**GOIÂNIA
2010**

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Dissertação intitulada “*Operários da Construção Civil: acidentes e reinserção no mercado de trabalho*”, de autoria do mestrando José Roberto Batista, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores (as):

Prof^ª. Dr^ª. Marta Rovey de Souza – FCS/UFG – Presidente da Banca

Prof^ª. Dra. Ana Maria Nogales Vasconcelos - UNB

Prof^º. Dr. Revalino Antonio de Freitas – FCS/UFG

Prof^º. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro – FCS/UFG (Suplente)

Goiânia, ____ de _____ de 2010.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo conhecer como ocorre o processo de reinserção no mercado de trabalho dos operários que sofreram acidentes de trabalho e ficaram com incapacidade física parcial, estabelecendo-se como recorte os trabalhadores da construção civil na cidade de Goiânia. Optou-se por esses trabalhadores porque eles utilizam à força física e habilidades manuais no processo produtivo, expondo seus corpos constantemente aos riscos de um acidente. Buscou-se apresentar uma análise da transição da sociedade industrial para a sociedade de risco, socialização no trabalho até a consolidação da sociedade salarial e as transformações ocorridas no processo de reestruturação produtiva, do fordismo à acumulação flexível. Para isso destacaram-se dois grupos de autores, no primeiro estão Anthony Giddens e Ulrich Beck que discutem as conseqüências da modernidade. O segundo é formado pelos autores que investigam o mundo do trabalho, decidiu-se por aqueles que entendem a centralidade do trabalho enquanto categoria de análise, dentro de uma visão marxista, objetivando as relações sociais e as formas de organização do trabalho no contexto sócio-econômico que as envolvem. Contextualizaram-se os acidentes e mercado de trabalho como fatores que beneficiam a “des-socialização” dos trabalhadores. Para a compreensão da gravidade dos acidentes no mundo do trabalho, utilizou-se como principal fonte de dados as bases oficiais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados indicaram um cenário precário da situação internacional em relação aos acidentes de trabalho. A OIT estima que anualmente ocorram 2,2 milhões de mortes decorrentes de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho. No Brasil, estima-se que aconteçam três mortes a cada duas horas e três acidentes não fatais a cada minuto. Houve também a constatação que no setor da construção aconteceram os maiores índices de acidentes no trabalho. Em razão disso, esses dados consultados evidenciaram que os operários da construção civil desenvolviam suas atividades em condições precárias. O trabalho de campo utilizou duas técnicas de pesquisa qualitativa - observação participante e entrevistas semi-estruturadas. A observação participante permitiu a visibilidade de um canteiro de obra e atuação dos operários frente ao processo produtivo. Constatou-se que os riscos de danos à saúde do trabalhador são resultados das condições precárias do ambiente de trabalho e prática de atos inseguros como, por exemplo, o não uso devido dos EPI's. Essas práticas de atos inseguros foram analisadas com base nas Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. As oito entrevistas realizadas permitiram conhecer a percepção dos acidentados sobre sua profissão, segurança, prevenção de acidentes, acidente de trabalho e retorno às suas atividades laborais. Os relatos apresentados pelos acidentados revelaram o trabalho como meio fundamental de inserção social, todavia os acidentes de trabalho deixaram seqüelas que impediam o retorno às suas atividades laborais.

Palavras-chave: Acidentes de trabalho, Construção Civil, Modernidade, Sociedade de risco, Socialização e “Des-socialização”

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	06
2	ESBOÇO DE UM ESTUDO SOBRE A MODERNIDADE E SOCIEDADE DE RISCO.....	10
2.1	Modernidade.....	11
2.2	Desvendando a dicotomia: Tradicional e o Moderno.....	16
2.3	Conseqüências da Modernidade.....	18
2.4	Sociedade de Risco.....	27
3	SOCIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	34
3.1	Sociação no Trabalho.....	35
3.2	Processo de Reestruturação Produtiva: Fordismo à Acumulação Flexível.....	40
3.3	Setor da Construção versus o Processo de Reestruturação Produtiva.....	46
3.4	Sociedade Salarial.....	50
4	“DES-SOCIALIZAÇÃO”: ACIDENTES E MERCADO DE TRABALHO.....	55
4.1	Teorias de Acidentes Aplicadas à Legislação.....	56
4.2	Teoria Sociológica dos Acidentes de Trabalho.....	58
4.3	Legislação de Acidentes e Saúde do Trabalhador.....	62
4.4	Acidentes de Trabalho.....	67
4.5	Mercado de Trabalho.....	74
5	TRABALHO DE CAMPO.....	81
5.1	Percurso Metodológico.....	81
5.2	Análise e Resultados.....	88
5.2.1	Organização de Trabalho e os Riscos de Acidentes.....	88
5.2.2	Perfil dos Participantes.....	95
5.2.3	Evidenciando os Depoimentos.....	98
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS.....	118
	ANEXOS.....	125
	Anexo A.....	126
	Anexo B.....	129
	Anexo C.....	130
	Anexo D.....	132
	APÊNDICES.....	133
	Apêndice A (fotos).....	134

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregos e Desempregos
CAT – Comunicação de Acidentes de Trabalho
Cerest – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EPI – Equipamento de Proteção Individual
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
MPS – Ministério da Previdência Social
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NR – Norma Regulamentadora
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PIB – Produto Interno Bruto
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
Renast – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUS – Sistema Único de Saúde
UFG – Universidade Federal de Goiás

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Acidentes e mortes no trabalho no mundo – 2006.....	68
Tabela 02	Número de acidentes e doenças do trabalho no Brasil - 1970-2004.....	70
Tabela 03	Óbitos registrados por acidentes de trabalho em Goiânia (GO) – 2004- 2008	70
Tabela 04	Benefícios requeridos através CAT gerados na cidade de Goiânia (GO) – 2006-2009.....	73
Tabela 05	Número de empregos – Setores de Atividade Econômica – Brasil - 2007- 2008.....	78
Tabela 06	Evolução do emprego por setor de atividade econômica – Goiânia (GO) - 2007 – 2009.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Informações da inspeção em segurança e saúde no Brasil – Acumulado – Janeiro à Agosto – 2009.....	71
Quadro 02	Informações de acidentes de trabalho registrados na construção civil, no Brasil, Região Centro Oeste e no Estado de Goiás – 2002-2006.....	72
Quadro 03	Caracterização dos participantes das entrevistas.....	96
Quadro 04	Caracterização analítica dos acidentados.....	109

1 - APRESENTAÇÃO

O interesse pelos estudos da reinserção no mercado dos operários da construção civil que sofreram acidentes de trabalho, partiu-se da constatação de que, neste setor, o processo produtivo depende da habilidade manual e do esforço físico dos trabalhadores. Em razão disso, constata-se que o corpo nessas situações de interação é um componente predominante, uma vez que é uma ferramenta indispensável no processo construtivo. Para Mauss (2003), “o corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem” (p.407).

Considerando que os seres humanos são corpóreos, e que o corpo não é algo que se limita apenas em ser puramente físico, fonte de prazer e de dor, que existe separado da sociedade. De fato, entende-se que os corpos são profundamente afetados pelas experiências sociais, normas e valores. É compreensível, portanto, que o corpo é moldado pelo contexto social e cultural em que o indivíduo se insere.

Atualmente, as relações de interação estão inseridas no contexto da modernidade e globalização, de tal modo que as relações sociais estão em constantes transformações e sujeitas a riscos que afetam diretamente o corpo dos indivíduos, causando-lhe danos à saúde. As instituições e os sistemas responsáveis de proporcionar cuidados aos trabalhadores estão sempre em processos de adequação para minimizar e informar os riscos existentes na busca de promover e preservar a saúde.

A noção de risco se torna central numa sociedade moderna, que está deixando o modo tradicional de se fazer às coisas, e ingressando em um futuro incerto. Esse entendimento aplica-se tanto aos riscos institucionalizados quanto aos demais, acidentais. Em tempos de modernidade, segundo Giddens (2002), “o que tende a tornar o ambiente de risco difícil de ser enfrentado é antes a escala de penalidades em consequência de se ter tomado a decisão errada” (p.108).

Para o autor, nas condições de modernidade, algumas noções de destino, coisa predeterminada, podem ainda existir. Mas, em sua maioria é inconsciente, já que a visão de risco se torna elemento essencial. Aceitar o risco como risco, orientação que é infligida pelos sistemas abstratos da modernidade, significa

reconhecer que os indivíduos não seguem um caminho predestinado, e sim, todos estão expostos a fatos contingentes.

Os sistemas abstratos, fichas simbólicas e sistemas peritos, referem-se aos mecanismos de desencaixe intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das sociedades modernas. As fichas simbólicas significam que os meios de intercâmbio podem ser circulados sem ter vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer situação específica, tais como os meios de legitimação política e o dinheiro. Sistemas Peritos são os sistemas de excelência técnica ou competência profissional que se organizam as grandes áreas dos ambientes: material e social (GIDDENS, 1991).

Diante das transformações da sociedade industrial, surge uma sociedade reflexiva que implica em uma radicalização da modernidade, e abrir caminhos para uma outra modernidade. O outro lado desse processo é a emergência da sociedade de risco. Na sociedade de risco, sob vários aspectos os riscos sociais, econômicos, políticos e individuais fogem do controle das instituições que protegiam a sociedade industrial (BECK, 1997).

Nesse contexto, em tempos de sociedade de risco é polêmico afirmar que o trabalho tem importância fundamental na construção e socialização do ser humano, mas não é possível negar que as sociedades modernas se constituíram baseadas no trabalho. Por essa razão, é importante entender a socialização no trabalho como a interiorização de subdivisões de mundos institucionais especializados, aquisição de saberes específico e de papéis direta e indiretamente sustentos na divisão social do trabalho. Neste estudo, portanto, procura-se destacar a relevância do trabalho na socialização do indivíduo, não só economicamente, mas também no campo psicológico e cultural.

O problema central da investigação sociológica neste trabalho, consistiu em verificar esta hipótese, se os acidentados da construção, com reabilitação parcial, ao retornar ao mercado de trabalho encontram dificuldades para a realização da mesma atividade, uma vez que o processo produtivo exige força física e habilidade manual. Partindo da concepção que os acidentes de trabalho e o mercado são elementos que atuam como fatores impeditivos à integração social plena dos operários com capacidade laboral parcial.

Esta pesquisa orienta-se pela perspectiva da fenomenologia, interacionismo simbólico, dialética marxista fazendo uma junção da ação e da estrutura, buscando a superação do subjetivismo e do objetivismo, e para a construção do risco adota-se uma perspectiva construtivista, que é condicionada pela sua abordagem realista sobre a natureza incontornável das ameaças da modernidade. As teorias de Giddens e de Beck dão sustentação a este estudo, na medida em que permitem analisar as mudanças ocorridas na estrutura organizacional social durante a transição da sociedade industrial para a sociedade de risco.

A discussão do tema proposto exigiu uma discussão do mundo do trabalho, optou-se pelos autores que entendem a centralidade do trabalho enquanto categoria de análise e fazem uma crítica do processo de trabalho dentro de uma visão marxista, e nesta perspectiva objetivam as relações sociais e as formas de organização do trabalho no contexto sócio econômico que as envolve. Por exemplo, os estudos apresentados por Castel, que discutem a categoria trabalho para além das relações técnicas de produção, estabelecem-se num feixe de relações sociais, culturais e identitárias de indivíduos e grupos coletivos.

Nessa perspectiva, a reflexão epistemológica centrada nos acidentes de trabalho sustentou-se nos estudos do pesquisador Dwyer que foca a temática na produção e prevenção de acidentes. Ampliou-se o conhecimento buscando o que tem sido abordado por estudiosos de outras ciências, Engenharia e Saúde, que fazem abordagens a respeito de temáticas relacionadas com acidentes, construção civil e saúde do trabalhador, tais como: Machado e Gomez (1994), Pepe (2002), Paulilo e Dal Bello (2002), Facchini et al (2005) e Tomasi (2005).

A escolha desses autores para a fundamentação teórica partiu da concepção de que as teorias devem ser utilizadas na medida em que proporcionam uma faculdade explicativa a respeito de algumas características da realidade da qual a pesquisa se propõe a estudar. Nos termos de Haguette (2005), “na sociologia não existe uma teoria suficientemente abrangente para comportar todos os fenômenos sociais e muito menos fornecer todas as respostas passíveis de serem levantadas” (p.18).

A presente dissertação é composta de quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma análise das transformações pelas quais passou a sociedade industrial,

com a finalidade de mostrar as mudanças ocorridas nas sociedades tradicionais, modernas e o papel desempenhado pela globalização neste processo. Além disso, discorrer a respeito dos riscos que os indivíduos estão expostos. Os autores que dão suporte a estes temas são Giddens e Beck que exploram o viver na modernidade, considerando que a vida social moderna introduz novas formas de perigo que a humanidade precisa enfrentar.

O segundo capítulo é dedicado ao mundo do trabalho, faz-se uma análise da socialização no trabalho e uma discussão das transformações ocorridas na organização social do trabalho, apoiando-se nas teorias oferecidas por Harvey e Castel. Definem-se, neste contexto, o processo de reestruturação produtiva, do fordismo à acumulação flexível, o comportamento do setor da construção civil perante a esse processo e a sociedade salarial.

O terceiro capítulo é voltado para um estudo dialético da socialização, considerando os acidentes e mercado de trabalho como fatores impeditivos a uma socialização plena dos indivíduos. A esse respeito, é feita uma contextualização das teorias jurídica e sociológica a respeito de acidentes, como também estudos de leis, políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador e do mercado de trabalho. Para isso, foram utilizadas pesquisas às legislações que tratam de segurança, prevenção e acidentes de trabalho, e aos dados estatísticos sobre acidentes e mercado de trabalho no setor da construção civil.

Por fim, no quarto capítulo relata-se o trabalho de campo, apontando o caminho metodológico utilizado e as estratégias definidas para atingir o objeto de estudo, com a discussão dos seus pressupostos que nortearam as técnicas da pesquisa. A análise e resultados oferecem as observações realizadas no canteiro de obras, perfil dos operários acidentados, que aceitaram participar desta pesquisa, e suas informações advindas das entrevistas realizadas sobre prevenção, acidentes e do processo de reinserção no mercado de trabalho.

2 - ESBOÇO DE UM ESTUDO SOBRE A MODERNIDADE E SOCIEDADE DE RISCO

[...] Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia (BERMAN, 1987, p.15).

Dentro de uma perspectiva histórico-social compreende-se que o capitalismo intensificou o seu desenvolvimento na Revolução Comercial, Sécs. XVI e XVII, todavia, após a metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, houve um desvio significativo na acumulação de riquezas para o setor de produção. Isso foi o início da sociedade industrial ou moderna, que se caracterizou pela organização racional do trabalho – liberdade de trocas e busca do lucro por parte dos empresários e comerciantes, concentração dos trabalhadores no local de trabalho (fábricas) e nas periferias das cidades.

Os estudos sociológicos desde o seu início se dedicam à análise do trabalho na sociedade moderna, pois, em suas mais diversas perspectivas e concepções de mundo, os autores clássicos, cada um a seu modo preocupou-se com as relações que se construíram nele e a partir dele. Para Marx com a industrialização ocorreu a formação das classes modernas – burguesia e proletariado e o desenvolvimento das lutas de classes, já Weber ressaltava a importância do trabalho burocrático e racionalmente organizado, enquanto Durkheim considerava que o desenvolvimento das sociedades modernas estava atrelado à divisão do trabalho social.

Diante dessas considerações, a partir de uma breve investigação dessas mudanças e de seus impactos sociais, optou-se por analisar as grandes transformações pelas quais passou a sociedade contemporânea por meio de uma exposição geral e sistemática sobre modernidade, simples e reflexiva, e da sociedade de risco.

Para Bourdieu (2002), todo trabalho científico exige pressupostos teóricos, que precisam estar presentes durante todo o processo construtivo da pesquisa, uma vez que “por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada” (p.48).

Desta forma, recorre-se às teorias sociológicas sobre modernidade e sociedade de risco para dar embasamento a esta pesquisa. Inicia-se pela discussão do processo de modernização com os pensamentos de Anthony Giddens explicando os movimentos históricos das sociedades tradicionais às modernas e o papel desempenhado pela globalização na aceleração do processo de modernização. Além dos riscos e perigos que os atores sociais estão expostos, bem como a confiança e a segurança que lhes proporcionam oportunidades de auto-realizações, dos mecanismos complexos que separam o moderno do pré-moderno, sistemas de desencaixe dos sujeitos de seus contextos específicos por meio do tempo e espaço e ainda sobre a reflexividade dos atores sociais para a compreensão do contexto da sociedade moderna.

Os pensamentos a respeito da sociedade de risco e suas conseqüências serão analisados a partir da perspectiva teórica de Ulrich Beck, considerando que os riscos são sociais, políticos, econômicos e individuais e tendem a escapar do controle das instituições que protegem a sociedade capitalista.

2.1 - Modernidade

As tradições teóricas de destaque na sociologia, incluindo as que derivam dos escritos de Marx, Durkheim e Weber, apresentam a tendência de cuidar de uma única dinâmica de transformação ao interpretar a natureza moderna. Os autores influenciados por Marx entendem que a força transformadora que modela o mundo moderno é o capitalismo, ou seja, a ordem social emergente da modernidade é capitalista tanto em seus sistemas econômicos como em suas outras instituições, os quais se explicam como um resultado do ciclo investimento/lucro/investimento.

No entanto, esse ponto de vista foi criticado por Durkheim e Weber. O primeiro falou sobre a natureza das instituições modernas até o impacto da industrialização, entendendo que a competição capitalista não é o elemento central da ordem industrial emergente, via como secundárias e marginais algumas das características sobre as quais Marx pusera tanta ênfase, para Durkheim o caráter de rápida transformação da vida social moderna não deriva essencialmente do capitalismo, mas de uma complexa divisão social do trabalho.

Weber calcava-se na idéia de capitalismo ao invés da existência de uma ordem industrial, caracterizando-o como um capitalismo racional, compreendia os mecanismos econômicos especificados por Marx, incluindo a transformação do salário em mercadoria, e ainda a racionalização que se expressa na tecnologia e na organização das atividades humanas. Contudo, entre ambos existe uma diferença importante, que vale a pena lembrar, segundo Weber a principal característica da sociedade moderna e do capitalismo é a racionalização burocrática.

Giddens (1991) não concebe essas questões singularmente, ampliando a discussão, sugere que a modernidade seja multidimensional no âmbito das instituições e capture as características específicas do Estado-Nação, ou seja, um tipo de comunidade que contrasta de maneira radical com os Estados pré-modernos. O distanciamento tempo-espaço é muito maior, ocorre mais do que uma simples expansão dos sistemas sociais¹ na maneira de envolver o tempo e o espaço. Agora é preciso “olhar com alguma profundidade como as instituições modernas tornaram-se situadas no tempo e no espaço para identificar alguns traços distintivos da modernidade como um todo” (ID, 23).

Nesse sentido, a modernização reflexiva, período da alta modernidade, é determinada por grandes mudanças sociais as quais Giddens (1991) chama de “as conseqüências da modernidade” que irão desnudar o nível de segurança, de confiança, de perigo e de risco. Ao lado dessas manifestações, Beck(1997) denomina tudo isso de “a sociedade de risco”, entendendo que os fenômenos resultantes dos impactos da globalização, as mudanças ocorridas na vida cotidiana e pessoal e o

¹ Sistemas sociais – a padronização das relações sociais ao longo do tempo-espaço, entendidas como práticas reproduzidas (GIDDENS, 1991).

surgimento da sociedade pós-tradicional irão escapar do escopo da modernidade ocidental para alcançarem o mundo todo e a um só tempo.

Sob vários aspectos, esses acontecimentos indicam que modernização não transcorre de maneira única e uniforme pelas diversas regiões do globo. Na opinião de Giddens (1991), a globalização não é uma mera continuação da expansão do capitalismo e do Ocidente, tendo em vista que ela se instala por meio de uma qualidade diferente, principalmente, na sua instantaneidade. Por outro lado, apesar de ser paradoxal, ela inter-relaciona o global e o local, proporcionando novas formas de estratificação social e as diásporas culturais.

Os principais efeitos dessa nova realidade globalizada são os mecanismos de desencaixe - os esvaziamentos dos contextos locais de ação, considerando que a sua reestruturação surge por meio de extensões indefinidas de tempo-espço. Assim, isso provoca uma forte destradicionalização e o surgimento dos sistemas abstratos, denominados de fichas simbólicas e sistemas peritos. Os sistemas abstratos caracterizam perfeitamente o distanciamento produzido na alta modernidade, pois dão origem as instituições modernas cuja atuação abrange vastas distâncias. Contudo, as regularidades dos sistemas abstratos dependem da confiança dos indivíduos que se funda na suposição da competência técnica (GIDDENS, 1991).

Observa-se que, segundo o autor, sob os impactos das influências da globalização e destradicionalização, diversos aspectos da vida cotidiana ficam esvaziados de habilidades desenvolvidas localmente, principalmente, quando são invadidos pelos sistemas peritos. Mas, de outro lado, os sistemas especializados não se limitam apenas “às áreas tecnológicas, estendem-se às próprias relações sociais e às intimidades do eu” (ID, 2002, p.24).

Nota-se com isso a radicalização do desencaixe, que começa a se consolidar na modernização simples, consolidando-se na modernização reflexiva e acelerando-se com o advento da globalização. No contexto da incerteza artificial, cabe aos técnicos e políticos incentivar que os indivíduos e as instituições depositem confiança nos sistemas abstratos.

Parece evidente que a sociedade se encontra frente a um paradoxo, já que o projeto iluminista visava produzir o controle através do acúmulo de conhecimento. Agora, o que fazer com essa gama de conhecimento que apenas gerou incerteza, fragilidade, reflexividade e mais sistemas abstratos que exigem a confiança dos indivíduos e da coletividade? Apesar disso, não se pode renunciar ao conhecimento para lidar com o mundo, o que é na verdade impossível. Mas, pode-se confiar e excluir a temeridade dos riscos dos acontecimentos futuros para outra instância ou tornar-se ciente dos riscos e sofrer as consequências, entendendo que o controle e reparo dos danos são fundamentais à reorganização da modernidade.

Capta-se o entendimento de Giddens (1991) a respeito da modernidade como sendo inerentemente reflexiva, ou no atual estágio da modernidade o progresso pode se transformar em autodestruição, onde um tipo de modernização destrói o outro e o modifica. Igualmente, Beck (1997) entende que na modernidade reflexiva fica a possibilidade de se reinventar, ou repensar, a civilização industrial, sugerindo uma (auto) destruição criativa, e assim exemplifica:

[...] em virtude do seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis de sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso. Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que chamo de etapa da modernização reflexiva. (p.12).

Beck (1997) rejeita uma aproximação com o discurso marxista que defende a latência da mudança social e, também, com o funcionalismo que defende a imanência da mudança social, propondo que as mudanças que hoje acompanhamos não decorrem necessariamente de uma revolução “*strictu sensu*” da crise, ou da transformação social. Para o autor é possível que essas mudanças possam superar esses momentos, podendo até mesmo ocorrer de forma não intencional e sem influência política, reforçando o alto grau da contingência que desafia as teorias sociais até então fundamentadas nas instituições modernas, que na maioria das vezes formaram-se nos fóruns de decisões políticas.

Porém, no seu desenrolar, a modernidade reflexiva se transforma, tornando alguns aspectos da sociedade industrial socialmente e politicamente problemáticos, “a sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas” (BECK, 1997, p.16). A radicalização da modernidade abre caminho para uma outra modernidade, cuja transição ocorre de forma indesejada, des- percebida e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, en- tretanto, seguindo o padrão dos efeitos secundários ocultos.

Destarte, isso contribui para o entendimento da modernidade e também para a compreensão da incerteza do planejamento gerado pelas teorias de desenvolvimento tradicionais e da necessidade de revê-las. Vinculando-se à reafirmação de que a sociedade de risco não foi em si uma opção, mas decorrência da continuidade dos processos de modernização autônoma, "que são cegos e surdos aos seus próprios efeitos e ameaças" (ID, 16).

Na opinião de Beck (1997), subpolítica² resulta de um renascimento não institucional do político que se encontra paralelo ao vazio político das instituições, mas refere-se ao oposto de um processo de despolarização. Portanto se assim fosse, significaria a disseminação de um engajamento político e de um ativismo derivado da política que migrou do parlamento para grupos de pressão uni-direcionados na so- ciedade, por exemplo, os movimentos em defesa da natureza, aos direitos da mulher, contra as discriminações raciais entre outros.

Beck (1997) observa que as questões de risco não são questões de ordem, e sim passíveis de uma solução positiva pela autocrítica, reconhecendo as próprias in- certezas geradas e a imprevisibilidade. Mas o que é da maior importância que se co- loca às ciências, principalmente, as sociais: será que a nova imprevisão e desordem fabricadas sofrerão oposição segundo o padrão do controle racional instrumental, que sempre recorre às velhas ofertas da sociedade industrial - mais tecnologia, mer-

² Subpolítica significa moldar a sociedade de risco de baixo para cima. Visto de cima, isto resulta na perda do poder de implementação, no encolhimento e na minimização da política. Por outro lado, o poder aumentaria na ordem inversa, ou seja, no despertar de uma subpolitização, na qual as oportunidades de se ter voz e participação na sociedade surgem dos grupos que não estavam engajados na tecnificação essencial e no processo de industrialização, por exemplo, os cidadãos, os movimentos sociais e os trabalhadores no local de trabalho (BECK, 1997).

cado, governo? Ou se iniciam aqui um repensar e uma nova maneira de agir, que aceitam e afirmam a ambivalência com conseqüências de longo alcance para todas as áreas da ação social?

Feitas essas considerações, para se fazer uma síntese a respeito das relações existentes entre ciências sociais e modernidade, num caminho de discussão do desenvolvimento, inclui rever, ou descartar, a crença no mito do desenvolvimento amparado nas dimensões ilimitadas do crescimento. Pois, percebe-se que essas relações foram asseguradas dentro das atividades econômicas, que acabaram por gerar riscos individuais e globais em nome de um progresso. É compreensível, portanto, que a sociedade moderna está pautada no princípio da escassez que se transforma em uma sociedade progressivamente saturada, diante de incongruências e efeitos não previstos, produzindo e distribuindo de forma desigual riscos sociais e ambientais que demonstram o esgotamento do estilo atual de desenvolvimento.

De acordo com o entendimento de Beck (1997), nos dias atuais, discutir o desenvolvimento significa estar disposto a deixar de lado grande parte do instrumental que as Ciências Sociais utilizaram para decifrar e planejar a modernidade econômica, uma vez que a força analítica dos modelos explicativos dessas ciências entra em crise ao se confrontar com o cenário da alta contingência que desestabiliza as certezas no nível prático ou teórico. Tudo isso é reafirmado pela crise institucional que se abate sobre o sistema burocrático do Estado, que leva consigo as esperanças de sacramentar o bem-estar social. Por outro lado, isso não deve ser considerado um fator impeditivo às conquistas sociais porque permite a redefinição de atuação de temas a serem debatidos na sociedade por meio da subpolítica.

Diante desta instabilidade que é fruto da desorganização da modernidade, torna-se difícil o seu planejamento, pois existem muitas incertezas sobre o caminho a construir. Assim sendo, os programas alternativos para o seu desenvolvimento da modernidade precisam atender suas especificidades e entender que o seu alcance é limitado.

2.2 - Desvendando a Dicotomia: Tradicional e Moderno

Para compreender a modernidade é necessário fazer uma correlação entre o antigo e o moderno. Nos dizeres de Giddens (1991), a tradição é a cola que une as ordens sociais pré-modernas e, de alguma forma, envolve e controla o tempo. Em outras palavras, a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma influência significativa no presente.

A tradição integra e monitora a ação à organização tempo-espaial da comunidade, sendo passado, presente e futuro, um elemento intrínseco e inseparável da comunidade. Também envolve o ritual e este constitui um meio prático de preservação, pois, reforça a experiência cotidiana e refaz a união da comunidade além de possuir um campo e uma linguagem próprios e uma verdade em si – uma verdade estabelecida. A verdade estabelecida na qual se funda o ritual necessita de um intérprete, que é o guardião da tradição. Ele se caracteriza pelo seu “*status*” e pelo seu papel que ocupa na ordem tradicional, pois se sustenta no mistério, na crença e no sentido místico, não obstante o seu conhecimento difere do perito - o especialista da ordem social moderna.

Nas condições da modernidade, o ritual é reinventado e reformulado, o mesmo acontecendo com o guardião, que é substituído pelo especialista - o perito. A modernidade reincorpora a tradição, reinventa-a. Nesse sentido expressa continuidade, visto que grande parte dos valores relacionados à tradição permanece e se reproduzem no âmbito da comunidade local.

De fato as primeiras instituições da modernidade não podiam desconsiderar a tradição preexistente, porque dependia delas em vários aspectos, por exemplo, o sistema de poder do Estado nascente continuava a pressupor a segmentação da comunidade local. Após a consolidação do Estado-Nação e da generalização da democracia nos séculos XIX e XX, constata-se que a comunidade local começou efetivamente a se fragmentar, e por isso “a população em geral tornou-se mais intimamente ligada aos sistemas de integração que perpassavam o âmbito da comunidade” (GIDDENS, 1997, p.115). Todavia, a modernidade teve que inventar tradições e romper com a tradição radical, isto é, com aqueles valores vinculados ao passado pré-moderno. Nesse sentido, expressa descontinuidade, em outras palavras,

a ruptura entre o que se apresenta como o moderno e o que persiste como herança do antigo.

A modernidade expressa a ruptura com a idéia de comunidade e passa a ideia de sociedade dividida em interesses conflitantes, classes antagônicas e grupos diversificados, que ao mesmo tempo transforma as relações sociais, a percepção dos indivíduos e coletividades sobre a segurança e perigo, confiança e risco. Segundo Giddens (2002), “viver no universo da alta modernidade é viver num ambiente de oportunidade e de risco, concomitantes inevitáveis de um sistema orientado para a dominação da natureza e para a feitura reflexiva da história” (p.104).

2.3 - Conseqüências da Modernidade

A separação tempo-espaço propicia a condição para o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe. Para Giddens (2002), desencaixe são os deslocamentos das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestrutura através de extensões indefinidas de tempo-espaço. Os mecanismos de desencaixe podem ser representados por fichas simbólicas e sistemas peritos, os primeiros são meios de intercâmbio que podem ser circulados sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. Por exemplo, o dinheiro é um meio de retardar o tempo, separar as transações de um local particular de troca, já que possibilita a realização de transações entre indivíduos separados no tempo e no espaço, que é fundamental para o desencaixe da atividade econômica, combinando-se a muitos sistemas abstratos nas arenas globais e nas economias locais, sendo que “a existência do câmbio monetário organizado torna possíveis os contatos e trocas “à distância”, no tempo e espaço, de que depende esse entrelaçamento de influências globais e locais” (GIDDENS, 2002, p.126).

Os sistemas peritos encontram-se permanentemente ligados à sociedade moderna, isto é, sistemas com os quais os indivíduos interagem cotidianamente e não precisam ter um conhecimento aprofundado do seu funcionamento, tais como: o sistema bancário, a informática, estruturas de uma residência etc. Nesse sentido o estar, simplesmente, em casa faz com que os indivíduos estejam envolvidos num

sistema perito, ou numa série, nos quais depositam confiança. Exemplificando, os indivíduos, às vezes, não expressam medo ao subir as escadas da sua moradia ou de um edifício, ou ficam inseguros, preocupados se o prédio vai desabar a qualquer momento, apesar de que pouco conhece a respeito de projetos arquitetônicos ou estruturais. Somando-se a isso, também, não sabem quem foram os operários que realizaram o trabalho, não conhecem os proprietários da construtora, e ainda não acompanharam o processo produtivo.

Não obstante, ficam tranquilos, depositam fé, confiança, segurança e acreditam na competência dos sistemas peritos. Dessa forma, os sistemas peritos são sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes, material e social, em que se vive hoje. A discussão desenvolvida permite inferir que não se consulta os sistemas peritos o tempo todo, no entanto, esses sistemas nos quais se encontra integrado o conhecimento dos especialistas, influencia continuamente muitos dos aspectos do nosso ser e agir cotidianos.

Por outro lado, os sistemas peritos atuam como mecanismos de desencalxe, porque removem as relações sociais das imediações do contexto, Giddens (2002, p.24), assim explica:

“Os sistemas especializados põem entre parênteses o tempo e o espaço dispondo de modos de conhecimento técnico que têm validade independente dos praticantes e dos clientes que fazem uso deles. Tais sistemas penetram em virtualmente todos os aspectos da vida social nas condições de modernidade – em relação aos alimentos que comemos, aos remédios que tomamos, aos prédios que habitamos, às formas de transporte que usamos e muitos outros fenômenos”.

Nas sociedades tradicionais, pré-modernas, a autoridade, em seu sentido genérico, é o território dos guardiões, pois possuem e são autoridades – agem ou é dessa maneira em virtude do seu acesso especial aos poderes causais da verdade formular, a sabedoria. “A pessoa detentora do saber ou sábia é o repositório da tradição, cujas qualidades especiais originam-se daquele longo aprendizado que cria habilidades e estados de graça” afirma Giddens (1997, p.104).

Porém, a legitimidade do especialista se funda no saber, mas este já não é seu monopólio e nem pode estar seguro de que a posse deste garante-lhe, de maneira instintiva, a confiança; e muito menos seu saber é uma verdade absoluta, agora a sua posição advém do desequilíbrio entre o seu conhecimento e o do leigo, pois torna alguém uma autoridade em relação ao outro.

Giddens (1997) mostra que quando se compara tradição com especialização, encontram-se diferenças importantes. Entre elas menciona que a especialização é desincorporada³ e descentralizada em relação à tradição, agora o acúmulo de conhecimento especializado só é possível por meio de cursos de especialização interagindo com a reflexividade institucional, o que pressupõe processos regulares de perda e re-apropriação de habilidades e conhecimento constante.

O saber do especialista está ligado a um conhecimento universal, porém os especialistas tendem a discordar entre si, e a crítica é essencial para o seu aperfeiçoamento e empreendimento. Desde os primórdios, a ciência precisou se impor como verdade, quase tão sagrada quanto o saber com quem ela rivalizava. Porém, com o passar do tempo, a ciência perdeu muito a sua autoridade que chegou a possuir. “De certa forma, isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade”, adverte Giddens (ID, 109).

A reflexividade constitui-se em uma fonte de dinamismos na modernidade, significando que as práticas sociais modernas são enfocadas, organizadas e transformadas, à luz do conhecimento constantemente renovado sobre estas próprias práticas. Nas condições da modernidade reflexiva, o conhecer não significa estar certo, ou seja, o conhecimento está sempre sob dúvida e incide sobre as práticas sociais e estas sobre o mesmo, isto se aplicam tanto às ciências naturais quanto às sociais. Porém, a característica reflexiva da modernidade indica a possibilidade de uma contínua geração de autoconhecimento sistemático, o qual, de forma genérica, desestabiliza a relação entre conhecimento leigo e saber especializado (sistemas peritos).

³ Desincorporadas – “As características desincorporadas dos sistemas abstratos significam uma constante interação com os “outros ausentes” – pessoas que nunca vimos ou encontramos, mas cujas ações afetam diretamente características da nossa própria vida” (GIDDENS, 1997, p.111).

No mesmo sentido, modernização reflexiva significa a possibilidade de uma autodestruição criativa para toda uma era: aquela sociedade industrial. “O “sujeito” dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (BECK, 1997, p.12).

Diante dessas considerações, Beck (1997) faz uma distinção entre modernização simples e reflexiva, a simples primeiro desincorpora e depois reincorpora as formas sociais tradicionais pelas formas sociais industriais. Já a modernização reflexiva significa primeiramente a desincorporação e, depois, num segundo momento, a reincorporação das formas sociais industriais por outra modernidade.

Com esse pensamento, entende-se que a modernidade reflexiva significa uma mudança na sociedade industrial, radicalizando a modernidade, porque invade as premissas e os contornos da sociedade industrial, abrindo caminhos para outra modernidade. Noutra vertente, Giddens (1997) refere-se a uma modernidade reflexiva que rompe com o ideal iluminista, de um saber fundado na razão e capaz de superar a superstição e os dogmas da tradição, edificando uma nova certeza – a segurança ontológica, que supere o caráter arbitrário do hábito e do costume.

Parecia aos iluministas e aos seus sucessores que a crescente informação sobre o mundo social e natural resultaria num controle igualmente crescente sobre eles. Essa pretensão de controle era a chave para a felicidade e prosperidade humana, proporcionando o progresso e aperfeiçoamento da ordem social e das condições de vida. A modernidade amplia as oportunidades e, também, os riscos, não obstante o ideal iluminista, na condição de controle do conhecimento, se imaginava capaz de equilibrá-los. De fato isso é constatado quando se deixa a rigidez do modelo tradicional, tendo em vista que “a produção do conhecimento sistemático sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da fixidez da tradição” (GIDDENS, 1991, p.58).

Porém, o conhecimento reflexivo da modernidade mina a certeza inerente a este, mesmo no domínio das ciências naturais, isto significa que na modernidade a ciência é posta constantemente sob dúvida, sempre sujeita à revisão, um paradigma que pode ser ultrapassado por novas descobertas, sendo que o conhecimento está

sempre sob prova e o risco não pode ser descartado, em razão de que a reflexividade potencializa este processo.

As características da modernidade, suas fontes de dinamismo (separação tempo-espaço, desencaixe e ordenação e reordenação reflexiva) produzem efeitos observáveis nas experiências do cotidiano, expressas na sensação de insegurança, ansiedade, riscos, perigos e incertezas. Diante dessas considerações, Giddens (1991) compara a modernidade ao Carro de Jagrená⁴, entendendo que esta metáfora traduz inteligentemente as conseqüências da modernidade, visto que a modernidade moldou o mundo natural e social à imagem humana, mas construiu um mundo fora de controle, muito diferente daquele que o iluminismo antecipou.

Por causa disso, faz-se algumas indagações, como por exemplo: Por que a razão não controla o carro? Seria defeito do projeto ou do operador? Giddens responde que “nem os defeitos do projeto nem a falha do operador são elementos mais importantes a produzir o caráter errático da modernidade” (ID, 1991, p.152).

Segundo o autor, existem duas influências significativas: às conseqüências involuntárias e a reflexividade ou circularidade do conhecimento social. Nas primeiras situam-se os defeitos do projeto e a falha do operador, e nas segundas as complexidades dos sistemas e ações sociais que constituem a sociedade. E complementa, se a ação humana e o espaço físico fossem concebidos como um sistema projetado, assim mesmo as conseqüências involuntárias persistiriam porque a circularidade do conhecimento social afeta primeiramente o mundo social ao invés do natural.

Constata-se que em condições de modernidade, o mundo social nunca forma um ambiente estável em termos de entrada de conhecimento sobre o seu jeito e funcionamento. Os conceitos, teorias e descobertas não tornam simplesmente o mundo social mais transparente, todavia altera sua natureza, projetando-o para novas direções. O impacto deste fenômeno é fundamental para a qualidade do Carro de Jagrená, afetando a natureza socializada e as instituições sociais. Assim sendo, a metáfora do Carro de Jagrená produz um mundo perigoso para a modernidade, pois

⁴ “O termo vem do hindu Jagannāth, *senhor do mundo*, é um título de Krishna; um idolo desta deidade era levado anualmente pelas ruas num grande carro, sob cujas rodas, conta-se, atiravam-se seus seguidores para serem esmagados” (GIDDENS, 1991, p.133).

age como um veículo desgovernado, o qual não pode ser controlado e nem freado e, tampouco, abandonado.

Beck (1997), na sua tese sobre a modernização reflexiva, afirma que quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os sujeitos⁵ adquirem a capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência, como também modificá-las. Isso, para o autor, põe por terra as controvérsias existentes entre os modernistas e pós-modernistas, porque essas questões agora se encontram superadas pela modernização reflexiva.

Nesse contexto, a premissa básica da reflexão da modernidade pode ser simplificada da seguinte forma: quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os sujeitos adquirem capacidade de refletir sobre as condições sociais da sua existência e, também, modificá-las. Ao lado dessas argumentações, percebe-se que os modos de vida produzidos pela modernidade nos deixam livres de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não se viu em tempos precedentes.

As transformações envolvidas na modernidade são profundas, por exemplo, no plano extensional estabelecem formas de interconexão social que se estendem mundialmente. De outro lado, em termos intencionais, essas mudanças vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características do indivíduo.

Não obstante, nem o tradicional e nem o moderno formam um todo à parte, as mudanças são intensas e abrangentes na passagem de um período ao outro. É necessário entender a limitação do conhecimento para avaliar os impactos causados pelas mudanças, e para Giddens (1991) a influência do evolucionismo social dificulta a apreciação do caráter descontínuo da modernidade. Contudo, deslocando-se da narrativa evolucionária é possível analisar a modernidade e ainda modificar o foco de parte do debate a respeito da denominação do pós-moderno.

Dentro dessa proposta, Giddens (1991) aponta três características, entre muitas outras no seu entender, que identificam as discontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens tradicionais. A primeira refere-se ao próprio ritmo de mudanças que a era da modernidade põe em movimento, a segunda seria a

⁵ Para o autor sujeitos são agentes individuais ou coletivos, cientistas ou pessoas comuns, instituições ou organizações e estruturas.

leitura do escopo da mudança, que coloca diferentes áreas do globo em conexão. A terceira diz respeito à natureza intrínseca das instituições modernas.

Isso não quer dizer que em períodos históricos tradicionais não pudéssemos encontrar o sistema político do Estado-Nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas ou a completa transformação em mercadoria de produtos e o trabalho assalariado. Entende-se que essa aparência de continuidade é ilusória em relação às ordens sociais pré-existentes, cita-se como referência à cidade como um arquétipo fantasioso, visto que o urbanismo moderno está amparado em princípios diferentes que foram fixados às cidades pré-modernas, que eram apenas o contraste com o campo. Agora, na sociedade contemporânea, os arquitetos e os projetistas urbanos aceitam o desafio de se comunicar com grupos distintos de clientes, de uma maneira personalizada e projetando produtos para diferentes situações, funções, culturas e gostos.

Nesta conjuntura, de acordo com Giddens (1991) a globalização é uma característica essencial da modernidade e está evidente em algumas das mais simples características das instituições modernas, particularmente, nas suas ações de desencaixe e reflexividade da vida social moderna que “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (p.45).

Nesse contexto, define-se a globalização como sendo a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que os acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitos quilômetros de distância e vice-versa. Bauman (1998) já tinha feito algumas considerações a esse respeito, afirmando que o significado transmitido pela idéia de globalização está associado a um mundo que imprime um caráter indeterminado, indisciplinado e descentralizado. No entanto, é preciso compreender que o processo de globalização é dialético, uma vez que acontecimentos locais possuem a capacidade de deslocamento, em direção às relações muito distanciadas que os modelam, pois a transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço.

Por esses fatos quando se procura conhecer as cidades, em qualquer parte do mundo, é necessário estar ciente de que, o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores, como dinheiro mundial e mercado de bens operando a uma distância indefinida da vizinhança em demanda. De acordo com Giddens (2002),

A globalização diz respeito à interseção entre presença e ausência, entrelaçamento de eventos e relações sociais “à distância” com contextualidades locais. Devemos captar a difusão global da modernidade em termos de uma relação continuada entre o distanciamento e a mutabilidade crônica das circunstâncias e compromissos locais. (p. 27).

As culturas pré-modernas desenvolveram métodos formais para o cálculo do tempo e o ordenamento no espaço, como os calendários e mapas simples, de fato, eram pré-requisitos para o “distanciamento” no tempo e no espaço pressupostos pelo surgimento de formas mais extensas do sistema social. Porém nessas culturas ditas pré-modernas as atividades da vida cotidiana, o tempo e o espaço continuavam conectados à localidade e os marcadores de “quando” se ligavam não só ao “onde” do comportamento social, como também à substância desse comportamento.

O processo de esvaziamento do tempo e do espaço é peça fundamental para a influência sobre o dinamismo da modernidade. Deve-se entender o desencaixe das instituições sociais como consumado, considerando que a modernidade é uma ordem pós-tradicional. Já a transformação do tempo e espaço, em conjunto com os mecanismos de desencaixe, faz com que a vida social se afaste da influência de práticas e preceitos estabelecidos.

Diante dessas considerações, efetiva-se a reflexividade, que desempenha uma ampla influência no dinamismo das instituições modernas. Apreende-se que enquanto a tradição perde seu domínio, a vida diária é reconstituída em termos dialéticos entre o local e o global em igual proporcionalidade forçando os indivíduos a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções.

Para Giddens (1991) a modernidade é inerentemente globalizante. A era da globalização impõe transformações universalizantes que reconfiguram a tradição, abandonando-a, o local encontra-se de tal forma conectado ao global que influencia e é influenciado por este. Logo, a tradição vivenciada no “*locus*” cotidiano, no

espaço específico, é colocada em questão pela experiência vivenciada do indivíduo no tempo e no espaço global, bem como ainda o local problematiza o global.

Segundo Bauman (1998), a oposição entre “longe - perto” tem mais uma dimensão crucial: aquela entre a certeza e a incerteza, a autoconfiança e a hesitação. Estar “longe” significa estar com problemas, o que exige esperteza, astúcia, coragem, o aprendizado de regras estranhas, domínio de desafios arriscados e a prática de erros. Por outro lado, a idéia de “perto”, representa segurança, não ter problemas, os hábitos adquiridos dão conta das soluções das dificuldades, há uma interação natural que não dão margem à ansiosa hesitação.

No entendimento de Giddens (1991) poucas pessoas em qualquer lugar do mundo podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e, às vezes, determinadas por acontecimentos distantes. Já o inverso é menos evidente, por exemplo, se um indivíduo compra uma roupa de uma determinada grife, ajuda a sobrevivência de alguém que vive em outro local do mundo, como também, retira o sustento de alguém no seu espaço local. Ao mesmo tempo, o inverso é certo, ou seja, se deixa de comprar uma roupa de uma grife estrangeira, prejudica-se a sobrevivência de alguém que vive um outro local do mundo, mas ajuda no sustento de alguém no seu espaço local. Há uma interdependência cada vez maior entre o espaço global e o local. O global tem influência sobre as vidas individuais nos espaços locais; mas também as decisões dos indivíduos em seu cotidiano podem influenciar sobre os resultados globais. Essa interinfluência incide sobre as coletividades e grupos de todos os tipos, incluindo o Estado, assim todos têm que levar em consideração essa realidade, o que pressupõe repensar os papéis, sua organização e reformulação de valores, opiniões etc.

À luz dos conceitos propostos por Souza (2005), se para alguns a globalização continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é amaldiçoada já que a sua capacidade é de produzir miséria, marginalização e exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto que a retórica do progresso e da fartura se torna uma realidade apenas para um grupo cada vez menor de privilegiados.

O processo de globalização mostra que a sociedade está diante de um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. A globalização a partir dos anos 70, em vez de se estabelecer no padrão moderno ocidental de globalização – homogeneização e uniformização tanto sustentadas por Marx e pelas teorias de modernização, na realidade parecem acertar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais.

Sendo assim ocorre uma interação diversificada com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, aumentando as desigualdades entre os países ricos e pobres. Nestes há um aumento entre ricos e pobres, superpopulação nos grandes centros urbanos, acontecem catástrofes ambientais, conflitos étnicos, migração internacional intensa, emergências de novos Estados e a falência ou implosão de outros, proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado e uma democracia formal como uma condição política para a assistência internacional (SOUZA, 2005).

Nesse contexto, Chesnais (1996) acrescenta que o capitalismo se mostra visivelmente incapaz para a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda, tendo que vista que condena milhões de trabalhadores e jovens ao desemprego estrutural, conduzindo-os à marginalização e a decadência social. Ao lado dessas manifestações, constata-se que os governos e as elites, que dirigem os principais países capitalistas adiantados, deixaram o capital-dinheiro se tornar em uma força quase incontrolável, erguendo-se sem impunidade diante do crescimento mundial.

É da maior importância, na compreensão dessa situação, levar em consideração que a mundialização e internacionalização do capital são resultados de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados e distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação continuada do capital que o capitalismo presenciou desde a primeira guerra mundial. O segundo refere-se às políticas de liberação, privatização, desregulamentação e, também, restrições às conquistas sociais e democráticas que foram aplicadas pelos governantes (ID, 1996).

A modernidade nas condições de globalização amplia tanto as oportunidades quanto as incertezas, e os perigos criam uma sensação de mal-estar e

de desorientação, tornando o mundo cada vez mais inseguro. Esta insegurança é vivida pelo indivíduo em sua mais remota comunidade. Portanto, a experiência da modernidade em tempos globais colocou por terra as certezas e os riscos sob reserva, enquanto que o futuro parece uma impossibilidade se pensado como uma construção histórica a partir do passado e presente.

2.4 - SOCIEDADE DE RISCO

A teoria proposta por Beck (1997) descreve o dinamismo industrial extremamente célere e se transformando em uma nova sociedade, sendo que a modernização reflexiva implica em uma radicalização da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminhos para outra modernidade. Ao se pensar a modernização reflexiva deve contar até mesmo com a obsolescência da sociedade industrial. O outro lado desse processo é a emergência da sociedade de risco.

Na sociedade de risco sob vários aspectos os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem a escapar do controle das instituições que protegem a sociedade capitalista. Com o advento desta sociedade, os conflitos da distribuição de bens, renda, empregos e seguro social que constituíram o conflito básico da sociedade industrial clássica e conduziram às soluções centradas nas instituições, agora são encobertos pelos conflitos de distribuição dos danos (BECK, 1997).

No sentido de uma teoria social, o conceito de sociedade de risco indica um aprendizado da modernidade em que começam a se corporificar as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial. Esse entendimento levanta a discussão a respeito da autolimitação do desenvolvimento capitalista, como também a sua empreitada de re-determinar os padrões de responsabilidade, segurança, controle, limitação do dano e distribuição das respectivas conseqüências.

Neste contexto é importante ressaltar que esses padrões não somente escapam à percepção sensorial e excedem a nossa imaginação como também não pode ser determinado pela ciência. Por isso, o autor diz que na sociedade de risco o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento

técnico-industrial exige uma auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da “racionalidade”.

A categoria de risco defende um tipo de pensamento e ação social que não foi de forma alguma percebida por Max Weber, uma vez que é pós-tradicional ou pós-racional, pelo menos no sentido de não ser mais instrumentalmente racional. Contudo, os riscos têm sua origem precisamente no sucesso da ordem instrumentalmente racional (BECK, 1997).

Com esse cuidado compreende-se que a reprodução dos riscos não se mensura, porque são inesperados e se reproduzem ao lado das decisões e dos pontos de vista com que cada indivíduo pode e deve avaliar as decisões na sociedade pluralista. Igualmente, os riscos das empresas, dos empregados, da saúde dos empregados entre outros são relevantes, não possuem hierarquia e, às vezes, se transformam em riscos locais e globais.

As questões de risco anulam e fragmentam por seus próprios meios as de ordem. Por exemplo, os riscos tornam-se mais evidentes na matemática, por serem apenas probabilidades e nada mais, pois não excluem coisa nenhuma. Hoje em dia, não é possível estimar os riscos porque estes são infinitamente reprodutíveis, considerando que a reprodução caminha lado a lado com as decisões e os pontos de vistas com que cada indivíduo pratica. Também, as questões de risco não podem ser transformadas em questões de ordem, porque estas últimas se sufocam, por causa do pluralismo das questões de risco e se metamorfoseiam por detrás das fachadas da estatística, questões morais, de poder, e de puro decisionismo.

A sociedade industrializada, a ordem social civil e, particularmente, o Estado previdenciário estão sujeitos às exigências de se fazer que as situações da vida humana sejam controláveis pela racionalidade instrumental de forma individual e legalmente contabilizada, que se constitui por meio de uma cidadania plena. No entanto, para a sua constituição por inteiro é necessário um ajuste com a liberdade, participação e igualdade para todos, sendo este um ideal desenvolvido pela cultura ocidental. Não obstante, tem sido um parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania e avaliação de como está acontecendo o momento histórico de um país.

As ciências sociais por meio de reflexões e discussões contribuíram decisivamente para delimitar a noção de cidadania, como sendo uma construção

social que se estrutura em uma cultura política, dentro de um consenso das relações da sociedade e do Estado, onde se concretiza legalmente o significado de ser cidadão nos planos civil, político e social. No Brasil, a construção de uma sociedade e de um Estado mais democrático padece necessariamente pela afirmação conceitual e prática da cidadania (DOMINGUES, 2005).

Solidificou-se o entendimento pelo costume em desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais, desta forma os indivíduos que tem cidadania plena são os titulares dos três direitos, incompleta são aqueles que possuem apenas um ou outro dos direitos e sem cidadania os que não usufrui nenhum dos direitos. Os direitos civis garantem a as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Os direitos políticos conferem legitimidade à organização política da sociedade e os sociais garantem a participação na riqueza coletiva: direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria, e sua garantia depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Sustentados na justiça social, os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista e garantir o mínimo de bem-estar para toda a sociedade (CARVALHO, 2006).

Atualmente, na sociedade de risco o lado imprevisível e os efeitos secundários desta demanda por controle conduzem ao que tem sido considerado superado, o reino da incerteza, da ambivalência, em suma, a alienação. Todavia, considera-se a sociedade de risco o embasamento de uma autocrítica da sociedade que se expressa pela diversidade de opiniões, ou seja, a sociedade de risco é autocrítica (BECK, 1997).

Exemplificando, os especialistas em seguros contradizem os engenheiros de segurança, enquanto que os últimos diagnosticam risco zero, os primeiros decidem – impossível de ser segurado. Por isso, constata-se que especialistas são anulados ou destituídos por especialistas de áreas opostas. De fato, a questão de risco divide e fragmenta famílias, grupos sociais, profissionais, trabalhadores, especialistas e, também, os próprios indivíduos “o que a cabeça quer e língua diz pode não ser o que a mão (finalmente) faz” (BECK, 1997, p. 22).

Para suportar os riscos no mundo do trabalho, os operários recorrem às estratégias defensivas e a ideologia da vergonha. Essas estratégias referem-se aos comportamentos e atitudes adotados pelos operários para que possam realizar as suas atividades laborais. Entretanto, esses procedimentos trazem prejuízos aos trabalhadores, pois assim estão escondendo os seus medos, angústias e suas doenças. Enfim, tudo isso é feito para protegê-los, não mostrando que são fracos.

A respeito das atitudes e dos comportamentos dos operários em relação ao medo da doença, extraem-se duas características: a primeira diz respeito ao corpo, a virilidade do homem - sexualidade, deficiência física, doença, tudo deve ser aceito no silêncio. E desta forma, Dejours (2007) constata que: “o corpo só pode ser aceito no silêncio dos órgãos; somente o corpo que trabalha, o corpo produtivo do homem, o corpo trabalhador” (p. 32). A segunda característica desses comportamentos relativos à doença diz respeito à relação existente entre doença e trabalho, para o homem a doença corresponde sempre à ideologia da vergonha de parar de trabalhar. Caso o trabalhador fique inválido, doente ou acidente, os benefícios concedidos não são suficientes para assegurar a sobrevivência da família, então daí começa um processo inevitável que o conduz ao subproletariado.

Para os operários o significado de sentir-se bem no corpo é maravilhoso. Também, eles não conhecem o próprio corpo, e só falam dele quando há uma dor, forte e insuportável, considerando isso uma vergonha, porque é um fato que os impedem de exercer o trabalho e os expõem negativamente perante os colegas. A doença é considerada uma falta de sorte e surgindo assim uma tensão, a ida ao médico implica o medo da descoberta da existência de uma doença grave. Por outro lado, se a dor passou rápida e não trouxe problemas sérios à saúde, ficam envergonhados por achar que outros colegas vão imaginar que estavam inventando, que não era verdade. Tudo isso, para Dejours (2007) se constitui na ideologia elaborada coletivamente, uma ideologia defensiva contra uma ansiedade de estar doente, de o corpo tornar-se incapacitado para o trabalho.

Evidencia-se que a função da ideologia defensiva é afastar a ansiedade da possibilidade de ficar doente e a ideologia da vergonha consiste em manter à distância o risco de afastamento do corpo ao trabalho. Nesse contexto, isso se torna compreensível uma vez que o corpo sadio é reflexo de um ser potente e valioso. Caso

essa ideologia defensiva venha a fracassar, de coletiva, a ansiedade relativa à sobrevivência transformar-se-ia em um problema individual. Dessa forma, os comportamentos passam a ser individuais e específicos, como por exemplo, o alcoolismo. Outra saída adotada pelos operários é representada pela prática de atos anti-sociais e em situação extrema surge “a loucura com todas as formas de descompensação, psicóticos e depressivos” (DEJOURS, 2007, p.35).

O medo da realização do trabalho está presente em todos os tipos de ocupações profissionais, no entanto em algumas categorias profissionais os riscos relacionados à integridade física são mais acentuados, Dejours (2007) exemplifica com o setor da construção, da pesca em alto mar entre outras. Nestes casos apresentados os riscos estão relacionados diretamente com o corpo do indivíduo e podem causar asfixia, queimadura, fratura, ferimento, afogamento, soterramento e morte violenta.

Ao lado dessas considerações, o autor assevera que o risco é exterior, inerente ao trabalho e independe da vontade do trabalhador, classificando-se como coletivo e personalizado, o primeiro pode provocar a morte de vários trabalhadores. O segundo provoca danos apenas a um trabalhador, por exemplo, o passo falso que o operário da construção civil dá e cai do andaime. Combate-se o risco com medidas e regras de segurança, no entanto ainda existe uma prevenção incompleta pela organização do trabalho, seja devido à limitação dos investimentos necessários, seja porque o próprio risco ou suas manifestações são desconhecidas. Portanto, o medo relativo ao risco é majorado pelo desconhecimento dos limites deste risco e, também, pela ignorância dos métodos eficazes de prevenção (ID, 2007).

Do mesmo modo, Beck (1997) ilustra dizendo que “os riscos nos dizem o que não deve ser feito, mas não o que se deve evitar. Alguém que considera o mundo como um risco vai finalmente se tornar incapaz de agir” (p.20). Em vista disso, há cada vez menos formas sociais que produzem padrões de atuação, ordens de ligação e fatores de segurança para a ação. Apesar disso, para o autor “o ponto que se destaca aqui é que, por fim, a expansão e a intensificação da intenção do controle terminam produzindo o oposto” (p. 21).

Esta crise de ficções de segurança da sociedade industrial implica que as oportunidades e obrigações para a ação se afastem, e entre elas uma deve

permanentemente decidir, sem qualquer reivindicação de soluções definitivas, um critério pelo qual viver e agir na incerteza torna-se uma espécie de experiência fundamental. Todavia, do mesmo modo ocorre o retorno do indivíduo à sociedade através de uma subpolítica, mas é preciso entender que a “individualização” significa: primeiro a desincorporação, e, segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outras maneiras, por exemplo, a representação da autobiografia pelo indivíduo. Assim, entende-se a individualização como uma forma de representação social que é desintegração das certezas da sociedade industrial.

É compreensível, portanto, que a individualização e a globalização estejam do mesmo lado no processo de modernização reflexiva. A individualização é uma compulsão, compreendendo-se que não apenas de uma autobiografia. De certo modo, também,

de seus compromissos e articulações à medida que as fases da vida mudam, porém, evidentemente, sob as condições gerais e os modelos do welfare state, tais como o sistema educacional (adquirindo certificados), o mercado de trabalho e a regra social, o mercado imobiliário e assim por diante. Mesmo as tradições do casamento e da família estão se tornando dependentes de processos decisórios, e todas as suas contradições devem ser experimentadas como riscos pessoais (BECK, 1997, p. 26).

Por isso, percebe-se que a individualização é uma biografia escolhida. Avançando nesta discussão, Beck (1997) assinala que os Direitos Sociais são individuais - personalíssimos, porque as famílias não podem reivindicá-los, somente os próprios trabalhadores ou aqueles que estão desempregados e querem trabalhar. Embora seja ressaltado que a participação nas proteções e benefícios materiais do Estado-providência pressupõe participar da força de trabalho. Contudo, há exceções, pois existem salários que são pagos aos trabalhos domésticos, ou pensões de aposentadorias que são concedidas para as donas de casa que não estão participando da força de trabalho.

Segundo o autor, todas as exigências não ordenam nada, mas solicitam que os indivíduos consentam em se constituírem como indivíduos, para planejar, compreender, projetar e agir, ou sofrer as conseqüências que lhe serão auto-infligidas em caso de fracasso. Feitas essas considerações e por meio da

argumentação deste capítulo, certifica-se que os desenvolvimentos da ciência e da tecnologia não conseguiram controlar os riscos que expõem os trabalhadores às ocorrências dos acidentes no trabalho.

-

3 - SOCIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

[...] enquanto se opera no plano gnosiológico a desconstrução ontológica do trabalho, paralelamente, no mundo real, este se converte (novamente?) em uma das mais explosivas questões da contemporaneidade. Trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, trabalho e etnia, trabalho e nacionalidade, trabalho e corte geracional, trabalho e imaterialidade, trabalho e (des)qualificação, muitos são os exemplos da transversalidade e da vigência da forma trabalho (ANTUNES,2006, p.159).

Compartilhando com as principais teorias sociológicas que as sociedades modernas se constituíram eminentemente baseadas no trabalho, buscam-se mostrar neste capítulo a socialização no trabalho, sistemas de produção e a sociedade salarial como sendo uma grande conquista dos trabalhadores.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas décadas, presenciou fortes transformações no mundo do trabalho, em decorrência da reestruturação produtiva com a introdução de novas tecnologias no processo produtivo. O avanço tecnológico resultou numa crise nas relações de trabalho, por meio da automatização da produção que foi uma das responsáveis pela redução número de empregos e da expansão das formas precárias de trabalho.

Neste contexto, o estudo apresenta uma análise das formas históricas da organização do trabalho, desde o binômio taylorismo/fordismo até a chegada do processo de acumulação flexível. A discussão histórica da organização do trabalho

apóia-se nas teorias apresentadas por Harvey (2004), trazendo os elementos constitutivos da lógica do capital na acumulação flexível, e mostrando características do capitalismo, que outrora apresentadas por Marx, ainda estão presentes na fundamentação desse novo modelo.

Castel (1999) discute a categoria trabalho para além das relações técnicas de produção passando por um feixe de relações sociais, culturais e identitárias de indivíduos e grupos coletivos que são fundamentais para a compreensão da realidade social, principalmente, quando centrada na categoria trabalho. A respeito da Sociedade Salarial, o autor faz suas considerações entrelaçando as dimensões antropológicas e históricas da sua constituição, a atuação do Estado Social, como resposta à exposição dos trabalhadores aos riscos e vulnerabilidades, com a concessão prática dos direitos sociais.

3.1 - Socialização no Trabalho

A infância dos indivíduos é composta de elementos não-sociais e sociais, nesta fase há um relacionamento com o próprio corpo, momento que se experimentam: sensações de fome, prazer, frio, intensidade de luz, ou conforto e desconforto físico. Ao mesmo tempo, este ambiente físico é habitado por outras pessoas. Desta maneira, ocorre uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos. O desenvolvimento das relações com o ambiente físico e social nos quais as crianças interagem com outros seres humanos, e suas experiências relativas aos outros seres humanos constitui a essência de toda sua experiência. Pois, na verdade, são os outros que criam os padrões por meio dos quais se realizam essas experiências (BERGER e BERGER, 1977).

Para os autores, a experiência infantil guarda uma proporção relativa com sua situação geral na sociedade, e o mesmo princípio de relatividade se aplica aos estágios da infância, à adolescência e qualquer outra fase da biografia. Portanto, o processo pelo qual o indivíduo é inserido na sociedade denomina-se socialização.

A socialização é considerada um processo de iniciação, no qual a criança pode desenvolver-se e expandir-se a fim de ingressar num mundo que está ao seu

alcance, e sob este ponto de vista a socialização constitui uma parte essencial do processo de humanização integral e de plena realização do potencial do indivíduo. Além disso, é importante destacar que nesta fase cria-se no indivíduo um sentido de segurança ontológica que o transportará pelas transições, crises e circunstâncias de alto risco existentes na sociedade.

A socialização como um processo da constituição social da realidade busca acentuar as abordagens culturais e funcionais como características essenciais na formação dos indivíduos, constituindo uma incorporação dos modos de ser - o sentir, o pensar e o agir, da visão do mundo e da sua relação com o futuro, das suas condutas corporais, como também das suas crenças pessoais. Portanto, o indivíduo se socializa interiorizando valores, normas, disposições que o fazem um ser sociavelmente identificável (DUBAR, 2005).

As rotinas da vida cotidiana são fundamentais para as mais elaboradas formas de organização social e ao desenvolver as atividades diárias, os indivíduos encontram-se uns com os outros em contextos situados de interação-interação, mas sempre estão fisicamente co-presentes. É na espacialidade do corpo que se fundamentam as características sociais de co-presença em orientação para os outros e para si próprio, enfim é no fluxo da ação, que a atividade do corpo é imediatamente envolvida na segurança ontológica - atitude de confiança para que haja uma continuidade do mundo e do “eu” presente no fluxo da vida cotidiana, em razão disto:

A consciência prática é a âncora cognitiva e emocional da sensação de segurança ontológica característica de amplos segmentos da atividade humana em todas as culturas. A noção de segurança ontológica vincula-se diretamente ao caráter tácito da consciência prática ou, em termos fenomenológicos, ao por entre parênteses suposto pela atitude natural na vida cotidiana (GIDDENS, 2002, p. 40).

Giddens (2002) apresenta os seguintes questionamentos: até que ponto diferentes situações culturais permitem que se alcance uma *fê* na coerência da vida cotidiana pela disposição de interpretações simbólicas das questões existenciais? Em resposta, entende que os quadros cognitivos de significado não geram essa *fê* sem um nível correspondente de comprometimento emocional subjacente, cujas origens são

imprecisas; e para o êxito desse comprometimento é necessário que haja confiança, esperança e coragem, os quais são elementos fundamentais para criar um sentido de segurança ontológica no indivíduo, para conduzi-lo, fortalecê-lo nas situações de transições, crises e circunstâncias de alto risco.

A confiança básica liga de maneira decisiva a auto-identidade à apreciação dos outros e pode ser vista como uma espécie de inoculação emocional contra ansiedades existenciais – uma proteção contra ameaças e perigos futuros que permite ao indivíduo manter a esperança e a coragem diante das dificuldades que tenha de enfrentar, além disso, “é o principal suporte emocional – carapaça defensiva que todos os indivíduos normais carregam como meio de prosseguir com os assuntos cotidianos” (ID, 2002, p.43).

Nesse sentido, as experiências do cotidiano na modernidade globalizada vinculam-se às questões fundamentais relativas às identidades, à percepção do eu e do outro. Por outro lado, envolvem múltiplas mudanças e adaptações na vida cotidiana, em tais circunstâncias, os indivíduos resistem localmente à globalização e, igualmente, não podem desconsiderá-la. A modernidade atenua a confiança fundada nos valores tradicionais e pressupõe um novo ambiente em que possa se desenvolver a segurança ontológica, isto é, o ser no mundo.

A segurança ontológica refere-se à crença que a maioria das pessoas tem na continuidade de sua auto-identidade e na continuidade dos ambientes de ação social e material circundante, uma sensação da fidedignidade de pessoas e coisas. Há a necessidade da segurança ontológica para produção de um ambiente de confiança, como podemos observar, nas relações pessoais de amizade, trabalho ou intimidade sexual para estabilizar laços sociais, sistemas abstratos como meios de estabilizar relações através de extensões indefinidas de tempo-espço, e, principalmente, orientando o pensamento para o futuro como uma maneira de conectar passado e futuro (GIDDENS, 1991).

Quanto à socialização, o pensamento sociológico estabeleceu duas fases: a primária e a secundária. A primária refere-se ao processo por meio do qual a criança se transforma num membro participante da sociedade. A secundária compreende todos os processos específicos por meio dos quais os indivíduos são introduzidos num mundo social específico, também se acha presente em experiências das mais varia-

das, como a de melhorar a posição social, mudar de residência, adaptar-se a uma doença crônica, a um acidente de trabalho ou ser aceito num novo círculo de amigos. Os processos de socialização realizam-se numa interação face a face com outras pessoas e ainda envolvem modificações no microcosmo do indivíduo, ligando-o às estruturas complexas do macrocosmo. De início, habilita o indivíduo a interagir com outros indivíduos, após esse processo, torna-o capaz de estabelecer contato com o universo social inteiro (BERGER e BERGER, 1977).

É importante entender a socialização secundária como a interiorização de subdivisões de mundos institucionais especializados e aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente arraigados na divisão do trabalho. Dubar (2005) entende que isso trata da incorporação de saberes profissionais que constituem um novo gênero de saberes, formando um verdadeiro “*universo simbólico*” que veiculam uma concepção de mundo e são construídos como referência a um campo especializado de atividades.

A dialética da interação leva à definição da identidade como resultado de um reconhecimento recíproco, o qual é o ponto de chegada possível, e não o ponto de partida obrigatório, da socialização. Do mesmo modo, entende-se que a dialética motriz da socialização situa no vínculo existente entre o trabalho e a interação, colocando na esfera do trabalho e da troca a origem da identidade e da institucionalização do reconhecimento recíproco nas sociedades modernas (ID, 2005).

Então o trabalho se constitui como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social? O trabalho está no centro do processo de humanização do homem?

Marx (2002) entende o trabalho como uma atividade pela qual o homem dominava as forças naturais, humanizava a natureza e criava-se a si mesmo. Agora, a história da realização do ser social materializa-se através da produção e reprodução da sua existência – ato social que se realiza pelo trabalho e se efetiva e desenvolve pelos elos de cooperação social existentes no processo de produção material.

Ao buscar a produção e a reprodução da vida social por meio do trabalho e ainda a luta por sua existência, o ser social está criando e renovando as suas próprias condições de reprodução. Logo, o trabalho configura-se como um referencial ontoló-

gico primeiro da práxis social e, também, como o processo de auto-realização da humanidade, e para Marx (2002):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (p.211).

Não obstante, o trabalho não só produz mercadorias e acumulação, como também produz a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria, e este processo nada mais expressa senão o objeto que o trabalho produz. Assim sendo, o produto do trabalho torna-se alheio ao trabalhador, e ainda age como um poder independente, que não lhe pertence. Mas, o produto do trabalho fixa no objeto e se faz coisa – objetivação do trabalho, que numa análise econômica-política é vista como perda e servidão do objeto, sendo a identificação alienada. Além disso, o relacionamento do trabalhador com o produto do seu trabalho é como um objeto alheio, algo estranho a si mesmo, ou seja, um estranhamento entre o trabalho e à sua produção.

A divisão do trabalho e a propriedade privada para Marx (2002) são termos idênticos. O primeiro diz respeito à exploração do trabalho escravo. Já o segundo, refere-se à apropriação do produto da exploração do trabalho escravo. Por conseqüência, as condições criadas pela divisão social do trabalho e propriedade privada provocam um estranhamento entre o trabalhador e o trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de se realizar, pertence à outra pessoa que não o trabalhador. Nesse contexto, Giddens (1991, p.62) menciona que:

Podemos reconhecer as sociedades capitalistas como um subtipo específico das sociedades modernas em geral. Uma sociedade capitalista é um sistema que conta com diversas características institucionais específicas. [...] a insulação do estado e da economia se fundamenta sobre a preeminência da propriedade privada dos meios de produção. [...] e a posse de capital está diretamente ligada ao fenômeno da “desposseção de propriedade” – a transformação do trabalho assalariado em mercadoria – no sistema de classes.

Do mesmo modo, percebe-se que em vez do trabalhador se sentir realizado no seu trabalho, ele se aliena, porque não há o reconhecimento em suas próprias criações, o trabalhador se sente oprimido, ameaçado e envolvido nas estruturas do

capitalismo (Marx, 2002). Esse processo de alienação, no qual o trabalhador não se realiza e ainda não se reconhece no objeto por ele produzido, intensificou-se com a organização racional do trabalho que foi a base do processo de reestruturação produtiva pós-guerras.

3.2 - Processo de Reestruturação Produtiva: Fordismo à Acumulação Flexível

Com a escassez de mão de obra por ocasião da Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos, devido incorporação de grande parte do contingente de trabalhadores ao exército, os empresários foram forçados a buscar reforços junto aos especialistas não ligados diretamente ao campo econômico e à atividade industrial, para ajudá-los na organização das relações sociais dentro de seus estabelecimentos industriais. Sociólogos, antropólogos, psicólogos e outros especialistas, como pesquisadores integrados na busca de soluções dos problemas nas relações humanas, passaram a assumir uma função decisiva na reorganização das relações de poder no interior das empresas e assegurar a imagem de humanização das relações de trabalho perante a sociedade.

O primeiro passo significativo nessa direção foi o uso da teoria da gerência científica, desenvolvida por Frederick Taylor. Os trabalhos de Taylor começaram a ser conhecidos no final do século XIX, mas com pouca credibilidade. No entanto, após a publicação dos Princípios de Administração Científica seus trabalhos foram aceitos e provocaram mudanças no comportamento e pensamento nos empresários estadunidenses. Em especial, a parte que tratava da noção de gerência científica que estabelecia a idéia de que o sistema produtivo deveria obedecer à subdivisão das tarefas, nas menores unidades de tempo e movimento que fossem possíveis, combinando-as com métodos eficazes que minimizassem os gastos operações no processo industrial. Desta forma, os custos da mão-de-obra no processo industrial ficaram menores, a operacionalidade mais célere e a produtividade bem-sucedida.

À época, divulgou-se a concepção de administração científica como uma forma de socialização do trabalho, mas na realidade, o que havia nesse processo

produtivo era desumano, pois aumentava os lucros – acumulação de riquezas por meio do trabalho, escondendo-se sob a ideologia da racionalidade científica. Percebe-se nesse processo que há uma submissão econômica da força de trabalho ao capital, complementada com a sua submissão à tecnologia e, ao mesmo tempo, a uma produção em massa por meio dos fluxos contínuos que marcaram a estruturação de uma produção homogeneizada e verticalizada. Igualmente, Marx (2002) destaca que “na formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto ao próprio trabalho produtivo” (p.102).

Pode se dizer que o processo de trabalho apresentado por Ford tem como marco a primeira década do século XX, mais precisamente em 1914, com a introdução do dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros. Esse procedimento adotado por Ford não avançou muito, apenas racionalizou as velhas tecnologias e uma divisão social do trabalho pré-existente, mas ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, isso sim, fez com que a produção conseguisse ganhos significativos.

O que distinguiu o fordismo do taylorismo refere-se à visão de Ford, no reconhecimento explícito de que a produção em massa significava: consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, nova estética e uma nova psicologia, expressando-se como uma sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do período de 8 horas de trabalho por dia e o pagamento de cinco dólares, em parte, obrigou o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade, uma vez que dava aos trabalhadores renda e tempo suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa, que as corporações estavam por fabricar e em quantidades cada vez maiores (HARVEY, 2004).

Esse modelo produtivo intensificou-se e modificou a produção capitalista, ocorrendo primeiramente na indústria automobilística dos Estados Unidos e, em seguida, ampliando-se praticamente para todo o processo industrial nos principais países capitalistas. O modo como o sistema fordista se estabeleceu, constituiu em um

longo caminho, que se estendeu por quase meio século, e com uma complicada história, dependendo de muitas decisões individuais, corporativistas, institucionais, sendo que a maioria destas escolhas políticas foi feita ao acaso e, outras vezes, em respostas improvisadas para atender as crises do capitalismo, por exemplo, a grande depressão de 1930.

Por força dessa instabilidade do modo de produção capitalista empreenderam-se tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-estados para chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que puderam atender a sua auto-incapacidade de regulamentar as condições necessárias e suficientes de sua própria reprodução. Contudo esses problemas de configuração e uso dos poderes do Estado só foram resolvidos após 1945, levando o fordismo à maturidade como regime de acumulação de riquezas. Nos dizeres de Antunes (2006)⁶, o processo de trabalho taylorista/fordista instituiu-se particularmente no período pós-guerra dentro de um sistema de "*compromisso*" e de "*regulação*" que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado.

O fordismo se aliou firmemente ao Keynesanismo – teoria econômica consolidada pelo economista John Maynard Keyes, no livro Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda; que consiste numa organização político-econômica oposta às concepções neoliberais, fundamentando-se na afirmação do Estado como agente indispensável de controlar a economia. Em razão disso, objetivou-se um sistema de pleno emprego e o dever de conceder benefícios sociais que garantiam a sociedade um padrão mínimo de vida, tais como: salário mínimo, salário desemprego, redução na jornada do trabalho, férias remuneradas, assistência médica gratuita. Enfim, criou-se o Estado de Bem Estar Social.

Nesse contexto, o Estado teve de assumir novos papéis e construir novos poderes institucionais, o capital corporativo teve de fazer alguns ajustes para continuar com tranquilidade e segurança na trilha da lucratividade, e o trabalho de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processo de produção. À medida que a produção de massa envolvia grandes

⁶ Os grifos e destaques são dos textos do autor.

investimentos em capital fixo, exigia condições estáveis de demanda para assegurar a lucratividade, para o isso Estado assumia uma variedade de obrigações e se esforçava para controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscal e monetária no período pós-guerra.

Além disso, os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos em seguridade social, assistência médica, educação, habitação entre outros. Desta forma o poder estatal era exercido direto ou indiretamente sobre acordos salariais e direitos dos trabalhadores. O Estado representava para a classe trabalhadora a garantia da seguridade social, o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação e, até mesmo, ao lazer. Não obstante, esse ciclo de expansão e vigência do "Estado Providência" deu sinais de crise, tendo em vista que ocorreram várias manifestações de limites do processo produtivo fordista, e aí surgiram ações ofensivas ao mundo do trabalho, como o crescimento da lutas de classe que culminou com a derrota da luta operária pelo controle social da produção. Em seguida, as bases sociais, ideológicas e políticas retomaram o processo de reestruturação do capital, num patamar distinto daqueles efetivado pelo taylorismo e fordismo (ANTUNES, 1999).

Apesar de todas as considerações aos acontecimentos e de todas as tensões manifestas, o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme até a segunda metade da década de 50, precisamente em 1973. Esse processo produtivo conseguiu se manter na expansão do período pós-guerra, favorecendo o trabalho sindicalizado, pois estendia os benefícios da produção e do consumo em massa de forma significativa e intacta. Após a recessão de 1973, iniciou-se um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, o regime de acumulação flexível (HARVEY, 2004).

Fazendo uma análise histórica, compreende-se que a crise do petróleo foi responsável pela profunda recessão de 1973, causando diminuição da produção e elevação dos preços. De certo modo, provocou a paralisação da produção de bens e a alta inflação dos preços, proporcionando um conjunto de processos que arruinaram o compromisso fordista. Em conseqüência, nas décadas 1970 e 1980 houve um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamento social e político.

No espaço social fruto dessas oscilações e incertezas, criou-se uma série de experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política, que representam os primeiros arranjos para a passagem a um novo regime de acumulação, associado com o sistema de regulamentação política e social bem distinta. Isto é, a chegada da “acumulação flexível marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo” (HARVEY, 2004, p. 140). Apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo surgia um novo processo de produção, que se sustentou por meio da inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Duas questões apresentam maior importância nesta análise. De um lado, percebe-se que os princípios adotados nos sistemas de produção taylorista e fordista fundamentaram a produção em massa, ganhos de produtividade obtida por processos mecanizados de produção padronizada com base em linhas de montagem. Mas, de outro lado, segundo Castells (2006), sob as condições de controle de um grande mercado por uma “força organizacional específica - a grande empresa estruturada nos princípios de integração vertical e na divisão social e técnica institucionalizada de trabalho” (p.212).

Na verdade, quando a demanda de quantidade e qualidade tornou-se imprevisível, os mercados ficaram mundialmente diversificados, e, portanto, difíceis de serem controlados, o ritmo da transformação tecnológica tornaram-se obsoletos. Em razão disso, os equipamentos de produção com objetivo único, o sistema de produção em massa, ficou muito rígido, dispendioso e oneroso para as características da nova economia. Por conseguinte, entraram em crise as grandes empresas e surgiu a flexibilidade das pequenas e médias empresas como agentes de inovação e fontes de criação de empregos (ID, 2006).

Nesse contexto, segundo Antunes (1999), surgiram novos métodos de gerenciamento como, por exemplo, os adotados pelas empresas japonesas com sucesso em produtividade e competitividade, isto se refere ao toyotismo que se opõe ao fordismo. Uma das características desse novo modelo de produção é o atendimento as demandas mais individualizadas do mercado consumidor, de forma variada e bastante heterogênea. Já no mundo do trabalho, surgiu o trabalho operário em equipe e novos métodos de gerenciamento, tais como: cooperação gerentes-

trabalhadores, mão-de-obra multifuncional, controle de qualidade total e redução de incertezas. Deste modo, estruturou-se o processo produtivo flexível. Somam-se ainda ao modo de produção toyotista dois princípios fundamentais. Primeiro, o “*just in time*” referindo-se ao melhor aproveitamento do tempo possível de produção. Segundo, o sistema “*Kan-Ban*”, que lida com os estoques das mercadorias. Este sistema adota dois métodos diferenciados do modelo fordista de produção. O primeiro diz respeito à redução substancial ou eliminação dos estoques nas indústrias. O segundo refere-se às vendas da produção, pois as mercadorias são confeccionadas e entregues de acordo com a solicitação dos compradores (ANTUNES, 1999).

Enfim, para o autor, os trabalhadores inseriram nesse processo produtivo por meio do trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para as tomadas de decisões no chão de fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, e com poucos símbolos de *status* na vida diária da empresa. Observa-se que esse modelo de produção reduz a união hegemônica do capital à produção e tende a ocorrer uma racionalização mais intensa no mundo do trabalho, por se instaurar sob o capitalismo dirigido, que se torna representado por suas bases essenciais, a inserção engajada do trabalhador na produção do capital.

Diante dessas considerações, é importante compreender que o toyotismo não é “*pós-fordismo*”, uma vez que o fordismo ainda não se esgotou. Mas, continua coexistindo com o toyotismo “que aboliu as funções de trabalhadores profissionais especializados, tornando-os especialistas multifuncionais” (ID, 216). Portanto, qual seja o processo produtivo, o capitalismo se constitui e se reproduz por meio de relações mercantis, orientadas pelo valor de troca cuja essência é o trabalho abstrato.

Não obstante, é preciso acrescentar a esse novo modelo produtivo uma leitura marxista. Nesse sentido, Harvey (2004) enfatiza que a acumulação flexível é enquadrada como uma recombinação simples das duas estratégias à procura de lucro, as quais já foram definidas por Marx. A primeira, mais valia absoluta, sustenta-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora para um determinado padrão de vida. A segunda, mais valia relativa, refere-se à mudança organizacional e tecnológica que é acionada

para produzir os lucros de forma generalizados e temporários, com a redução dos custos dos bens, que definem o padrão de vida do trabalhador.

A acumulação flexível provoca no mundo do trabalho um aumento nos índices de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades dos trabalhadores, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical. Logo, o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação diante da forte leviandade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro. Os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande mão-de-obra excedente, desempregados e subempregados, para impor regimes de contratos mais flexíveis. Em vista disso, ocorreu a redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratados (ANTUNES, 2006).

Com a chegada da acumulação flexível, novas técnicas e novas formas organizacionais de produção puseram em risco os negócios de organização tradicional, espalhou-se um crescente fechamento de fábrica, desindustrialização e reestruturações que ameaçaram até as corporações mais poderosas. Essa instabilidade se abateu em razão da forma organizacional e a técnica gerencial apropriadas à produção em massa que não foram convertidas totalmente para o novo sistema de produção. Parece evidente, portanto, que diante dessas mutações no processo produtivo ocorreram resultados imediatos no mundo do trabalho, tais como: a desregulamentação de grande parte dos direitos do trabalhador, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo de parceria, ou seja, um sindicalismo subserviente ao patronato (ID, 1999).

Independente de qual que seja a utilização do processo de trabalho, taylorismo, fordismo, ou o toyotismo, faz-se necessário compreendê-los como processos de trabalho subjugados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista. Em vista disso, percebe-se que o modo de produção capitalista é seletivo, pois se utiliza apenas dos procedimentos adequados ao aumento da produção e dos lucros, para promover a acumulação de riquezas e à sua manutenção.

3.3 - Setor da Construção versus o Processo de Reestruturação Produtiva

O processo produtivo na indústria da construção civil não se caracteriza por uma produção em massa, porquanto este ainda não pode ser realizado em série e por meio de processos mecanizados. Por outro lado, os trabalhadores são contratados por tempo determinado e o setor pode utilizar de serviços terceirizados (FARAH, 1996; TOMASI, 2005). Assim, infere-se que o setor absorveu o modo de produção flexível. Por exemplo, as unidades residências dos edifícios são produzidas em quantidades limitadas, mas os produtos são variados. Já que existem várias opções de plantas, objetivando a atender os gostos e necessidades de cada cliente.

O trabalho realizado nesse setor possui estas características: polivalente, multifuncional e não qualificado, que podem ser acertadas com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre empresas terceirizadas. Tudo isso tem como finalidade a redução do tempo de trabalho e a diminuição dos gastos com os encargos sociais, conseqüentemente, reduzem os custos e aumentam a lucratividade (FARAH, 1996).

Verifica-se que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por construir algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ou seja, este modelo mais flexível de acumulação requer do trabalhador uma adaptação às exigências da flexibilização do mercado. Pois, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade fundamental é o incremento das condições de exploração da força de trabalho, que, procura reduzir o trabalho improdutivo e não cria valor, especialmente, nas atividades de manutenção, acompanhamento e inspeção de qualidade. Isso quer dizer que as funções passam a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo.

A fundamentação desse novo modelo de acumulação se orienta por um processo produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão de força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de

serviços. No entanto, na indústria da construção civil essas inovações foram introduzidas apenas na parte da elaboração dos projetos, cálculos estruturais, maquetes eletrônicas, perspectivas das plantas, programas de computação gráfica. Por exemplo, o abandono às pranchetas e canetas de tinta à nanquim, para o uso dos programas de computação – autocad, demonstrando uma evolução do modo artesanal para uma prática operacional informacional.

Contudo, no processo de execução dos projetos, parte construtiva da obra, o processo ainda é realizado de forma artesanal e o trabalho improdutivo que não cria valor, pouco se utiliza. Por essa razão, a manutenção do canteiro de obras, acompanhamento e inspeção de qualidade da produção não é realizada pela tecnologia, mas pelos próprios operários, na condição de co-responsáveis, pelos engenheiros, arquitetos e mestre de obras, que inspecionam a execução do projeto e distribuem as tarefas para serem executadas.

Segundo Tomasi (2005), quando se coloca um olhar mais cuidadoso sobre os trabalhadores da construção, percebe-se que o processo produtivo exige dos trabalhadores uma habilidade especial para conviver com a incerteza e nela agir antecipando-se aos problemas. Isso é materializado na ocorrência dos problemas para a realização dos projetos, que se apresenta como um paradigma do setor, que a partir dele foram construídos os saberes do coletivo de trabalho, bem como um sistema específico de produção. Nesse contexto, é importante ressaltar a respeito da mão-de-obra que ao longo dos anos tem sido marcada pela exteriorização, autonomia, habilidade e por um grande controle do processo produtivo.

A construção civil, embora possa não parecer, é um setor que se encontra em permanente mudança. De fato, constata-se que existe uma necessidade de se adaptar às diversas condições de cada região, especificamente, ao tipo de terreno, material disponível, arquitetura, técnicas construtivas, mão-de-obra, custo de produção, demandas sociais, legislação, entre outros fatores. O importante a salientar, neste caso, é que o setor apresenta como traços marcantes uma forte flexibilidade tecnológica e organizacional.

A partir da década de 70, os procedimentos adotados nos sistemas financeiros mudaram o equilíbrio das forças em ação no capitalismo global, dando mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o

financiamento corporativo, estatal e pessoal. Na verdade, a acumulação flexível procura o capital financeiro como poder coordenador de forma mais acentuada do que o fordismo adotava (HARVEY, 2004).

Apesar disso, esses procedimentos potencializam a formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes, mas o sistema financeiro tem condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência para empresas, regiões e setores lucrativos. Consequentemente, o setor por ser muito lucrativo recebeu grande parte dos investimentos relativos a essa econômica. De acordo com os estudos de Farah (1996), a literatura sobre a indústria da construção no Brasil é recente, datando a maior parte dos trabalhos do final dos anos 70, mas “o setor teve investimentos a partir de 1964 com a intervenção do Estado com a criação do Banco Nacional da Habitação - BNH e de instituições financeiras privadas” (p.19).

Na verdade, o movimento da flexibilidade do capital financeiro fomenta o novo, o efêmero e o contingente da vida moderna, em vez de valores mais sólidos que foram implantados na vigência do fordismo. Por isso constata-se que nesse novo modelo a ação coletiva é mais difícil de ser aplicada. Assim, o resultado dessa dificuldade impulsionou o desenvolvimento do controle do trabalho por meio do individualismo atroz, que se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não satisfatório, da transição do fordismo para a acumulação flexível.

A ideologia da acumulação flexível encaixa-se no setor na indústria da construção quer seja na individualização ou para a sociedade de consumo, para a primeira apresenta várias opções de projetos. Já para a segunda, em tempos de sociedade do espetáculo, os projetos arquitetônicos precisam trazer suntuosidade nos seus traçados, de linhas retas ou curvilíneas, fachadas envidraçadas ou com revestimento de pastilhas, edifícios muito altos entre outras exigências para demonstrar poder e grandiosidade. No pensamento de Debord (1997), “o homem separado de seu produto produz, cada vez mais e com mais força, todos os detalhes de seu mundo. [...] e espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (p.25).

De certa forma, esses projetos apresentam dificuldades para a sua execução e aumentam a vulnerabilidade dos operários aos riscos no processo produtivo.

Segundo Tomasi (2005), diante desses fatores, tais como os projetos, os cálculos, a localização, a tecnologia de construção utilizada que se constituem a especificidade da construção civil. É importante registrar que a marca mais importante dessa especificidade é exatamente a incerteza e os riscos que ela traz consigo. Assim, os trabalhadores precisam ter uma habilidade especial para conviver com a incerteza e riscos, e diante destes agir antecipando-se aos problemas.

Diante dessa visão nota-se que o processo de trabalho utilizado nos moldes da racionalização do trabalho não se adaptou completamente a este setor. É inegável que a especificidade da construção sempre se apresentou como uma característica própria do setor e acaba por imprimir o seu ritmo próprio para o desenvolvimento do seu processo produtivo, o que explica a transferência de grande parte da sua gestão para os operários e manutenção do controle produtivo. Apesar das tentativas de taylorização do setor, não foi possível, uma vez que se tornou um obstáculo ao bom desenvolvimento dos trabalhos. Por essa razão, no setor da construção impera o trabalho artesanal conduzido nos moldes tradicionais (TOMASI, 2005).

3.4 - SOCIEDADE SALARIAL

Sobre a condição do trabalhador assalariado como suporte de identidade social e de integração social, Castel (1999) levanta a discussão dizendo que condição proletária, a condição operária e a condição salarial são três formas dominantes de cristalização das relações de trabalho na sociedade industrial e, também, três modalidades das relações que o mundo do trabalho mantém com a sociedade global. Em princípio, o autor acha que a condição proletária representa uma situação de *quase-exclusão* da sociedade, entretanto o proletariado é um elo essencial no processo de industrialização, pois está condenado a trabalhar para se reproduzir. A discussão a respeito da relação e condição operária com a sociedade é de certa forma mais complexa, tendo em vista que esta se constitui em uma nova relação - a salarial. Assim, o salário deixa de ser apenas a retribuição por um serviço prestado, mas agora, também, assegura direitos.

Os direitos dizem respeito às indenizações nos casos de acidentes, remuneração quando se está afastado do trabalho por motivo de doença, nas

aposentarias por invalidez ou por tempo de serviços prestados, e ainda contribui com uma participação ampliada na vida social, a qual se relaciona como o consumo, habitação e lazer, que foi uma conquista dos trabalhadores. É necessário destacar que essa participação dos operários, não é autônoma, mas sim subordinada, uma vez que o consumo é o de massa, a instrução é a primária; já o lazer, no máximo, é o popular. No entanto, a vinda da sociedade salarial não pode ser considerada como um triunfo da condição operária, porque “os trabalhadores braçais foram menos vencidos numa luta de classes do que ultrapassados pela generalização da condição de assalariado” (CASTEL, 1999, p. 417).

Segundo o autor, isso aconteceu porque a salarização da sociedade, formada pelos assalariados burgueses, funcionários públicos, profissões intermediárias e o setor terciário, encarcerou o operariado, subordinando-o a desesperança de um dia vir a impor a sua liderança. Afinal, a condição operária não criou um outro formato dentro da sociedade apenas se estabeleceu num lugar submisso na sociedade salarial.

Considerando que a sociedade industrial é a base estrutural da condição de assalariado, surgem duas reflexões. De um lado, a relação existente entre o salário e os trabalhadores, que se tornou uma maneira de remunerar a força de trabalho, comandar o modo de consumo e suas vidas. Por outro lado, o salário também disciplina o trabalhador e regula o ritmo de produção.

Dentro deste debate sobre a centralidade da categoria trabalho, concretizado na sociedade salarial, o modelo de uma sociedade burguesa gananciosa, preocupada com o trabalho, movida por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas constitui ainda a ser o ponto focal das contribuições teóricas de Marx, Weber e Durkheim (OFFE, 1989). Não obstante, esse autor se posiciona contrário à centralidade do trabalho na condição da existência humana, e questiona “ainda podemos preservar esta preocupação “materialista” dos clássicos da Sociologia”? (p.1). De acordo com a visão do autor, na fase atual do capitalismo, a categoria trabalho não possui mais a condição central para o entendimento da humanidade. Reconhece que o trabalho constitui-se como um fato essencial no pensamento das tradições clássicas, mas na sociologia contemporânea essa temática deixou de ser fundamental.

Offe (1989) entende que existe uma diferenciação interna dentro da classe dos trabalhadores assalariados, já que as vidas cotidianas dos indivíduos representam uma ruptura com a idéia de que a esfera do trabalho tem um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social. Conseqüentemente, isso significa que o fato social - trabalho assalariado deixa de ser o foco principal da identidade coletiva, da divisão social e política na sociedade contemporânea, a essa dessemelhança do caráter trabalho denominou de “a limitação do paradigma centrado no trabalho” (p.3).

Hoje se encontra em ampla evidência que o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção não são mais abordados como o principal organizador das estruturas sociais pelas seguintes circunstâncias: ocorre um declínio das tentativas de compreender a realidade social através das categorias do trabalho, o trabalho não mais proporciona identidades coletivas, existe o persistente risco de interrupções na capacidade dos trabalhadores de ganhar dinheiro por fatores subjetivos – acidentes e doenças, e objetivos - mudanças técnicas e econômicas, a proporção do tempo dedicado ao trabalho está diminuindo, aumento do desemprego e aposentadoria voluntária, entre outras. Diante dessas considerações, Offe (1989) percebe que “parece improvável que o trabalho, a realização e a ambição continuem a desempenhar um papel central, como norma que integra e conduz a existência pessoal” (p.8).

No entanto, existem outros autores que sustentam que o trabalho ainda é um instrumento organizador da sociedade, mas diante de um novo paradigma. Por exemplo, o informacional no processo produtivo apresentado por Castells (2006). A difusão maciça das tecnologias da informação surtiu efeitos bastante similares em fábricas, escritórios e organizações de serviços, e ainda não provocou o deslocamento para trabalho indireto à custa do trabalho direto que ficaria automatizado, ao contrário: “o papel do trabalho direto aumentou, porque a tecnologia da informação capacitou o trabalhador direto no chão de fábrica, quer no processo de ensaios de chips, quer no processo de firmar contratos seguros” (ID, 306). Nesse contexto, para o autor, a tecnologia da informação em si não causa desemprego, mesmo que reduza o tempo de trabalho por unidade de produção, o que

muda são os tipos de emprego em quantidade, qualidade e o procedimento do trabalho a ser executado. E assim exemplifica:

A difusão da tecnologia da informação na economia não causa desemprego de forma direta. Pelo contrário, dadas as condições institucionais e organizacionais certas, parece que, a longo prazo, gera mais empregos. A transformação da administração e do trabalho melhora o nível da estrutura organizacional e aumenta o número dos empregos de baixa qualificação (ID, 345).

Antunes (1999), também, defende o valor do trabalho, sustentando em sua argumentação que o trabalhador deve converter-se em sujeito operacional da coordenação de diferentes funções da produção, em vez de ser simplesmente comandado, considerando que “[...] O trabalho constitui-se numa categoria central e fundante, protoforma do ser social, porque possibilita a síntese entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social” (p.156). Comprovando os fundamentos ontológicos do trabalho, este autor é fiel a sua tese da centralidade no trabalho para a formação da sociedade contemporânea, pois considera que pelo trabalho “o ser se expõe como subjetividade que cria e responde ao mundo causal” (p.157).

Ao contrário daqueles que defendem a perda de sentido e de significado do trabalho quando imaginado na forma contemporânea do trabalho, que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. Antunes (2006), para além da idéia do Adeus ao trabalho?, entende que:

[...] a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez menos do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. Mas, exatamente porque o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de criação de valores, ele deve aumentar *a utilização e a produtividade do trabalho de modo que intensifique as formas de extração da mais-valia em tempo cada vez mais reduzido*” (ANTUNES, 2006, p. 10-11).

Com base nessas argumentações, buscou-se enfatizar a relevância do trabalho na socialização do indivíduo, reconhecendo a importância que a categoria trabalho representa para a vida social. Segundo essa concepção, Castel (1999) ensina que “o trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também

psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm” (p.578).

O autor considera a sociedade salarial como um momento histórico em que os assalariados alcançaram a maior proporção na população economicamente ativa, chegando a atingir em seu apogeu, em 1975 na França, perto de 83%, em números absolutos. Assim, diante desses dados, considera-se que “foi a industrialização que deu origem à condição de assalariado, e a grande empresa é o lugar por excelência da relação salarial moderna” (ID, p.418). Não obstante, também se caracteriza pela convivência de alguns segmentos, que são os blocos periféricos ou residuais, os quais apresentam uma integração relativa com os assalariados:

A relativa integração da maioria dos trabalhadores, traduzida, dentre outros, pelo salário mensal, cava uma distância em relação a uma força de trabalho que, em vista desse fato é marginalizada: trata-se das ocupações instáveis, sazonais, intermitentes. Esses trabalhadores periféricos estão entregues à conjuntura. Sofrem prioritariamente os contragolpes das variações da demanda da mão-de-obra (CASTEL, 1999, p.475-476).

Nesse contexto, Castel (1999) completa, nos moldes da sociedade francesa, que a incerteza dos tempos não parece exigir nem menos Estado, nem mais Estado e para os órfãos da sociedade salarial é o Estado Social que cabe a responsabilidade de realizar o seu mandato de legitimador o pertencimento de todos a uma mesma sociedade. Entende-se que essas considerações também podem ser aplicadas em nossa sociedade. Por essa razão, de acordo com Antunes (1999), “para superar a crise que se abateu sobre o mundo do trabalho, nestas últimas décadas, é preciso que os trabalhadores por meio de movimentos sociais contestem e confrontem a lógica destrutiva do capital” (p.249).

4 - “DES-SOCIALIZAÇÃO”: ACIDENTES E MERCADO DE TRABALHO

[...] A racionalização própria da indústria moderna tende, a ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho (ANTUNES, 2006, p.130).

Nas páginas precedentes, fez-se uma exposição geral e sistemática da modernidade e sociedade de risco, apontando a importância do trabalho e às relações que se construíram a partir dele para o entendimento da sociedade. Nesse sentido, realizou-se uma reflexão sobre a socialização no trabalho e a constituição da sociedade salarial para uma compreensão melhor da temática contemplada, conhecer particularidades biológicas, sociais e ambientais vividas subjetivamente pelos operários acidentados da construção civil e o seu retorno para o mercado de trabalho.

Percebe-se que o trabalho é imprescindível para a vida social e, também que existe uma relação entre saúde do trabalhador e qualidade da interação na realização das atividades laborais. A tarefa de compreender a complexidade referente à mão-de-obra ofertada por um operário acidentado exige que a atenção esteja voltada para o conjunto de exigências existentes na conjuntura do mercado de

trabalho e das alterações constantes que ocorrem na forma organizacional do trabalho.

Segundo Mendes (2003), a dinâmica da produção, as condições de trabalho e a maneira de viver dos operários são elementos importantes para que se compreenda a saúde, adoecimento e morte da classe trabalhadora. Neste contexto, para Minayo (2008), quando se fala de saúde ou doença, faz-se necessário entender que essas duas categorias trazem uma carga histórica, cultural política e ideológica. Assim, infere-se que com essa relação entre a saúde e trabalho é possível identificar os mecanismos e os segmentos que são produzidos nas relações de dominação que contribuem, de certa forma, para aumentar as desigualdades frente às doenças e acidentes no trabalho.

É da maior importância para a compreensão deste estudo, ter em conta que seu ponto de partida foi considerar mercado e acidentes de trabalho como fatores impeditivos para a integração social plena de um acidentado. Tudo isso é denominado de processo de “des-socialização”⁷ do indivíduo frente ao mundo do trabalho.

4.1 - Teorias dos Acidentes de Trabalho Aplicadas à Legislação

Os acidentes e doenças relacionados ao trabalho estão presentes na vida dos trabalhadores desde a Antiguidade, como reflexos das condições de trabalho e dos processos de produção. Todavia, somente a partir do século XX que passaram a se constituir em objeto de análise e estudo. Por exemplo, no Brasil, a primeira legislação acidentária teve sua edição em 15 de janeiro de 1919, por meio do Decreto Legislativo nº. 3.724. Mas, somente após a década de 30, o Estado assume o seu papel de promotor do desenvolvimento e de mediador da relação capital-trabalho, estendendo o conceito de acidentes às doenças do trabalho ao estabelecer as

⁷ “Des-socialização” este termo utilizado no texto é no sentido de um isolamento social do acidentado, e não em um processo de perda da socialização. Antunes (2006) utiliza esse termo dentro de uma perspectiva mais ampla, entendendo que para resgatar os valores mais essenciais da humanidade, o ponto de partida é desenvolver uma crítica contemporânea e profunda à (des)socialização da humanidade sob o capital, considerando que o eixo dessas ações são os movimentos sociais, sindicais e políticos para contestarem a lógica destrutiva do capital, e com isso superar a crise que atingiu o mundo do trabalho.

responsabilidades dos empregadores pelos acidentes e pelas indenizações (PEPE, 2002).

Entre os benefícios alcançados, durante o período de 1945 e 1960, conforme a concepção do Estado Providência, houve a reestruturação da Previdência Social com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social, Lei nº. 3.807, de 26 de agosto de 1960, que unificou as legislações referentes aos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Ao mesmo tempo, os segurados de vários institutos passaram a ter direitos iguais, no entanto, aumentaram-se os gastos com a ampliação dos benefícios. Mas, por outro lado, houve um acréscimo na arredação, por força do aumento da contribuição dos segurados.

No mundo jurídico, existem duas teorias a respeito dos acidentes de trabalho. Primeiro, a teoria do risco social que se baseia no princípio de que os bens são produzidos para consumo da sociedade e desta forma é a própria sociedade quem deve suportar com certo percentual dos ônus da produção. Essa teoria desenvolveu-se no momento de crise das seguradoras privadas, em face do crescimento dos prêmios, quando o Estado teve que assumir o gerenciamento do seguro acidente como parte de sua política. De outro lado, encontra-se a teoria do risco profissional, desenvolvida na Alemanha, segunda metade do século XIX, que responsabilizava o empregador pela indenização do trabalhador acidentado. Baseando-se no fato de que o acidente deve ser visto como consequência do trabalho e como parte integrante do negócio, ou seja, o lucro do empreendedor está ligado ao risco de ocorrências de acidentes (PEPE, 2002).

Observa-se que em ambas as teorias existe uma preocupação com a identificação de um culpado para o acidente de trabalho, que se traduz na discussão da teoria da culpa, tendo em vista as implicações jurídicas da responsabilidade civil. A discussão das teorias que embasam a compreensão dos acidentes de trabalho encontra-se num campo rico e inesgotável de polêmicas tecnicistas, principalmente, quando é preciso se fazer uma distinção entre acidente no trabalho e do trabalho. A respeito dessas abordagens, que são utilizadas para a diferenciação entre acidente no trabalho ou do trabalho, percebe-se que a expressão acidente no trabalho busca destacar o ambiente como meio potencializador de acidentes, enquanto a expressão

acidente do trabalho prioriza o trabalho tornando o acidente parte da atividade laboral.

Os que adotam a teoria do risco social tendem a usar a definição de acidente no trabalho por ser mais abrangente. Por outro lado, os que adotam a teoria do risco profissional preferem o conceito de acidente do trabalho por ser mais específico e dar maior visibilidade ao trabalhador. Assim é compreensível, portanto, que se recorre ao conceito restritivo para amortecer gastos com o seguro social e ao mais amplo para fazer uma distribuição das responsabilidades jurídicas e financeiras. Por essa razão, percebe-se que deparamos com modelos fragmentados que, de certa forma, podem ser considerados ineficazes para fazer uma abordagem satisfatória a respeito da conceituação dos acidentes.

Segundo Pepe (2002), a medicina social latino-americana estabelece um corte epistemológico na compreensão da relação saúde e trabalho, ao reconstruir conceitos a partir da definição de processo de trabalho enquanto categoria de análise central para o entendimento da saúde do trabalhador. Concomitantemente, a legislação previdenciária no Brasil adota a teoria do risco social, ao dispor de serviços de assistência aos acidentados e incentivar políticas de controle de acidentes por parte das próprias empresas. Com isso, a Previdência Social⁸ assume a parte onerosa, o pagamento dos acidentes com afastamento superior a quinze dias. E dentro desse ponto de vista é possível aproximar-se da especificidade dos acidentes de trabalho e ainda superar as controvérsias existentes entre risco social e profissional.

4.2 - Teoria Sociológica dos Acidentes de Trabalho

Dwyer (2006) em seus estudos sobre acidentes de trabalho propôs uma teoria sociológica a respeito do assunto, asseverando que o exercício de teorizar uma sociologia da produção e prevenção de acidentes começa com a composição de uma coreografia dos atores sociais. Neste cenário é necessário mostrar que os integrantes

⁸ O artigo 60 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, determina que o auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar do início da incapacidade, ou seja, o dia subsequente ao infortúnio, ou o dia em que for feito o diagnóstico. Valendo-se para esse efeito o que ocorrer primeiro, de acordo com o prescrito no artigo 23.

ao atuarem buscam defender as suas culturas, interesses e informações, quer seja na sociedade ou nos locais de trabalho. Apesar disso, as instituições tentam contornar as idéias dos conflitos de interesse ou de diferenças culturais, e fazem isso legitimando suas atividades, uma vez que sua competência é superior na esfera das informações.

É da maior importância, na compreensão desta teoria, ter em conta o diagrama elaborado pelo autor demonstrando as relações existentes entre arenas da vida social. O diagrama, figura 1, é composto de três esferas: a central, intermediária e externa. A central representa o trabalho – espaço físico onde ocorre o processo produtivo; a intermediária refere-se às instituições que tratam de prevenção, indenização dos acidentes de trabalho e das relações de produção e organização empresarial. A externa idealiza a cultura, interesses e todas as informações.

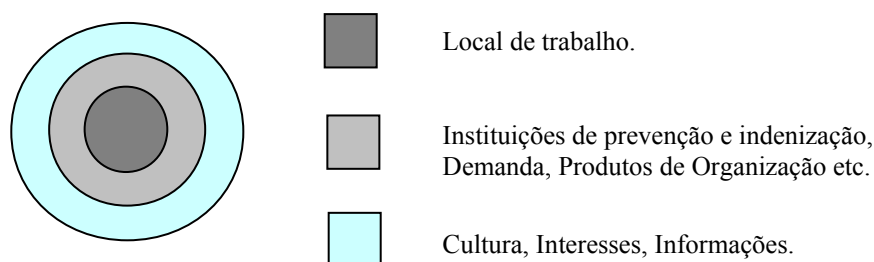


Figura 1: **Diagrama Representativo das Arenas da Vida Social:** Relações entre arenas da vida social (DWYER, 2006, p.136).

Do ponto de vista do autor essas arenas foram representadas em níveis de abstração, por isso elas têm capacidade de se transformar e relacionar de maneira endógena uma com as outras e, também, “podem atravessar e penetrar todos os aspectos da atividade social” (p. 137). Nessa perspectiva, a esfera intermediária é afetada e afeta ambas as arenas, fazendo referência às ações de indenizações e de prevenção das instituições, as práticas desta arena contribuem para transformações de locais de trabalho e de noções de interesses, informações e cultura.

Nesse contexto, é importante esclarecer que na maioria dos países, a intervenção estatal sistemática da prevenção surgiu antes da indenização. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a principal lei de prevenção contra acidentes de trabalho foi sancionada cinco anos antes da lei de indenização de 1898, visto que os acidentes de

trabalho se tornaram um problema político e, com o objetivo de neutralizá-los, as leis de segurança foram sancionadas por serem consideradas benéficas aos trabalhadores. Da mesma forma, no Brasil primeiro foi sancionada a lei de prevenção em 1919, e a de indenização em 1934, advindo da edição do Decreto nº.24.637 que instituiu a obrigatoriedade do seguro de acidentes do trabalho. Com a publicação do Decreto-Lei nº. 5.452, Consolidação das Leis do Trabalho, de 1º de maio de 1943, as causas de ressarcimento por danos causados em acidentes de trabalho, doença profissional ou do trabalho passaram a ser processadas e julgadas pela Justiça do Trabalho.

O local de trabalho, excelência na produção de acidentes de trabalho, esfera central do diagrama, reúne os trabalhadores, empregadores e uma série complexa de insumos: tecnologia, leis, condições de mercado, profissionais especialistas, matérias primas e gerentes, que são introduzidos de maneira a garantir o desempenho da produção. Uma perspectiva sociológica sobre qualquer desses insumos exige que as explicações de seus papéis sejam sociológicas, ou seja, “em vez de procurar explicar o social pelo econômico, pela técnica ou por outras forças não-sociais, esses insumos devem ser vistos como produtos sociais” (DWYER, 2006, p. 142).

Assim, de acordo com o autor, tudo que está fora do local de trabalho e nele é reunido como insumo se constitui como “*relações sociais transformadas*”, ou em outras palavras, cada relação que é socialmente produzida fora do local de trabalho, é “*rearticulada*” dentro dele por meio das relações sociais de trabalho. Além disso, os papéis da tecnologia, do desenvolvimento econômico, da lei, do mercado e do ciclo econômico na produção de acidentes não são fatores estruturais e não podem ser considerados como características do trabalho. Agora, elas têm importância e um papel representativo no local, se forem levadas em conta suas inserções nas relações de trabalho. Contudo, é preciso entender que essas incorporações são dinâmicas, uma vez que as relações de trabalho se reproduzem e se transformam continuamente.

Quanto às alterações que as instituições de segurança podem trazer ao mundo e ao local de trabalho só se averigua por meio de um estudo de seu papel na história – nível macro, e de sua inserção nas relações sociais de trabalho – nível micro. A partir de estudos empíricos, Dwyer (2006) apresentou duas observações

teóricas. A primeira refere-se aos trabalhadores enquanto agentes dos empregadores, uma vez que estão envolvidos em uma relação que os levam à exposição de riscos e, em consequência, são produzidos acidentes de trabalho. Mas, neste caso, é importante destacar que os trabalhadores podem minimizar esse fenômeno. Já a segunda observação refere-se ao comportamento desses trabalhadores quando se expõem aos riscos, considerando que existe uma série de maneiras de se lidar com os perigos no trabalho. Assim, “uma relação social de trabalho é a maneira como são administradas as relações dos trabalhadores com seu trabalho” (ID, p.139).

Destarte, essas observações teóricas quando aplicadas de forma harmoniosa com a teoria e o processo cognitivo adquirido a partir da sociologia do trabalho, fundamentam a construção de uma teoria que reconhece os acidentes de trabalho como produtos de relações sociais. Isso quer dizer que essas relações ocorrem e desenvolvem-se no local de trabalho, nos níveis de recompensa, comando, organizacional e, ao mesmo tempo, de um nível não-social do indivíduo-membro. Assim, quando os acidentes são considerados como um caso específico de erro produzido organizacionalmente, precisam ser vistos como resultado do funcionamento desses respectivos níveis.

O nível de recompensa refere-se à utilização de incentivos para gerenciar a relação de pessoas com seu trabalho, sendo que estes incentivos podem ser materiais ou simbólicos e são distribuídos em troca do desempenho de um trabalho perigoso. Esse nível desperta um interesse peculiar às ciências sociais, especialmente, à sociologia do trabalho, nos termos de Dwyer (2006):

O nível de recompensa surgiu com a descoberta de Roethlisberger e Dickson de que os trabalhadores se empenham em uma “*restrição da produção*”, considerada resultante de uma vontade coletivamente construída, que se expressa como um desejo de deter o controle dos níveis de emprego e “*montante pago*” por peça produzida (p.139).

Além disso, o nível de comando é discutido na literatura gerencial como sendo o uso do poder, que é utilizado como recurso para garantir a produção. O uso do poder serve tanto aos próprios trabalhadores quanto aos empregadores, gerentes, chefes para combater o comportamento considerado indesejável. Do mesmo modo, ocorrem intervenções e ameaças para punir àqueles que executam um trabalho

perigoso. Porém, em outros momentos ocorre o contrário, utilizam-se das mesmas técnicas para constranger, pressionar, e ainda punir os trabalhadores que se recusam a executar o trabalho considerado perigoso.

No nível organizacional os empregadores procuram administrar o trabalho controlando a divisão de trabalho e sua coordenação, formando três tipos de relações sociais predominantes que são a subqualificação, rotina e a desorganização. Apesar disso, o controle é exercido por meio da dominação do conhecimento sobre o trabalho, da concepção das tarefas e da coordenação do conhecimento sobre as tarefas.

Para compreender a transformação do trabalho no nível organizacional sob a análise de erros e, em particular, da produção dos acidentes de trabalho, faz-se necessário o conhecimento das seguintes questões: como é feita a subdivisão das tarefas, a transformação de recursos externos em estrutura e quais são os mecanismos aplicados para adequar as relações sociais dentro de um nível razoável.

Segundo o autor, existe uma hierarquia entre os níveis acima descritos, mas somente por meio de estudos empíricos compreende-se seu grau de importância. Estes níveis em que as relações sociais são classificadas podem ser conhecidos em grupos de construção essencial de uma sociologia do trabalho, que ajuda a análise de uma considerável gama de fenômenos em uma empresa. Ao mesmo tempo, considera um outro nível de realidade que não é social. Trata-se da autonomia que os indivíduos possuem como membros das organizações, que são afetadas pelas relações sociais. Isso se refere uma parte que pertence ao trabalhador, que não é organizada, comandada e nem recompensada – é o “*indivíduo-membro*”. As dimensões do indivíduo-membro que demonstram a sua autonomia nas relações sociais são exercidas pela psicologia cognitiva e sua fisiologia. Além disso, a autonomia faz com que o trabalhador se comporte como desejável ou indesejável ao gosto da empresa. Mas, por mais que queiram e tentem os empregadores, não é possível comandar e controlar as conseqüências dos atos praticados pelos indivíduos-membros (ID, 2006).

As literaturas especializadas registram de forma unânime que os fatores psicológicos são os responsáveis pela maioria dos acidentes de trabalho como, por exemplo, a neurose, atos violentos, agressões e autopunição. Entretanto, existem

outros fatores, que são resultados da fisiologia do trabalhador como a resistência física, pressão sanguínea, resistência às intempéries da natureza, calor, sol, chuva. Somam-se a esses fatores os problemas de saúde, que possuem a capacidade de influenciar na produção de acidentes por meio das ações do indivíduo-membro.

4.3 - Legislação dos Acidentes de Trabalho e Saúde do Trabalhador

Acidentes de trabalho se constituem em importante problema de saúde pública, pois causam um grande impacto sobre a cadeia produtiva e ainda causam sofrimento para a sociedade, por serem potencialmente fatais, incapacitantes e acometerem, em especial, pessoas jovens, pais de família e em idade produtiva, o que ocasiona grandes conseqüências sociais. No ramo da construção civil é acentuada a probabilidade de um trabalhador se acidentar, adoecer e mesmo morrer, considerando que neste setor o grau de risco de acidente do trabalho associado tem classificação máxima - Risco 3, índice fornecido pelo Ministério da Previdência Social e o Ministério do Trabalho e Emprego⁹.

Para o Ministério da Saúde, acidente de trabalho é o evento súbito ocorrido no exercício de atividade laboral, independentemente da situação empregatícia e previdenciária do trabalhador acidentado, e que acarreta dano à saúde, potencial ou imediato, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que causa direta ou indiretamente (concausa) a morte, ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Inclui-se ainda o acidente ocorrido em qualquer situação em que o trabalhador esteja representando os interesses da empresa ou agindo em defesa de seu patrimônio como, por exemplo, aquele ocorrido no trajeto da residência para o trabalho ou vice-versa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

⁹ O Ministério do Trabalho e Emprego adota nos seus Anuários Estatísticos de Acidentes do Trabalho os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, sua descrição e o grau de risco de acidente de trabalho associado. Esse grau de risco determina a alíquota de contribuição de cada empresa para o financiamento dos gastos com benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. O grau de risco tem três índices, 1 para o risco considerado leve, 2 é médio e o 3 grave, e estes também correspondem às alíquotas de encargo social, acidente de trabalho que incide sobre o salário. De acordo com o CNAE 1.0, a Construção de Edifícios e Obras de Engenharia Civil tem classificação no código 45.2, e Edifícios (residenciais, industriais, comerciais e de serviços) inclusive ampliação e reformas completas, estão no código 45.21-7 e risco 3 (Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho, 2006, p. 761 e 768).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada, em 1919, e teve como objetivo promover a justiça social e contribuir para a paz social. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as agências do sistema das Nações Unidas, na qual os representantes dos empregadores e dos trabalhadores possuem o mesmo poder nas suas manifestações que os representantes de governos. A OIT tem lançado, para adoção dos seus Estados-membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre a liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, como também desenvolve projetos de cooperação técnica e serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-membros, por exemplo, o Brasil.

Em 1921, foi organizado um comitê pela OIT para a realização de estudos direcionados à segurança e recomendações sobre medidas preventivas de doenças e acidentes do trabalho. Aos países membros da OIT, o Comitê solicitou a organização de uma comissão de segurança do trabalho. Atendendo o solicitado, o Brasil como Estado-Membro, em 10 de novembro de 1944, por ato da Presidência da República, promulgou o Decreto-Lei nº. 7036, que instituiu a Nova Lei da Prevenção de Acidentes.

Por volta dos anos 70, surgiu o Movimento da Reforma Sanitária que propunha uma nova concepção de Saúde Pública para a sociedade brasileira, incluindo a Saúde do Trabalhador. Todavia, a saúde ainda era um serviço comprado na forma de assistência médica ou como uma ação de favores oferecidos a uma parte da população, que não possuía condições financeiras para pagar assistência privada.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tornou a saúde um direito de todos, garantido mediante políticas sociais e econômicas, e um dever do Estado. Em razão disso, a saúde consolidou-se como uma conquista do trabalhador, uma vez que passou a ser um direito social. Expressamente o texto constitucional, por meio dos seus artigos 196 a 200, determina que haja redução de riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, e sejam regulamentados pela Lei Orgânica da Saúde.

Em atendimento ao comando constitucional, editou-se a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, Sistema Único de Saúde - SUS,

que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde. Assim, o SUS passou a ter competência e atribuição legal sobre o processo saúde-doença, regulamentando os dispositivos constitucionais sobre a saúde do trabalhador como um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores.

Nesse sentido, já existia a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor desde 1º de maio de 1943, aprovada pelo Decreto Lei nº. 5.452, discorrendo sobre os órgãos de segurança e de Medicina do Trabalho nas empresas. A CLT determina que as empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. Além disso, constituir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, de conformidade com normas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O Ministério do Trabalho elabora as normas, atualmente em vigor 33 Normas Regulamentadoras (NR). Entre essas normas destacam-se a NR-5, que regulamenta o estabelecido na CLT sobre as CIPAs, objetivando a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. NR-7, que aborda o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que tem por objetivo a orientação de empregadores, empregados, agentes da inspeção do trabalho, profissionais ligados à área e outros interessados para uma adequada operacionalização do PCMSO, e a NR-18, que trata das condições e meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

O PCMSO é planejado e sua implantação acontece com base nos riscos à saúde dos trabalhadores e são identificados conforme as determinações previstas nas demais NRs. Deste modo, a NR-18 assiste a NR-7 ao estabelecer as diretrizes de ordem administrativa, de planejamento de organização, objetivando medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho para o setor da Construção Civil (artigo 200, inciso I da CLT).

Neste contexto, o Ministério da Saúde, através da Área Técnica de Saúde do Trabalhador, vem elaborando a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do

Trabalhador (Renast). Essa rede é composta por Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e por serviços sentinela responsáveis pela notificação compulsória dos 11 agravos à saúde do trabalhador, que estão descritos na Portaria GM/MF nº. 777/04, visando reduzir os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área da saúde. Com isso, a Renast estrutura a rede de informações em Saúde do Trabalhador, dando apoio a estudos, pesquisas, capacitação de recursos humanos e buscando a participação da comunidade na gestão dessas ações. Já nas esferas Estaduais e Regionais essas atribuições ficam a cargo do Cerest.

Ao lado dessas informações, faz-se necessário pensar a Saúde do Trabalhador na organização da sociedade e do trabalho, compreendendo essa realidade sob uma perspectiva de sujeitos coletivos, conhecendo-os e reconhecendo-os historicamente. Nos termos de Mendes (2003),

A Saúde do Trabalhador entende o social como o determinante das condições de saúde. Sem negar que os doentes devem ser tratados e que é necessária a prevenção de novas doenças, privilegiando ações de promoção da saúde (p. 65).

No Brasil, uma parte substancial dos custos diretos com a saúde do trabalhador e dos acidentes de trabalho recai sobre o Ministério da Previdência Social que, por meio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), tem a missão de garantir o direito à previdência social. Esse instituto é definido como um seguro social que reconhece e concede direitos aos segurados, sendo que suas contribuições destinam-se apenas aos custeios de despesas nas concessões dos seus benefícios. Dentro dessa estrutura legal, o INSS é o responsável pelo recebimento das contribuições e pagamento dos benefícios.

Para a previdência social “acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou pelo exercício do trabalho segurado especial, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, de caráter temporário ou permanente”, dispositivo expresso no artigo 19 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. Por isso, entende-se que o acidente pode causar desde um simples afastamento, perda ou redução da capacidade para o trabalho e, às vezes, a morte do segurado.

Nesse contexto, os indivíduos considerados elegíveis a esses benefícios concedidos são: o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial, no exercício de suas atividades. Agora, o auxílio-doença acidentário previsto na Lei nº. 8.213/1991 é um benefício pecuniário de prestação continuada, com prazo indeterminado, sujeito a revisão periódica, que se constitui no pagamento de renda mensal ao acidentado urbano ou rural, que sofreu acidente do trabalho ou doença das condições de trabalho.

É admissível, portanto, que também sejam considerados acidentes do trabalho: o acidente ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado; doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e a doença do trabalho, adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente. Para os dois últimos casos, a doença deve constar no Regulamento da Previdência Social que foi aprovado pelo Decreto nº. 3.048, de 06 de maio de 1999.

A norma classifica os acidentes do trabalho em típico, de trajeto e doença profissional ou do trabalho. O primeiro refere-se ao acidente decorrente da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado. O segundo refere-se ao acidente ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado, e vice-versa. Concernente à terceira classificação, entende-se por *doença profissional* aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinado ramo de atividade e por *doença do trabalho*, aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, desde que ambas estejam contidas no Anexo II do Regulamento da Previdência Social.

4.4 - Acidentes de Trabalho

Acidente de trabalho é um tema que traz preocupações, porque não só envolve o trabalhador, mas também a sua família e a sociedade. Nesse sentido, torna-se difícil comemorar os avanços tecnológicos, integração mundial de mercados

financeiros, quebras de barreiras protecionistas, se ainda temos aberta uma ferida social como esta, os acidentes e morte no trabalho (OLIVEIRA, 2002).

As informações sobre acidentes de trabalho são deficientes, pois há uma expectativa que milhares de acidentes e mortes não sejam computados pelos números oficiais. O Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil estima que apenas 40% (quarenta por cento) dos casos são notificados. De acordo com os estudos realizados por Lucca e Mendes (1993), as estatísticas oficiais do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social registraram nos últimos 20 anos mais de 80 mil óbitos diretamente relacionados ao trabalho. Todavia, esta realidade é ainda mais grave se ampliarmos o levantamento para os demais países do mundo, tendo em vista que existem diferentes interpretações para o que seja considerado acidente de trabalho e, o que é mais grave, há países onde estes números não são levantados ou divulgados.

Percebe-se que esta situação produz um cenário muito precário para a análise da situação internacional dos acidentes de trabalho. Em vista disso, a OIT estima que anualmente ocorram 2,2 milhões de mortes decorrentes de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho, para uma população economicamente ativa de 2,837 bilhões de pessoas. Segundo as estimativas da OIT, dos aproximadamente 355 mil acidentes mortais que acontecem anualmente no mundo, pelo menos 60 mil ocorrem em obras de construção (ANUÁRIO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO, 2006 apud OIT, 2005).

Ao lado dessas considerações, apresentam-se dados estatísticos de acidentes e mortes no trabalho, ocorridos em 129 países que possuem mais de 500 mil trabalhadores. Os dados contidos na Tabela 1¹⁰ são parciais. Pelo que indicam os dados gerais, o Brasil ocupa o 5º lugar em número de trabalhadores, a 9ª posição de acidentes de trabalho e o 4º lugar em número de mortes no trabalho.

¹⁰ A Tabela 1 completa encontra-se nos anexos.

Tabela 1 - Acidentes e mortes no trabalho no mundo – 2006.

País	Ano Inform.	Trabalhadores	P	Acidentes	P	Mortes	P	Mortes/ 10.000 acidentes	P
China	2002	737.400,000	1	18.679	46	14.924	1	7.989,7	1
Índia	2004	368.966,100	2	800	79	162	36	2.025,0	7
Estados Unidos	2001	135.073,000	3	1.315,920	1	5.559	2	42,2	48
Brasil	2000	75.458,000	5	326.071	9	2.503	4	76,8	39
Rússia	2001	64.120,000	6	153.110	13	4.370	3	285,4	23
Japão	2003	63.170,000	7	126.083	15	1.628	5	129,1	34
México	2004	42.306,100	10	362.157	7	1.324	7	37,1	52
Alemanha	2002	36.536,000	12	1.306,772	2	1.071	10	8,2	75
Reino Unido	2003	27.820,800	15	164.941	12	174	33	10,5	73
França	2003	24.630,900	17	721.888	4	661	19	9,2	74
Itália	2004	22.133,000	18	576.605	5	931	13	16,1	67
África do sul	2000	16.000,000	27	5.950	56	493	22	828,6	11
Canadá	2003	15.665,100	28	349.817	8	963	12	27,5	56

Fonte: Anuário Brasileiro de Proteção 2006 apud Anuário Estatístico do Trabalho 2005 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com as estatísticas descritas, evidencia-se a gravidade do problema dos acidentes e das mortes no trabalho, em âmbito mundial. A conferência realizada pela OMS, em 1994 na China, apontou algumas conclusões estarrecedoras sobre a temática, apontando o ambiente de trabalho como um dos mais perigosos e comprometedores da saúde do trabalhador e que 90% (noventa por cento) dos trabalhadores não tem acesso aos serviços de saúde (MENDES, 2003).

Machado e Gomez (1994) apontaram em suas pesquisas que se compararmos o Brasil com outros países quanto ao número de óbitos e à letalidade¹¹, constata-se aqui um maior número de óbitos por acidentes de trabalho. Contudo, em relação à letalidade apesar de ser elevada e resistente, esta é inferior à de vários países como, por exemplo, Indonésia, Marrocos, Coreia do Sul, Turquia e Venezuela. Portanto, o Brasil apresenta um bom indicador nacional das condições de trabalho e padrões de segurança razoável, mesmo que ainda pesem os critérios distintos de registro e subnotificações dos acidentes de trabalho.

Os dados reproduzidos na Tabela 2¹² trazem um resumo das estatísticas de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e óbitos decorrentes de acidentes de

¹¹ A taxa de letalidade mede o número de óbitos específicos por determinada causa. No caso dos acidentes de trabalho significa o número de óbitos por acidentes no trabalho em relação ao número de casos de acidentes de trabalho registrados no período. Por exemplo, o setor de construção no estado de Goiás em 2007, segundo a Previdência Social, apresentou uma taxa de letalidade de 7,92% por 1.000 acidentes (Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, 2007).

¹² A Tabela 2 discriminando todos os anos a partir de 1970 encontra-se nos anexos.

trabalho notificados à Previdência Social através da CAT - Comunicação de Acidentes de Trabalho. Observa-se que no Brasil, nos últimos 35 anos, a ocorrência de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e óbitos decorrentes dos acidentes no trabalho sofreram redução enquanto que o número de trabalhadores formais aumentou. Por exemplo, a média total dos acidentes nos anos 70 foi 1.575.566, enquanto que nos anos 90 foi de 470.210, os dados mostram que houve uma redução de 70%. No entanto, para o quantitativo dos trabalhadores engajados no emprego formal houve um aumento de 190%, em correlação à redução dos acidentes evidência-se que houve uma melhora na qualidade dos padrões de segurança e no ambiente de trabalho.

Tabela 2 - Número de acidentes e doenças do trabalho no Brasil – 1970-2004.

Ano	Trabalhadores	Acidentes		Total Acidentes	Óbitos	Óbitos / 10 mil trab.
		Típico	Trajetos			
Média Anos 70	12.428.828	1.535.843	36.497	1.575.566	3.604	23
Média Anos 80	21.077.804	1.053.909	59.937	1.118.071	4.672	42
Média Anos 90	23.648.341	414.886	35.618	470.210	3.925	85
2000	26.228.629	304.963	39.300	363.868	3.094	85
2001	27.189.614	282.965	38.799	340.251	2.753	81
2002	28.683.913	323.879	46.881	393.071	2.968	75
2003	29.544.927	325.577	49.642	399.077	2.674	67
2004	31.407.576	371.482	59.887	458.956	2.801	61
Média Anos 00	28.610.932	321.773	46.902	391.046	2.858	74

Fonte: Anuário Brasileiro de Proteção 2006.

Infere-se, dos dados contidos na Tabela 2, que a média dos óbitos registrados nos anos 90 aumentaram 72,94 em relação à média dos anos 70. No Brasil, o início da primeira década do século XXI ainda aponta que são registrados mais de 60 acidentes fatais no trabalho por ano.

Dentro desse contexto, apresenta-se a Tabela 3 que traz o número de óbitos registrados por acidentes de trabalho na cidade de Goiânia, e a variação de um ano em comparação ao anterior dos casos registrados. Nesta tabela estão incluídos todos os setores de atividades econômicas.

Tabela 3 - Óbitos registrados por acidentes de trabalho em Goiânia (Go) – 2004-2008.

ANO	2004	2005	2006	2007	2008
-----	------	------	------	------	------

ÓBITOS	28	27	25	17	11
VARIAÇÃO (%)	-	-3,57	-7,00	-32,00	-47,00

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Na Tabela 3 observa-se que no ano de 2004 foram registrados 28 casos de óbitos por acidente de trabalho, e em 2008 foram 11, houve uma redução de 61%. Desses dados, percebe-se que as ocorrências de acidentes fatais em Goiânia foram diminuindo a partir de 2004.

Segundo pesquisa realizada por Facchini et al (2005), no Brasil, acontecem três mortes a cada duas horas e três acidentes não fatais a cada minuto, por essa razão são registradas oficialmente 390 mil acidentes de trabalho, deste total três mil são fatais. Contudo, o Ministério da Previdência Social prevê que esse número chegue a 1,5 milhão/ano, considerando que nem todas as ocorrências são cadastradas corretamente.

Os estudos por ramos de atividades econômicas são importantes para identificar as bases tecnológicas envolvidas nos acidentes, localizá-los e avaliar as políticas de prevenção. Nesse contexto, no Quadro 1 apresentam-se os dados da Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho referindo-se aos setores econômicos. No acumulado de Janeiro a Agosto de 2009, constata-se que o setor construção apresentou o maior índice, 23,73%, contabilizando um total de 272 acidentes.

SETOR ECONÔMICO	AÇÕES FISCAIS	TRABALHADORES ALCANÇADOS	NOTIF.*	ACIDENTES ANALISADOS	
Agricultura	6.877	799.113	9.315	46	
Comércio	24.511	1.869.034	11.647	138	
Construção	21.510	1.523.680	10.957	272	
Educação	1.685	198.391	192	02	
Hotéis/Restaurantes	4.087	202.643	1.234	21	
Indústria	Alimentos	3.714	1.039.460	2.551	75
	Madeira e Papel	1.379	125.457	1.049	30
	Metal	5.862	1.158.664	5.810	168
	Mineral	2.485	278.612	3.882	69
	Químicos	2.213	500.333	1.925	58
	Tecido e Couro	3.425	455.546	2.279	21
	Outras	1.408	127.183	865	47
Instituição Financeira	967	327.652	199	05	
Saúde	5.529	748.044	4.116	18	
Serviços	7.371	1.968.786	2.955	92	
Transporte	6.276	1.294.039	2.093	63	

Outros	2.587	636.825	824	21
Total	101.886	13.253.462	61.893	1.146

Quadro 1 – Informações da inspeção em segurança e saúde no Brasil - Acumulado – Janeiro-Agosto-2009.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – MTE.

* concessão, pelo auditor-fiscal do trabalho, de prazo para regularização.

As relações entre trabalho e saúde no Brasil, acomodam-se de forma variável, coexistindo em múltiplas situações de trabalho, que são caracterizadas por diferentes estágios de incorporação tecnológica, de modelos de organização, gestão e de contratos, que se expressam no viver, adoecer e o morrer dos trabalhadores. Por exemplo, existem formas de trabalho semelhantes ao trabalho escravo, com jornadas prolongadas e condições de trabalho precárias, como, por exemplo, é o caso dos operários da construção civil, carvoeiros e oleiros.

Também, existem ambientes de trabalhos que recepcionam tecnologias avançadas, e por isso os riscos são menores para os trabalhadores, como na área da informática e aeronáutica. Verifica-se ainda que em todos os tipos de condições de trabalho, por força de uma pressão da organização do trabalho, ocorre uma alteração no aparelho psíquico do indivíduo. Igualmente, tudo isso pode ser considerado como um cenário típico que favorece a vulnerabilidade dos trabalhadores (PAULILO e DAL BELLO, 2002).

Nesse contexto, é inegável reconhecer que os operários da construção por trabalharem em locais inadequados enfrentam dificuldades para a realização do processo produtivo. Com frequência, também, o processo produtivo deste setor faz com os trabalhadores se exponham constantemente às intempéries da natureza. Por essas razões, infere-se que essas adversidades favorecem a vulnerabilidade do trabalhador à ocorrência de um acidente de trabalho. Soma-se a tudo isso ainda a necessidade de estar sempre produzindo e aprimorando o trabalho, que são fatores que aumentam a fragilidade frente às situações de risco.

A seguir, o Quadro 2 apresenta dados dos acidentes de trabalho ocorridos nos anos de 2002 a 2006, comparando o quantitativo dos acidentes típicos em relação ao total dos acidentes ocorridos no Brasil, região Centro Oeste e o estado de Goiás. Mas estima-se que os dados contidos nos Anuários Estatísticos de Acidentes

do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, na Superintendência Regional de Goiás.

Local	Ano e Quantidade dos Acidentes de Trabalho Registrados									
	2002		2003		2004		2005		2006	
	Total	Típ.	Total	Típ.	Total	Típ.	Total	Típ.	Total	Típ.
Brasil	12.855	11.324	12.070	10.549	12.434	10.778	12.537	10.832	13.968	12.051
Centro Oeste	1.016	897	927	788	1063	907	1030	868	1.068	901
Goiás	426	369	382	323	424	361	482	398	481	409

Quadro 2 - Informações de acidentes do trabalho registrados na construção civil, no Brasil, Região Centro Oeste e no Estado de Goiás – 2002-2006.

Fonte: Anuários Estatísticos de Acidentes de Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego.

O Quadro 2 mostra uma comparação entre os acidentes registrados na construção civil. O quantitativo total refere-se aos acidentes de trabalho classificados como acidente típico, de trajeto e doença profissional ou do trabalho. Os típicos são das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores diretamente no processo produtivo, incluem-se os trabalhadores de mão-de-obra qualificada e não qualificada.

De acordo com os dados apresentados no Brasil, Região Centro Oeste e estado de Goiás, constatou-se um aumento no número dos acidentes de trabalho nos últimos cinco anos. É importante salientar que esses dados referem-se apenas aos trabalhadores que estão no mercado formal. Assim, comparando o ano de 2006 com 2002, no Brasil, os acidentes no setor da construção civil tiveram um crescimento de 8,6%, para a Região Centro Oeste de 5,1% e 12,9% para o estado de Goiás. Constatou-se também que os acidentes típicos registrados, em todos os anos, corresponderam a um índice acima de 80%.

O Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho não apresenta dados dos municípios por atividades econômicas. Todavia, junto ao Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS foi possível encontrar dados dos benefícios requeridos por meio da CAT, na cidade de Goiânia. A Tabela 4 mostra os dados fornecidos para os anos de 2006 a 2009.

Os dados apresentados, Tabela 4, referem-se a todos os benefícios requeridos junto ao órgão. No entanto, de acordo com as informações prestadas pelo responsável da seção de estatísticas, o sistema de processamento de dados estava em

manutenção, por esse motivo é compreensível porque os dados inseridos no banco de dados do INSS não especificam a qual setor de atividade pertence o segurado.

Tabela 4 – Benefícios requeridos através CAT gerados na cidade de Goiânia – 2006-2009.

Benefício Requerido	2006	2007	2008	2009*	TOTAL	%
Auxílio Doença	97	07	-	01	105	49,00
Aposent. Invalidez	19	07	02	01	29	13,55
Pensão por Morte	20	11	12	05	48	22,42
Auxílio Acidente	12	08	06	05	31	14,48
Auxílio Suplem.	-	01	-	-	01	0,55
Total	148	34	20	12	214	100

Fonte: Sistema Único Benefícios – Siube (INSS).

*Dados de janeiro a novembro, consulta executada em 08/12/2009.

Analisando os dados, no período de 2006 a 2009, constata-se uma dura realidade dos agravos à saúde dos trabalhadores na cidade de Goiânia. Quanto à gravidade dos acidentes, 22,42% do total de benefícios requeridos foram fatais, e destes, 41% ocorreram no ano de 2006. Das aposentadorias por invalidez foram requeridas 13,55%. Os totais de acidentes fatais e das aposentadorias somam 77 benefícios requeridos, estes valores correspondem a 35,98%. Por outro lado, constata-se a concessão de apenas um benefício auxílio suplementar, que se refere à ajuda de custo para a contratação de um acompanhante para o trabalhador que sofreu acidente de trabalho ou doença das condições de trabalho.

Com relação ao ano de 2009, os dados informam a menor quantidade de benefícios requeridos, mas é preciso ressaltar que os benefícios do mês de dezembro ainda não estavam disponíveis à época da consulta realizada. Porém, diante destes dados, com precaução, pode-se dizer que as empresas goianas estão ampliando a aplicação de políticas de segurança e saúde. Em vista disso, minimizam-se os riscos de danos à saúde do trabalhador.

4.5 - Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho no Brasil passou por uma longa reestruturação no período dos anos 40 até o final dos anos 70. De acordo com a literatura econômica, dentre muitas peculiaridades deste processo, ressalta-se que neste período houve uma elevação da taxa de assalariamento formal, garantia de estabilidade no emprego

estrutural, redução do desemprego e instituição do salário mínimo a partir de 1º de maio de 1940.

Segundo Cerqueira e Givisiez (2004), após a década de 30, com o fim dos processos migratórios internacionais, tiveram início no Brasil o grande fluxo de trabalhadores nativos, principalmente, com a quebra da economia rural que dispersou milhares de camponeses, fenômeno denominado de êxodo rural. Para os autores, duas tendências caracterizaram o fenômeno migratório brasileiro: “ocupação e abertura das fronteiras agrícolas e a crescente ocupação da população nas grandes cidades” (ID, p.39).

Após a década de 70, os processos de modernização das atividades agrícolas provocaram o êxodo rural e uma grande mobilidade social que resultou numa urbanização crescente e violenta. Portanto, esse período definiu a passagem de um país eminentemente rural para urbano. Dentro desse cenário o país seguiu o contexto internacional para a instalação e reestruturação produtiva, alicerçada em políticas de gestão e organização do trabalho. De forma não diferente foram adotadas alternativas de gestão com base na tecnológica e estratégias desestruturantes da organização dos trabalhadores e de suas formas de resistência.

Ao lado dessas manifestações, acrescenta-se que se iniciou um novo perfil no mundo capitalista, um período de dificuldades para o mundo do trabalho, quando o fordismo e o keynesianismo começaram a apresentar instabilidade, considerando que esta conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial é uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de alianças militares e relações de poder. E no início dos anos 70, não mais conseguiam o controle da economia que tinha como objetivo a condução de um sistema de pleno emprego (HARVEY, 2004).

Os benefícios oferecidos pelo fordismo não atingiam a todos, havia na verdade sinais visíveis de insatisfação mesmo no apogeu do sistema, pois as negociações fordista de salários estavam restritas a certos setores da economia e a certas Nações-Estados. Isso dividia os mercados de trabalho em um setor “monopolista” e um setor “competitivo” (Harvey apud O’Connor (1973), 2004, p.134), e ainda muito diversificado, fazendo com que o trabalho ficasse sem

privilégios e proporcionando muitas desigualdades, tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos.

Segundo Harvey (2004), as incertezas administradas pelo período de recessão de 1973, relacionadas à crise internacional do período – complicações econômica, social e políticas das décadas de 70 e 80 e as exigências do capitalismo estimularam o surgimento de um novo período de acumulação – a acumulação flexível e fez surgir um modo próprio de regulação. Assim, o capitalismo contemporâneo busca de certa forma preservar-se por meio de um regime de acumulação diferenciado e tendo como matriz básica a flexibilização.

De modo análogo o mercado de trabalho passará por radical transformação, emergindo um novo modelo de produção industrial, a partir da produção flexível. Para isso serão constituídas novas bases de competitividade no mercado mundial, embasadas nas tendências e lógicas do capitalismo globalizado. A globalização capitalista contribui fortemente para que sejam aumentadas as desigualdades sociais e reforçando as relações de dominação e dependência no campo econômico e político entre os países. Os países em desenvolvimento, por exemplo, o Brasil, ficam mais expostos a essa dinâmica de mercado financeiro altamente acelerado, instável e especulativo, sujeitos às ofensivas das grandes potências mundiais e aos seus mecanismos e políticas de estabilização, centralização, concentração e aceleração de ganhos dos grandes capitais, gerados pelo incessante processo de acumulação e internacionalização (CHESNAIS, 1996).

Esses processos apresentam diferentes graduações, pois variam de acordo com a realidade de cada país, mas no conjunto apresentam conseqüências avassaladoras, gerando duros impactos sobre o mundo do trabalho, em razão de que esses processos buscam sempre a competitividade e ainda determinam um crescente desemprego estrutural. Segundo a OIT, em 1994, havia 820 milhões de pessoas desempregadas ou vivendo em situação de subemprego, ou seja, um terço da população mundial ativa economicamente não só estava fora do mercado de trabalho ou não tinha perspectiva de encontrar um emprego imediato (MENDES, 2003).

Nesse contexto, verifica-se que ocorre uma deteriorização das condições de vida e trabalho, provocando a exclusão, desigualdades, miséria, criminalidade e ausência de proteção social. Para Castel (1999) nessas situações ocorre um

rompimento dos vínculos sociais isto é uma situação limite de *um processo de desfiliação*¹³ (p.128).

Comparando a acumulação flexível e a rigidez do mercado, nota-se que surgem novos setores, com outras exigências e necessidades, que são caracterizados pelas mudanças nos padrões de desenvolvimento. Hoje, o trabalhador da indústria já não é mais dominante, os pré-requisitos para o trabalhador passam a ser outros, espera-se um novo perfil de profissional, caracterizado pela qualidade de ser polivalente e possuir uma educação continuada.

A flexibilização dos postos de trabalho e a polivalência exigida dos trabalhadores, sugere capacidade de realização de diferentes atividades, maleabilidade de horários e de mudanças, inclusive geográficas, e capacidade de manusear equipamentos e máquinas automatizadas, o que impõem situações de pouca familiaridade, favorecendo a vulnerabilidade de riscos. Outro fator muito exigido também é a qualidade dos serviços prestados, neste quesito há muita pressão por qualificação, a qual é transferida individualmente para os trabalhadores e assim está diretamente associado o conceito de empregabilidade, um dos principais indicadores para a manutenção no mercado de trabalho. A necessidade do contínuo aprimoramento que a tecnologia exige é sem dúvida um dos fatores que provoca um estado constante de vigilância para não perder o emprego, para ser o melhor e produzir sempre mais. Por essa razão, esses fatores contribuem para a vulnerabilidade dos trabalhadores frente às situações de risco.

Desta forma, os trabalhadores estão constantemente competindo com as vagas existentes no mercado de trabalho, além de não terem assegurado a garantia do emprego. Em vista disso, hoje se encontram fragmentadas as noções de trabalho/emprego/segurança tratadas como sinônimos para garantir a sua estabilidade no emprego formal, primazia da sociedade salarial e do ideal de Estado moderno. A ambos, as suas forças motrizes devem assumir a responsabilidade de “fazer social”, para mitigar algumas disfunções gritantes para assegurar um mínimo de coesão entre os grupos sociais e uma melhoria progressiva da condição social de todos (CASTEL, 1999).

¹³ Desafiliação representa, na perspectiva do autor, a forma de se expressar o rompimento do vínculo societal. Aí surgem os “*desfiliaados*” que são os sem lugar, categorias que se constituíram como contraponto e reverso da situação configurada a partir do trabalho como forma predominante.

A reestruturação brasileira para o mercado de trabalho apresenta uma realidade de regressão e precariedades. O mercado de trabalho apresenta uma taxa alta de desemprego e de precarização do trabalho desde a década de 80, neste período esses fenômenos foram modestos, apenas devido às oscilações da economia devido ao alto período inflacionário. Entretanto, a partir da década de 90 o desemprego urbano e a ampliação da informalidade foram sentidos com mais intensidade, pois não estavam mais preservadas as estruturas industrial e produtiva. Assim, a situação se modificou por completo devido a abertura do mercado que desestruturou a nossa atividade industrial, o desemprego disparou, a informalidade aumentou expressivamente e o desassalariamento prosperou fortemente (LEITE, 2003).

Segundo informações da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, em 2008, o Produto Interno Bruto – PIB medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE cresceu 5.1%, em relação ao ano de 2007. Tal resultado evidenciou uma redução no ritmo de crescimento, comparativamente ao obtido naquele ano, 5,7%. Apesar disso, quanto aos empregos os dados evidenciaram uma expansão generalizada sob a ótica setorial, beneficiada pelo comportamento favorável da demanda interna, conforme ilustra a Tabela 5.

Tabela 5 – Número de empregos – Setores de Atividade Econômica – Brasil – 2007-2008.

Setor de Atividade	2007	2008	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa Mineral	185.444	204.936	19.492	10,51
Indústria de Transformação	7.082.167	7.310.840	228.673	3,23
Serv. Ind de Utilidade Pública	364.667	375.370	10.703	2,94
Construção Civil	1.617.989	1.914.596	296.607	18,33
Comércio	6.840.915	7.324.108	483.193	7,06
Serviços	11.935.782	12.581.417	645.635	5,41
Administração pública	8.198.396	8.310.136	111.740	1,36
Agrop, extr. Vegetal, caça e pesca	1.382.070	1.420.100	38.030	2,75
Total	37.607.430	39.441.566	1.834.136	4,88

Fonte: RAIS – DEC. 76.900/75.

De acordo com os dados da Tabela 5, observa-se que em termos absolutos o setor da construção civil gerou 296,6 mil (+18,33%), demonstrando um bom desempenho e obtendo a maior taxa de crescimento. A RAIS 2008 ressalta que esses

bons resultados são frutos das medidas adotadas pelo governo de estímulo ao setor, com a elevação das operações de crédito direcionadas à habitação e às obras públicas.

Na estrutura do mercado de trabalho, Segundo Castel (1999), existem dois segmentos de emprego. O mercado primário formado por elementos qualificados, melhor pagos, melhor protegidos e mais estáveis. Por outro lado, situa-se o mercado secundário que é constituído por pessoal precário, menos qualificado, diretamente submetido às oscilações da demanda do mercado de trabalho. Ao lado desse entendimento, Harvey (2004) argumenta que os trabalhadores que estão distribuídos no centro da estrutura do mercado de trabalho representam o grupo que tende a diminuir a cada vez mais, considerando que estes empregados que estão inseridos em atividades em tempo integral, usufrui de segurança relativa, acesso à possibilidade de promoção, além de outras vantagens oferecidas pela sociedade salarial.

No mercado secundário ainda se observa um grande incremento da categoria de trabalhadores que se encontram na periferia dessa estrutura, pois são contratados para trabalhar em tempo parcial, ou são subcontratados e com contrato por tempo determinado. Exemplificando, os operários da construção às vezes são contratados para a realização de apenas uma obra, e depois são desligados. Podem-se conferir essas situações na Tabela 6, por meio da evolução do emprego no setor da construção na cidade de Goiânia.

Tabela 6 - Evolução do emprego por setor de atividade econômica - Goiânia (GO) – 2007-2009.

Atividade Econômica	Total Admitido		Total Desligado		Saldo		Var. Emp. %	
	PI	PII	PI	PII	PI	PII	PI	PII
Extrativa Mineral	135	122	95	115	40	7	19,61	4,07
Ind. Transformação	25.129	23.500	23.774	23.812	1.355	-312	3,01	-0,65
Serv. Ind. Util. Pub.	406	533	274	395	132	138	1,99	2,14
Construção Civil	30.164	35.818	26.749	32.985	3.415	2.833	14,33	10,18
Comercio	54.659	52.334	49.293	51.284	5.366	1.050	6,30	1,17
Serviços	74.411	76.651	64.637	67.763	9.774	8.888	7,32	6,18
Adm. Pública	280	300	294	371	-14	-71	-0,31	-1,87
Agropecuária	1.641	11.430	1.511	1.630	130	-200	4,09	-6,26
Total	186.825	190.688	166.627	178.355	20.198	12.333	6,69	3,82

Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregos e Desempregos, Lei nº. 4.923/65.

P I: Período de Dezembro/2007 a Novembro/2007.

P II: Período de Dezembro/2008 a Novembro/2008.

Conforme dados da Tabela 6, o setor da construção civil é setor que apresenta a maior taxa de variação de empregabilidade, relação entre admitidos e desligados. Não obstante, isso demonstra uma de suas especificidades, a realização de contratos por tempo determinado. Essa variação, nos dois períodos, foi positiva. No primeiro período apresentou índice de +14,33% e no segundo +10,18%. Apesar dos índices serem positivos, constata-se ainda que o setor seja caracterizado por apresentar uma elevada rotatividade no quadro de funcionários. Os dados mostram que no período I foram contratados 30.164 e apenas 3.415 continuaram trabalhando. Novamente, no segundo período foram admitidos 35.818 e foram desligados 32.985, continuaram contratados apenas 2.833. Isso também demonstra uma instabilidade na empregabilidade do setor e oferece insegurança aos trabalhadores.

Na verdade, o processo de reestruturação produtiva do capital forçou uma redefinição quanto à divisão internacional do trabalho e no sistema produtivo global. Diante desse panorama, observa-se que a junção dessas experiências mundiais com as condições econômicas, sociais e políticas geraram fortes mudanças no processo produtivo, visto que intensificou o processo de desprotelarização de importantes contingentes de operários e acelerou o processo de precarização do trabalho (ANTUNES, 1999).

No mesmo contexto, Leite (2003) sinaliza que o avanço dos estudos sobre mercado de trabalho não deixa dúvida que existe um grave problema de precarização das condições de vida e de trabalho. Pois, a exclusão social acompanha a reestruturação produtiva desencadeada a partir dos anos 90. No seu entendimento a pior face desse processo veio ao conhecimento da sociedade com os estudos mais recentes, que consiste nesta comprovação, “a precarização e a exclusão emergem como tendências estruturais do processo, agravando-se tanto mais quanto ele se aprofunda” (p.113).

Assim, o tema da precariedade pode ser destinado a introduzir a importância de se levar em conta à clivagem presente no mundo dos trabalhadores, quer seja no âmbito da era fordista, sociedade salarial ou acumulação flexível. Manifestando-se pela distinção entre os grupos vulneráveis que são marcados por

profundas desigualdades de gênero, raça e idade. Punindo os setores mais discriminados, e uma parcela dos trabalhadores que usufruía dos benefícios do progresso social e econômico (ID, 2003).

Nesse contexto, para Castells (2006), agora na era da informacionalidade, é realidade no mercado de trabalho que as qualificações educacionais exigidas nos cargos da estrutura ocupacional, segregam ainda mais a força de trabalho com base na educação. A mão-de-obra desvalorizada é formada por mulheres, minorias étnicas, imigrantes e jovens que se concentram em atividades de baixa qualificação e mal pagas, bem como no trabalho temporário ou em serviços gerais.

5 - TRABALHO DE CAMPO

[...] a fala é a forma de comunicação mais privilegiada para a sociedade humana, pela possibilidade de ela conter a experiência, permitir o entendimento intersubjetivo e social e, por sua densidade, constituir-se em si, em fato social (MINAYO, 2008, p.204).

Compreende-se que o objeto sociológico possui a peculiaridade de ser delimitado pelo contexto histórico e por isto “existe um determinado espaço cuja formação social e configurações são específicas” (MINAYO, 2004, p. 13). Em vista disso, existe a necessidade de atualização dos estudos de forma que as comparações entre o referencial teórico já existente e os dados encontrados em campo tentem dar conta das disparidades provocadas, pela transitoriedade constituída do contexto social específico a ser estudado.

Neste capítulo, primeiramente, é apresentado o percurso metodológico e algumas considerações sobre as perspectivas teóricas utilizadas como parâmetros epistemológicos de apoio a pesquisa. Em seguida, encontram-se análise e resultados, contextualizando o processo produtivo em um canteiro de obras e a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego nos assuntos relacionados à prevenção de

acidentes e saúde do trabalhador. Em seguida, apresenta-se o perfil dos operários acidentados que aceitaram fazer parte desta pesquisa e as análises das suas informações prestadas sobre segurança, acidentes de trabalho e reinserção no mercado de trabalho.

5.1 - Percurso Metodológico

Tendo como premissa que a escolha do caminho metodológico faz a qualidade de um trabalho científico, entende-se que é imprescindível trabalhar com rigor, com método, para assegurar a si e aos demais que os resultados da pesquisa realizada sejam confiáveis. Esse entendimento se justifica porque a realidade é objetiva, e os métodos fornecem elementos que são utilizados para apreendê-la e oferecer ao pesquisador uma maior ou menor aproximação da realidade, que não é imediatamente perceptível.

Retoma-se o pensamento do matemático e filósofo René Descartes, que, já entendia, há mais de três séculos, com regras precisas, método e a partir da observação exata, é possível ter a certeza de nunca tomar um erro por uma verdade, e assim não se perde em vão as forças da mente. Por outro lado, amplia o saber por meio de um progresso. É inegável, portanto, que o método indica as regras e propõe um procedimento eficaz que orienta a realização da pesquisa (LAVILLE e DIONNE, 1999).

Segundo Minayo (2008), a cientificidade não pode ser reduzida somente a uma forma de conhecer, uma vez que existem diferenciações entre os métodos específicos das ciências sociais e das ciências físico-naturais e biológicas. As ciências sociais apresentam algumas características peculiares no seu campo de conhecimento, tais como: as identidades do investigador e do objeto que se situam no mesmo nível, a historicidade do objeto, entendendo que “as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações culturais são específicas”, e ainda vivem “o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro que em si traz, dialeticamente, as marcas pregressas” (p. 39).

Além disso, é oportuno destacar o fato de que as ciências sociais são intrínseca e extrinsecamente ideológicas porque nos seus processos de produção de

conhecimentos se veiculam interesses e visões de mundo historicamente construído. Assim, percebe-se que na investigação social a relação entre o pesquisador e o objeto é crítico, tendo em vista que as visões de mundo de ambos estão presentes em todo o processo de conhecimento.

Assim, existe a necessidade de reconhecer que essas contingências apresentadas são elementos típicos da pesquisa, que uma vez compreendidas, podem ter como conseqüências resultados inacreditáveis no processo de conhecimento. Enfim, compete ao pesquisador usar de um apurado instrumental teórico e metodológico que o abasteça “na aproximação e na construção da realidade, ao mesmo tempo em que mantém a crítica não só sobre as condições de compreensão do objeto como de seus próprios procedimentos” (MINAYO, 2008, p.42).

As ciências sociais apresentam um grande contingente de abordagens no pensamento teórico, tentando apreender os objetos de estudos específicos de seus pesquisadores, tais como: o positivismo, a dialética, o funcionalismo, a sociologia compreensiva, a fenomenologia, a hermenêutica, interacionismo simbólico, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, a etnometodologia, entre outras. Contudo, cada uma delas se constitui de um grupo de autores que, em maior ou menor grau, compartilham de uma ou mais determinada abordagem teórica.

Segundo Alexander (1986), para contrapor a hegemonia do funcionalismo no pós-guerra, transformações ocorreram no pensamento sociológico, “de um lado, surgiram escolas radicais e estimulantes de microteorização, acentuando o caráter contingente da ordem social e a centralidade da negociação individual. Por outro lado, desenvolveram-se vigorosas escolas de macroteorização, enfatizando o papel de estruturas coercitivas na determinação do comportamento individual e coletivo” (p. 1).

Dentro desse contexto, estabeleceu-se de certa forma uma divisão objetivismo/ subjetivismo no pensamento sociológico, contudo isto não significa que essa clivagem deva ser adotada como um paradigma. Muito pelo contrário, atualmente existem autores que tentam conciliar essas perspectivas teóricas, no entendimento de que nenhuma delas isoladamente consegue contemplar de forma satisfatória o conhecimento sociológico.

Nesta análise da dicotomia micro/macro mesmo os autores que mais se identificam com o pensamento estruturalista ou mais individualista, deixam claro que não abandonam a perspectiva do sujeito ou do coletivo. Desta forma, as teorias individualistas reconhecem que as estruturas extra-individuais parecem existir na sociedade e acreditam que estas não só são trazidas pelos indivíduos, mas na realidade produzidas pelos indivíduos no curso de suas próprias interações (ALEXANDER, 1986).

Neste estudo optou-se por uma abordagem qualitativa para a compreensão da problemática em questão. Assim, essa abordagem parte do princípio que o objeto de estudo das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo porque “ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações” (MINAYO, 2004, p. 15).

A utilização da pesquisa qualitativa serve como instrumento de entendimento dos fatores que influenciam na recuperação e reinserção dos operários acidentados da construção civil no mercado de trabalho, visto que, uma dimensão importante da sociedade contemporânea é a importância da vida cotidiana nos espaços em que os sujeitos constroem o sentido do seu agir e experimentam as oportunidades e limites para a ação. Deste modo, para Melucci (2005), os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais determinado pelas estruturas sociais nem submetidos aos vínculos da ordem constituída, o sentido sempre se produz através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa.

Considerando que o objetivo geral e os específicos desta pesquisa foram pautados em questões muito particulares ao tratarem de assuntos que envolvem a autonomia e a experiência do indivíduo. Por isso, julgou-se que a pesquisa qualitativa apresentaria contribuições significativas. Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, ou seja, ela trabalha com o mundo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, considerando que isso responde as circunstâncias mais profundas “das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p.22).

Também, Berger e Luckmann (2005) acreditam ser o universo simbólico concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. Consideram a sociedade histórica inteira e a biografia do indivíduo como acontecimentos que se passam dentro desse universo. Por conseguinte, a construção do universo simbólico se dá por meio de objetivações sociais, contudo sua capacidade de atribuição de significações excede muito o domínio da vida social, de modo que o indivíduo pode localizar-se nele, mesmo em suas mais solitárias experiências, por exemplo, a experiência de ter sofrido um acidente de trabalho ratificando a escolha do método qualitativo nesta pesquisa. No entanto, essa escolha não pode ser vista como um posicionamento autoritário, pois seja qual for o método, qualitativo ou quantitativo, ele sempre dirige sua atenção apenas para certos aspectos dos fenômenos de uma pesquisa. Neste caso, optou-se pelo método qualitativo porque ele pareceu mais adequado para responder o problema pesquisado.

Partindo da premissa que existe certa dificuldade na escolha de um método que seja capaz de apreender todos os aspectos dos fenômenos de uma pesquisa, a opção pelo método qualitativo deu maior clareza ao problema sem, contudo, excluir da metodologia uma abordagem quantitativa, tendo como pressuposto que:

É o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma idéia ampla e inteligível da complexidade de um problema. A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular (GOLDENBERG, 2005, p.62).

Utilizou-se também a técnica da observação participante para trazer mais clareza ao objeto de estudo. Segundo Cruz Neto (2004), a observação participante se realiza por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para colher as informações necessárias sobre a realidade objetiva dos atores sociais em seus próprios contextos.

Essa técnica foi realizada num canteiro de obras, construção de um edifício residencial, para conhecer como são as condições físicas e de segurança do ambiente

de trabalho, como ocorre o processo produtivo e qual a sua contribuição para a ocorrência dos acidentes de trabalho. As visitas foram realizadas durante três meses, julho a setembro de 2009, em períodos alternados, algumas vezes ocorreram na parte da manhã, outras à tarde. A permanência no local, em cada visita, variava de 1 a 2 horas.

As mesmas considerações se aplicam em relação às entrevistas. Naturalmente, o estudo da linguagem utilizada pelos operários serviu para além da análise da forma e da estrutura como instrumento de entendimento da interação e do conflito dos grupos sociais estudados (ALONSO, 1998). Por essa razão, uma entrevista não significa uma conversa despreziosa, ela reforça a importância da linguagem e do significado da fala e serve como meio de coleta de informações.

Igualmente para Haguette (2005), a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem um objetivo – obter informações que o outro possui, o entrevistado. Contudo, essa conversa não é neutra, sem interesses, uma vez que esta se realiza com o propósito de uma coleta de dados relatados pelos entrevistados, que são “sujeitos-objetos” que vivenciam uma determinada realidade que é de interesse para o pesquisador.

A entrevista semi-estruturada objetivou conhecer a percepção dos acidentados da construção civil sobre a sua profissão, acidente e o retorno ao trabalho. Entende-se que essas informações quando obtidas diretamente dos acidentados retratam com maior fidelidade a realidade social que se pretende analisar, considerando que o conjunto de pressupostos e valores que norteiam as suas vidas só pode ser conhecido a partir do discurso que esses atores apresentam dos fatos.

Minayo (2008) define que a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados que dela transborda. No mesmo sentido, “a enumeração dos fatos, por exemplo, é uma qualidade do indivíduo e da sociedade que contém, em si, elementos de homogeneidade e de regularidades”, além disso, “essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, que qualquer pensamento e qualquer discurso político ou teórico que tente explicá-la” (p.42).

O roteiro de entrevista foi estruturado com tópicos sobre a profissão, segurança, acidentes de trabalho e reinserção no mercado de trabalho. Foram incluídas questões abordando aspectos de sociabilidade no trabalho, econômicos e culturais que retratassem algumas indicações básicas de vida dos operários acidentados. Além destas questões procuramos saber sobre a atuação das instituições no processo de recuperação e reinserção no mercado de trabalho.

Não foi uma tarefa simples encontrar e selecionar os sujeitos para serem entrevistados. Houve dificuldades de encontrar a localização desses indivíduos via instituição, visto que ao solicitar essas informações, os responsáveis alegavam que desconheciam operários que tinham sofrido acidentes de trabalho. Uma das possibilidades explicativa dessa situação é que a integração da morte e acidentes na realidade dominante da existência social tem a maior importância para qualquer ordem institucional e, também, sua legitimação é um dos frutos mais importantes dos universos simbólicos. Em nível de significação a ordem institucional representa um escudo contra o terror, acidentes e morte, assim o universo simbólico defende o indivíduo do supremo terror, outorgando uma legitimação fundamental às estruturas protetoras da ordem institucional (BERGER E LUCKMANN, 2005).

Outro problema encontrado foi a resistência por parte dos operários em prestarem as informações solicitadas. Talvez por que durante as abordagens, as perguntas eram de imediatas direcionadas para o assunto - acidentes de trabalho. Posteriormente, constatou-se que esse procedimento causava certo constrangimento aos entrevistados deixando-os assustados e arredios. Percebeu-se que ao falar em acidente de trabalho, de imediato transmitia-se a conotação de morte. Segundo Berger e Luckmann (2005) a morte “estabelece a situação limite para o indivíduo e a mais aterrorizadora ameaça às realidades asseguradas da vida cotidiana” (p. 138).

Percebendo-se as dificuldades iniciais, adotou-se nova estratégia de abordagem. Partindo para a conquista da confiança dos representantes das instituições, e depois, com muita cautela, foi solicitada a indicação de operários da construção civil que sofreram acidentes de trabalho. O Centro de Recuperação solicitou uma cópia do projeto e aprovação do Comitê de Ética da UFG. Após a entrega da documentação, o pedido foi atendido e foram informados oito nomes com telefones de operários acidentados da construção civil. Agora no canteiro de obras,

os operários não indicaram nenhum acidentado. De fato, percebeu-se que eles tiveram receio de falar sobre o assunto com medo de estarem prestando informações que poderiam trazer problemas para a empresa e, também, para eles mesmos.

Assim sendo, “se teoria, método e técnicas são indispensáveis para a investigação social, a capacidade criadora e a experiência do pesquisador também jogam papel importante” (MINAYO, 2008, p.45). Enfim, a esse respeito Becker (1999) já dizia que os cientistas sociais podem e devem improvisar soluções para resolver os seus problemas de pesquisa.

Já a utilização de dados estatísticos como fonte secundária partiu do princípio que a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite ao pesquisador um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Os dados quantitativos foram obtidos junto ao departamento de estatísticas do INSS, Ministério do Trabalho e Emprego, IBGE, CAGED, Anuário Estatístico do Ministério do Trabalho, entre outros que estão disponíveis nos respectivos endereços eletrônicos na rede de internet.

Portanto, infere-se que o pesquisador tem a autonomia para coletar informação quer seja por meio de uma entrevista, observação participante, ou aplicar outros processos metodológicos de um estudo empírico e ainda pode utilizar fontes de dados documentais e estatísticos, ou seja, em um estudo científico as técnicas de pesquisa não são limitadas.

5.2 - Análise e Resultados

A apresentação da análise e resultados dividiu-se em três partes. A primeira faz a contextualização do campo trazendo as características observadas em um canteiro de obras, as condições do ambiente de trabalho, que estavam em desacordo com as normas de segurança e um breve relato da atuação do Ministério do Trabalho e Emprego junto ao setor. A segunda mostra o perfil dos operários que sofreram acidentes de trabalho e aceitaram a participar desta pesquisa. A última parte discorre

sobre as informações advindas das entrevistas sobre “profissão”¹⁴, prevenção, acidentes de trabalho e retorno ao trabalho.

5.2.1 - Organização de Trabalho e os Riscos de Acidentes

O trabalho realizado no canteiro de obras deveu-se ao intuito de verificação e aprofundamento de temas e questões levantadas na entrevista semi-estruturada. Utilizou-se a técnica da observação participante para conhecer as atividades envolvidas no processo produtivo. Relacionando os acidentes de trabalho às condições do ambiente de trabalho e à atuação dos operários, ou seja, se existem condições ambientais inseguras e prática de atos inseguros.

No canteiro observado, construía-se um edifício de 25 andares, 4 apartamentos por andar, cada um de 108m². O quadro de funcionários nesta obra era de 32 e todos contratados diretamente pela construtora. Segundo o engenheiro responsável pela obra, todos os empregados eram registrados¹⁵ e na fase que se encontrava a obra não havia necessidade de serviço terceirizado. O horário de trabalho dos operários era das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas, como a obra estava na fase inicial e o tempo para a entrega estava tranquilo, verificou-se ainda que nesse canteiro os trabalhos não se realizam por tarefas e nem no período noturno.

Segundo as normas de segurança¹⁶, por ter um quadro de funcionários inferior a 50, esse canteiro de obras estava dispensado de constituir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, que tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. No entanto, atendendo ao previsto na legislação de segurança, o funcionário responsável ao cumprimento dos objetivos da CIPA previstos na NR 5 era o mestre de obra, que foi designado pela construtora. Essa situação está prevista no item 5.6.4, da NR 5, considerando que quando o quadro de funcionários não for

¹⁴ A palavra “profissão” é utilizada aqui de forma genérica com significado de ocupação.

¹⁵ Registrados quer dizer que os empregados estão no mercado formal, recebendo salário mensal e assegurado com os direitos trabalhistas e previdenciários.

¹⁶ As normas de segurança referem-se às Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

suficiente para a constituição da CIPA, cabe a empresa designar um responsável pelo cumprimento dos objetivos previstos nesta norma.

Constatou-se de imediato dois fatores no canteiro de obras que apresentavam riscos à ocorrência de um acidente de trabalho. Primeiro, o terreno do canteiro era totalmente irregular e havia muito resto de materiais de construção espalhados pelo chão que dificultavam o deslocamento dentro do canteiro de obras. Segundo, referente às instalações de apoio do processo produtivo, não era possível determinar o que estava sendo feito como provisório ou improvisado devido à mutação constante do ambiente de trabalho.

Ainda é importante salientar, no caso, que o acúmulo de lixo no ambiente de trabalho caracteriza-se como uma inadequação às normas de segurança. A NR 18 ao tratar das condições e meio ambiente de trabalho na construção civil, item 18.29.2, determina que o canteiro de obras deva apresentar-se organizado, limpo e desimpedido, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias.

De certo modo, observou-se que o processo produtivo estava nas mãos dos operários, encarregados e do mestre de obra. O engenheiro da obra ficava com os projetos – arquitetônico, estrutural, elétrico, hidráulico e apenas tirava cópias de partes do projeto a serem executadas, fazia as anotações sobre o que precisa ser feito e passava para o mestre de obra. Via-se, em outro momento, o mestre de obra passando as informações e o que era para ser feito aos encarregados, e estes repassavam aos trabalhadores. Por isso, pareceu evidente que havia um distanciamento entre o conhecimento científico e o processo construtivo. Nesse sentido, destacam-se as considerações feitas por Farah (1996, p.87),

[...] há um distanciamento considerável entre o projeto da habitação e o processo produtivo: os profissionais, engenheiros e arquiteto, a quem cabe a concepção científica do produto, não têm, de um modo geral, domínio sobre a atividade concreta, sobre cada tarefa realizada no canteiro de obras. Por outro lado, o “engenheiro de obras”, tampouco detém o domínio do processo de trabalho. A obra é “tocada” pelo mestre de obra e pelos encarregados, cabendo ao engenheiro um controle meramente administrativo da produção.

O trabalho empírico também revelou que não haviam procedimentos determinados na execução dos trabalhos, as maneiras dos operários trabalharem eram

diversas, cada um realizava a seu modo, em função das situações inesperadas que aconteciam durante a produção. Por exemplo, edificação de alvenaria¹⁷, dependendo do local que o servente deixava os tijolos e a massa, o pedreiro tinha que se adaptar imediatamente às disposições desses materiais para fazer o assentamento dos tijolos. Assim, diante das dificuldades encontradas para executar o serviço, constatava-se que as variações no processo produtivo comprometiam a segurança do ambiente de trabalho.

Nesse sentido, tendo como paradigma a sociologia do trabalho, Dwyer (2006) por meio de um processo cognitivo fundamentou a construção de uma teoria sociológica, que reconheceu os acidentes de trabalho como produtos de relações sociais. Para o autor, essas relações ocorrem e se desenvolvem no local de trabalho, nos níveis de recompensa, comando, organizacional e, ao mesmo tempo, de um nível não-social do indivíduo membro.

Desta forma, observou-se nesse canteiro de obras que o nível organizacional e o não-social¹⁸ contribuíam para a vulnerabilidade dos trabalhadores. Por exemplo, quando se faziam as fôrmas de concretagem, percebia-se uma inadequação entre as situações observadas e as normas de segurança, visto que os operários quando fixavam as tábuas, utilizavam várias ferramentas conjuntamente, tais como: martelo, trena, ora estavam portando-as dentro do bolso da camisa, em outro momento, no bolso da calça. Portanto, constatou-se que os operários utilizavam o porte de ferramentas manuais em desacordo com a NR 18, uma vez que é vedado aos trabalhadores o uso de ferramentas manuais em bolsos ou locais inadequados.

Além disso, as realizações dos trabalhos nas extremidades da laje colocavam os trabalhadores em situações de risco devido às condições difíceis de proporcionar conforto e segurança ao trabalhador. Por exemplo, quando estavam trabalhavam em posição sentada¹⁹ e agachada em determinados locais para execução dos trabalhos, que não foram planejados e nem adaptados para esta posição.

Verificou-se também que sempre havia um ou mais operários utilizando o cinto de segurança sem os dispositivos trava-queda ou ligado ao cabo de segurança.

¹⁷Alvenarias são os blocos de cerâmica ou de concreto usados nas paredes.

¹⁸ O termo “não social” utilizado refere-se ao trabalhador (Dwyer, 2006, p.208).

¹⁹ Sobre o local de trabalho a NR 17 – Ergonomia especifica no item 17.3.1 que quando o trabalho puder ser executado na posição sentado, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para esta posição.

Por conseguinte, a não utilização correta de EPI – Equipamento de Proteção Individual caracterizava prática de atos inseguros.

Ao lado dessas constatações, é importante mencionar que o empregado tem o dever de cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalho, inclusive as ordens expedidas pelo empregador, usar EPI, submeter-se aos exames médicos e colaborar com a empresa na aplicação das NR's. Em vista disso, constitui-se em ato faltoso a recusa injustificada do empregado ao cumprimento dessas exigências. O ato faltoso é motivo de demissão por justa causa, conforme dispõe o artigo 482 da CLT. Para a legislação do trabalho, justa causa é a prática de ato faltoso pelo empregado, que faz desaparecer a confiança e a boa-fé existentes entre as partes – empregado e empregador, tornando indesejável o prosseguimento da relação empregatícia.

A realidade encontrada no trabalho de campo vai de encontro com as questões de risco apontadas por Beck (1997), especialmente, quando ele afirma que:

[...] o ponto decisivo é que o horizonte se obscurece à medida que os riscos crescem. Pois os riscos dizem o que não deve ser feito, mas não o que se deve evitar. Alguém que considera o mundo como um risco vai finalmente se tornar incapaz de agir. As questões de risco não podem ser transformadas em questões de ordem, porque estas últimas se asfixiam, por assim dizer, por causa do pluralismo imanente das questões de risco e se metamorfoseiam sub-repticiamente por trás das fachadas da estatística, em questões morais e de puro decisionismo (p.20-21).

Também, constatou-se que havia combinação da utilização da mão de obra realizada de forma artesanal e uma mecanização parcial. Por isso, pode-se dizer que o caráter produtivo da construção civil é semi-artesanal. Apesar disso, verificou-se que ainda há pouca utilização de máquinas e tecnologia, uma vez que a produção depende quase que exclusivamente da habilidade manual e esforço físico do trabalhador. Nos termos de Farah (1996, p.82):

[...] O predomínio da atividade manual no processo de trabalho tem como pressuposto a preservação de certa habilidade por parte dos trabalhadores. Tal habilidade corresponde, na verdade, a um saber parcial, relativo a frações do processo de produção, especializações dos trabalhadores na execução de determinadas atividades, no manuseio e na

transformação de materiais e componentes específicos, associados à execução de partes da edificação.

Muitas ferramentas utilizadas são simples e segundo Farah (1996) já em uso há bastante tempo desde as corporações de ofício da idade média, equipamentos tradicionais, por exemplo, os andaimes de madeira, carrinhos de mão, colher de pedreiro, pá, chave de fenda, martelo, serrote, machado. Em parceria com esses equipamentos tradicionais são utilizadas ferramentas convencionais – modernas, como as furadeiras elétricas, batem estacas, o elevador de obra. Contudo, às vezes, esses equipamentos substituem a força muscular dos operários, mas não as suas habilidades, que são indispensáveis no processo produtivo.

Constatou-se que a especificidade do processo produtivo da construção advém desta combinação entre o trabalho artesanal e o mecanizado, tornando-se uma característica peculiar deste setor que o faz ser dono de um ritmo próprio ao desenvolvimento dos trabalhos nos canteiros de obras. Em presença desse procedimento se explica a transferência de parte da gestão e o monopólio do processo produtivo para as mãos dos trabalhadores. Isso mostra a dificuldade que existe para racionalização do trabalho, nos moldes do binômio fordismo/taylorismo, ser aplicada neste setor.

Visualizaram-se também outros riscos iminentes à ocorrência de um acidente de trabalho, que comprometiam a segurança e a saúde do trabalhador nesse canteiro de obras, tais como: aberturas nos pisos e a fiação para o fornecimento de energia elétrica interno apresentavam partes vivas expostas de emendas e derivações. Segundo a NR 18, as aberturas nos pisos são proibidas, bem como a existência de partes vivas expostas de circuitos e equipamentos elétricos, e as emendas e derivações dos condutores devem assegurar a resistência mecânica e contato elétrico adequado. Por essa razão, constatou-se que esses procedimentos estavam sendo realizados também em desacordo às normas de segurança.

Percebeu-se ainda, quanto ao quesito segurança, a ausência de um profissional²⁰ especializado²¹ dentro do canteiro de obras acompanhando o processo produtivo e orientando os trabalhadores sobre os locais que traziam perigos e riscos à saúde e, também, a respeito de prevenção de acidentes. O que se via era o mestre de obra, o engenheiro e, às vezes, os próprios colegas dando informações e instruções a respeito desses assuntos apenas de forma verbal.

O importante a salientar, no caso, é que a legislação ao dimensionar os serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número de total de empregados do estabelecimento. Por essas razões, esse canteiro de obras não estava obrigado a ter um profissional especializado na área de segurança, porque ali trabalhavam apenas 32 empregados, considerando que a norma exige sua presença somente quando o número de funcionários for maior que 50.

Evidenciada a precariedade das condições do meio ambiente de trabalho e a prática de atos inseguros por parte dos operários nesse canteiro de obras, mostrou-se importante conhecer a atuação das instituições públicas responsáveis pela Segurança e Saúde no Trabalho no setor da construção civil e que tivesse a competência de fiscalizar e punir as irregularidades existentes. Segundo Lima Junior (2005), as ações em segurança e saúde no trabalho na indústria da construção são realizadas no sistema tripartite²². A ação governamental é realizada por meio das seguintes instituições: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – DSST, Delegacia Regional do Trabalho – DRT e Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO.

Em Goiânia, optou-se para fazer as visitas à Delegacia Regional do Trabalho – DRT. Nesta instituição foram realizadas duas visitas para saber da atuação desta instituição na prevenção de acidentes e segurança do trabalho nos

²⁰ A palavra profissional possui o significado *strito sensu* que aparece em Freidson (1998) “pressupõe um acordo impositivo por parte de todos os consumidores potenciais a usarem apenas membros da ocupação no fornecimento de um tipo definido de trabalho [...] ou a imposição de controles legais pelo Estado, que exige dos consumidores que usem o trabalho de membros legítimos da ocupação, ou torna difícil qualquer uso diferente” (p.121). Neste sentido no setor da construção civil somente são considerados profissionais os engenheiros, arquitetos e os técnicos, que estejam registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

²¹ As atribuições de um profissional integrante do SESMT - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho e o seu dimensionamento encontram-se prescritos na NR 4.

²² Tripartite é formada pelo patronato, trabalhadores e Governo.

canteiros de obras. Segundo informações obtidas, prevenção e segurança dos trabalhadores são realizadas seguindo as diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego, aplicando às empresas, quando necessário, notificações, embargos de obras, interdições de equipamentos, setores do estabelecimento e do próprio estabelecimento quando este apresentar riscos ao trabalhador.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo setor de fiscalização criou-se, em julho de 2009, um programa especialmente direcionado para o setor da construção civil. Para atuar neste programa foram designados sete auditores do trabalho, sendo três auditores para a área da Segurança do Trabalho e quatro para a área de Legislação do Trabalho. A necessidade deste setor especializado deu-se em razão da precariedade em que se encontram os canteiros de obras em Goiânia, durante conversa informal, um auditor do trabalho apresentou este relato:

[...] para você ver com anda a situação em Goiânia, estou desenvolvendo um trabalho de fiscalização num canteiro de obras, edificação de 2 torres, e até hoje não consegui passar da 10ª laje para conhecer os empregados que ali trabalham, de tão suja e escura que as escadas estão, tenho medo. (Auditor do Trabalho)

Averiguou-se que as atividades desenvolvidas pelos auditores são visitas de rotina aos canteiros de obras que visam à prevenção de acidentes do trabalho e preservação da saúde do trabalhador. Às vezes, àquelas podem ser dirigidas, por denúncias, solicitações do Ministério Público, Justiça do Trabalho e Sindicatos. Geralmente, as ações são preventivas, exceção se faz quando a empresa inicia uma obra e não apresentou a DRT informações exigidas na Norma Reguladora nº. 18 que tratam das condições e meio ambiente de trabalho na construção civil, neste caso, quando a visita for realizada lavrar-se-á auto de infração exigindo multa pecuniária. Segundo Dwyer (2006), as intervenções das instituições no local de trabalho são importantes para proporcionar o êxito das transformações positivas nos locais de trabalho e, portanto, minimizar a vulnerabilidade dos trabalhadores frente aos acidentes de trabalho.

5.2.2 - Perfil dos Participantes

O recrutamento dos participantes aconteceu após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás - UFG, por meio do Protocolo nº. 100/2009, emitido em 18 de agosto de 2009. Participaram desta pesquisa oito operários da construção civil que sofreram acidentes de trabalho.

Os oito sujeitos que aceitaram em fazer parte desta pesquisa eram homens e residentes em Goiânia, sendo que dois eram aposentados e seis se encontravam ainda no processo de reinserção no mercado de trabalho. Cinco deles são casados, dois divorciados e um solteiro, e todos possuem filhos. Quatro dos entrevistados eram pedreiros, um servente, um pintor, um carpinteiro e um armador. Dos acidentes ocorridos dois foram de trajeto, no trânsito, e seis no trabalho que são caracterizados como típicos.

Particip.	Idade	Estado civil	Filhos	Educação formal	Ocupação	Naturalidade
P1	36	Solteiro	04	Primário completo	Pedreiro	Goiânia (GO)
P2	38	Casado	03	Primário incompleto	Carpinteiro	Urinauna (PB)
P3	38	Casado	02	Primário incompleto	Pedreiro	A. do Brasil (GO)
P4	39	Casado	02	Primário completo	Pedreiro	Colinas (TO)
P5	48	Casado	02	Primário completo	Pintor	Goiânia (GO)
P6	56	Divorciado	03	Ginásio completo	Armador	Unai (MG)
P7	70	Divorciado	08	Primário incompleto	Pedreiro	Barreiras (BA)
P8	74	Casado	08	Alfabetizado na roça	Serv. de pedreiro	Brejolândia (BA)

Quadro 3 – Caracterização dos participantes das entrevistas.

Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009-2010.

O Quadro 3 exhibe o perfil de cada participante das entrevistas, considerando que esses dados ajudam na construção da realidade social dos operários que foram vítimas de acidentes de trabalho. O indicativo da naturalidade, região de origem dos entrevistados, trazia consigo traços de sua cultura, isso ajudou na realização da

entrevista e na compreensão dos seus depoimentos, percebendo-se que neles estava o seu modo de ver o mundo e conceitos de ordem moral e valorativa.

Notou-se ainda que as maneiras de se expressarem e, principalmente, o modo de falar com sotaque continha símbolos regionais. Também se constatou que a principal visão de mundo dos operários acidentados estava voltada diretamente sobre os cuidados que eram dispensados na realização das tarefas laborais, ou seja, com a ética de trabalho. No mesmo sentido, Bourdieu (2008) afirma:

[...] que a visão de mundo de um velho marceneiro, sua maneira de gerir o orçamento, lidar com o tempo e o corpo, seu uso de linguagem e escolha de roupa estão inteiramente presentes em sua ética de trabalho escrupulosa e impecável, no cuidado e esmero, no bem-acabado e na estética do trabalho pelo trabalho que o faz medir a beleza de seus produtos pelo cuidado e paciência que exigiram (p.74).

O sentimento de ética de trabalho quanto ao cuidado, respeito, gosto do que se fazia, tornou-se bastante visível na declaração deste acidentado:

Eu sempre fiz o que gostava, dediquei a minha vida inteira para a de pedreiro, não me preocupei muito com estudo, porque se pagava bem para um pedreiro, sabe os meus elogios não foram pela minha caligrafia, mas pelo serviço que eu fazia, eu passava pelo engenheiro que estudou 7, 8 anos na faculdade, e ele sempre elogiava o meu serviço, Eu era elogiado pelo serviço que Eu fazia. (P1)

Com base nesses esclarecimentos, percebe-se que não há outra maneira de vivenciar o mundo para o operário senão o mundo do trabalho. Segundo Castel (1999), não existe outra modalidade de existência de mundo possível para o trabalhador que não o trabalho, e afirma “[...] isto é um julgamento moral e social ao mesmo tempo, partilhado por todos os bem-pensantes e que aprisiona o operário de estar debruçado para sempre sobre as tarefas materiais” (p.440).

De acordo com os dados do Quadro 4, constatou-se que, quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, metade possuía o primário incompleto, três possuíam o primário completo, e apenas um concluiu o ginásio. Desses dados, inferiu-se que os sujeitos entrevistados apresentavam um baixo nível de escolaridade, pois a maioria estudou apenas até a primeira fase do ensino fundamental.

Cabe salientar que dentro do cenário da mobilidade espacial dos entrevistados mostrado, um era do interior do estado de Goiás, dois da cidade de Goiânia e cinco vieram de outros estados. Averiguou-se também que todas as famílias dos entrevistados procederam do meio rural.

Essas considerações sugerem esta pequena reflexão sobre a temática. Dentro da população Brasileira, ao longo do século XX, principalmente, a partir da segunda metade do decênio de 1960, quando se iniciou o processo de industrialização do campo e modernização agrícola, teve como resultado o êxodo rural. Segundo Berquó (2001), essas tendências intensificaram-se após a década de 70 e as migrações passaram a ser fortemente para o meio urbano, o que provocou a “consolidação dos grandes centros urbanos, com o crescente processo de metropolização” (p.24). E no início da década de 90, especificamente, houve a consolidação na dinâmica migratória com a “redução das migrações de longa distância e o aumento de migrações intra-regionais e intra-estaduais” (ID, p.24).

5.2.3 - Evidenciando os Depoimentos

Por meio da técnica da entrevista semi-estruturada foram coletados dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das crenças, atitudes, valores e motivações dos acidentados da construção civil sobre “profissão”, segurança, acidentes e o retorno ao trabalho. Assim, diante desse universo de informações buscou-se conhecer as dificuldades de retorno ao mercado de trabalho.

O ponto de partida destas análises teve como pressuposto que os mundos sociais desses acidentados são construídos por suas vidas cotidianas, mas não sob condições que eles estabeleceram. Assumiu-se a compreensão que essas construções derivam de seus mundos vivenciados, principalmente, após a ocorrência do acidente de trabalho.

Embora já tenha sido ressaltado que profissionalização pressupõe antecipadamente um acordo impositivo de controles legais e legítimos (Freidson, 1998), entendeu-se necessário apresentar uma definição de profissão, para explicar o

motivo que o termo profissão foi utilizado sob reserva para os trabalhadores braçais da construção civil. Nos termos de (Rodrigues, 2002 apud Wilensky, 1964):

Profissão é uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição exclusiva simultaneamente sobre uma área de atividade e de formação ou conhecimento, tendo convencido o público de que seus serviços são os únicos aceitáveis. Os critérios de distinção são: o trabalho técnico, baseado no conhecimento sistemático ou doutrina e a adesão às normas do profissionalismo (p.20).

Nos relatos dos entrevistados constatou-se que a maioria dos operários aprendeu a trabalhar dentro dos canteiros de obras. Porém, o P7 disse que fez um curso no SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para aprender a “profissão”, e assim relatou:

Foi a primeira oportunidade que tive, aí como a gente interessava pela “profissão” e para ganhar mais, fui em frente, tudo depende do interesse para chegar lá. Inclusive na época que fiz o curso, teve uns que não foram pedreiro, eu fui, depende do interesse de ser pedreiro, depende muito do esforço da gente, eu tinha 33 anos e acabado de chegar da Bahia.

A maioria dos entrevistados explicitou que ocorreram processos idênticos de aprendizado do trabalho. Para esses trabalhadores o espaço fundamental de um saber sobre o ofício ocorreu nos canteiros de obras. Como exemplos, citam-se dois depoimentos desses entrevistados:

Foi na construção mesmo, primeiro trabalhei com um armador profissional que já entendia de projeto, e aí eu aprendi com ele e continuei. (P6)

Eu comecei de ajudante de carpinteiro, me deu aquela vontade de aprender, fui ajudando e aprendendo o serviço. Eu gosto de matemática, sei por o esquadro e fazer as medida, e ainda tenho facilidade para ler o projeto. (P2)

Pelos relatos, percebe-se que a habilidade do trabalhador, o saber de que é detentor foram adquiridos nos próprios canteiros de obras, ou seja, o processo de formação “profissional” se dá na força do próprio trabalho. Uma outra característica que se observou neste setor é a existência de muitos aprendizes que ainda não possuem mão-de-obra qualificada. De fato, averiguou-se em todas as etapas do processo produtivo, que as equipes de trabalho são compostas por pedreiros,

carpinteiros, pintores, ajudantes e serventes. Os que desempenham as funções de pedreiro, carpinteiro são ditos como qualificados. Por outro lado, os serventes e ajudantes pertencem à mão de obra não qualificada.

Segundo Farah (1996), torna-se uma desqualificação da força de trabalho a presença de trabalhadores não-qualificados na construção e, além disso, imprime “um caráter distinto daquele decorrente da introdução da máquina-ferramenta no processo produtivo” (p.84). Deste modo, os trabalhadores no setor da construção civil também são dependentes do capital, todavia, a junção da mão de obra qualificada à não qualificada faz com que o domínio do processo produtivo, de forma parcial, permaneça em suas mãos.

No setor da construção civil são considerados profissionais os engenheiros, arquitetos e as carreiras técnicas. Contudo, segundo Rodrigues (2002), a carreira técnica, paralela à carreira administrativa ou hierárquica, surge nas organizações como uma das novas formas organizacionais e provocam conflitos com os profissionais. Os conflitos surgem porque os profissionais não aceitam a institucionalização da carreira técnica, considerando que o importante, nessa questão, não é o trabalho em si, mas a reserva de mercado.

Buscou-se avaliar se o grau de instrução dos entrevistados era suficiente para desempenhar o seu trabalho e ainda se eles achavam necessário à realização de cursos de treinamento “profissional” para que fosse desempenhado melhor o seu trabalho. As opiniões dos entrevistados foram unânimes que para as funções que desempenhavam o grau de estudo que eles tinham era suficiente, “*Sim o meu grau de estudo é suficiente para o que eu faço, mas se eu tivesse mais estudo, teria sido melhor para mim, porque eu podia ter trabalhado como carpinteiro, que eu gostava muito*” (P8). Não obstante, todos disseram que queriam ter tido a oportunidade para estudar mais.

Quanto à realização de cursos de treinamento todos concordaram que se fazia necessário, pois desta forma podiam realizar os seus serviços com mais atributo e, além disso, ficariam mais independentes do conhecimento dos outros, como explicou este entrevistado:

Na realidade o serviço aprende-se mesmo na obra, mas tem cara que ele sabe na prática e não sabe no papel, manda fazer e ele não sabe. A maioria desses engenheiros é assim, sabe no papel, mas manda eles mesmos fazerem, não sabem. Mas, a gente tem que aprender mais leitura, fazer mais curso, porque assim você desenvolve mais. O estudo faz você ficar menos dependente dos outros. Às vezes, um sabe mais que você, se o cara não for ruim, ele ti ensina. Na obra são os caras querendo derrubar o outro, se você for fraco, por qualquer coisa, eles rifam você. Na obra é um querendo derrubar o outro. (P2)

As entrevistas demonstraram que embora os trabalhadores afirmassem a não necessidade de um grau maior de escolaridade para o desempenho de suas funções, eles lamentavam a falta de oportunidade para a carreira escolar, pois acreditavam que se tivessem um grau de estudo melhor, talvez, tivessem seguido uma outra “profissão”.

Todos afirmaram que a origem rural limitou suas oportunidades de estudo, já que precisaram trabalhar e ajudar no sustento da família. Castel (1999) explica a origem dessa carência de estudo, nestas palavras: “Ora, sabe-se que o capital escolar é frequentemente ligado à herança cultural familiar, ela própria é fortemente dependente do capital econômico” (p.469).

Deste modo, constatou-se que neste setor existe um distanciamento muito longo entre o projeto de uma obra e o processo construtivo. Os profissionais, engenheiros, arquitetos e técnicos possuem o conhecimento científico do produto, mas não têm a habilidade e o domínio sobre a atividade do fazer nos canteiros de obras, quanto aos operários a recíproca é verdadeira, pois eles detêm o domínio do fazer e não conhecem a parte científica.

Mesmo o engenheiro responsável pela execução do edifício, local onde se realizou a observação participante, não conseguia dominar todo o processo produtivo. Verificou-se que ele, às vezes, solicitava ajuda do mestre de obra. Em razão disso, corroborou-se que o mestre de obras conhecia e comandava todo o processo produtivo e a cargo desse engenheiro de obras ficavam as tarefas operacionais, burocráticas e administrativas na produção. Isso se refere à característica reflexiva da modernidade que possibilita a geração de autoconhecimento sistemático, que de forma genérica desestabiliza a relação entre

conhecimento leigo e saberes especializados – sistemas peritos. Giddens (1997) esclarece que,

o conhecimento especializado está aberto à re-apropriação a qualquer pessoa com tempo e recursos necessários para ser instruída; e a prevalência da reflexividade institucional significa que há uma contínua triagem de teorias, conceitos e achados especializados em relação à população leiga (p.113).

Perguntou-se aos entrevistados se eles consideravam importante para a sociedade o seu trabalho. Todos responderam que acreditavam no valor e na importância que sua profissão tinha para a sociedade. A este respeito, de acordo com Dubar (2005), a socialização é um processo da constituição social da realidade que busca incorporar não só os modos de ser, sentir, pensar, mas também suas crenças pessoais. Dentro das justificativas advindas das entrevistas, seguem-se estas:

Hoje, com todas as informações que temos a “profissão” é bem remunerada, bem vista na praça, também, não precisa ter vergonha de falar que é pedreiro. Se você arruma uma namorada, não precisa ter vergonha de falar o que você faz, pode levantar a cabeça e ir para qualquer lugar. (P1)

Eu acho importante porque todo mundo depende da moradia, os pedreiros ajudam nisso, porque constroem lares para as pessoas viverem. (P4)

A “profissão” de armador precisa ser muito bem respeitada, porque trabalha com a estrutura de um prédio, uma coisa de sustentamento, para que uma família possa ter tranquilidade. (P6)

A fundamentação da justificativa oferecida pelo P6 referia-se aos seus trabalhos realizados na execução do projeto dos cálculos estruturais de uma obra, os quais estão vinculados à construção do sistema perito de um edifício. Nesse sentido, Giddens (1991) explica que os sistemas peritos propiciam segurança e tranquilidade na vida cotidiana. É importante evidenciar que a segurança oferecida pelas instituições modernas, por meio dos sistemas peritos, sustenta-se no conhecimento técnico e tem legitimidade independentemente dos seus usuários. Nos termos do autor,

a cada vez que alguém saca dinheiro do banco ou faz um depósito, acende casualmente a luz ou abre uma torneira, envia uma carta ou passa um telefonema, está implicitamente reconhecendo as grandes áreas de ações e eventos seguros e coordenados que tornam possível a vida social moderna (p. 116).

No que se referia aos objetivos propostos desse estudo, no roteiro das entrevistas realizadas, constavam questões relativas à frequência da utilização dos EPI's, se os equipamentos eram fornecidos pela construtora e da existência de equipamento de segurança coletiva no canteiro de obras. Por essa razão, procurou-se conhecer a confiança dos trabalhadores nos sistemas peritos oferecidos nos canteiros de obras e a segurança que estes lhes proporcionavam. Segundo Giddens (2002), os sistemas especializados dependem essencialmente da confiança e assim explica,

esta pressupõe um salto para o compromisso, uma qualidade de “fê” que é irreduzível. Está relacionada especificamente à ausência no tempo e no espaço, e também à ignorância. [...] e põe entre parênteses o conhecimento técnico limitado que a maioria das pessoas possui sobre a informação codificada que afeta rotineiramente suas vidas (p. 25).

Ao lado dessas considerações, entende-se que a confiança funciona como um componente de prioridade em relação aos “riscos e perigos que cercam a ação e interação”. De certo modo, pode ser considerado como “principal suporte emocional de uma carapaça defensiva ou *casulo protetor* que todos os indivíduos normais carregam como meio de prosseguir com os assuntos cotidianos” (ID, p.43).

Dos entrevistados, cinco responderam que não usavam EPI's regularmente e quando ocorreu o acidente não estavam usando. Além disso, afirmaram também que a ausência do equipamento de segurança não era percebida como impedimento ao trabalho para o engenheiro responsável e mestre de obra. Os demais afirmaram que, às vezes, utilizavam parte dos equipamentos oferecidos pela empresa, isto é, somente o capacete.

A respeito dos EPI's, todos disseram que as empresas os deixavam à disposição nos canteiros de obras; contudo, ninguém exigia o uso dos mesmos. Por outro lado, o equipamento de segurança coletivo não era fornecido no ambiente de

trabalho, apenas era construído um alambrado²³ em torno da laje para protegerem-se contra possíveis quedas,

Usava só o capacete, subia e descia o material naquela prancha só com o capacete. (P8)

É lá tinha os equipamentos de proteção, só que ninguém pedia para nós usar, trabalhava numa boa, sabe os outros colegas também não estavam usando, na obra ninguém usava, então porque eu tinha que usar. (P6)

Eu só estava usando o capacete, e sobre esse equipamento coletivo, lá não tinha. Eu nunca vi, só o alambrado de proteção. (P4)

Diante dos fatos constatados, duas questões são fundamentais nesta análise. De um lado, está a não observância às normas de segurança²⁴, que se explica devido à falta de conscientização desses trabalhadores, já que os mesmos tinham baixo grau de escolaridade. Mas, por outro lado, os empregadores também não davam importância em prestar cursos sobre prevenção e segurança no trabalho e, tampouco, exigiam o cumprimento da obrigatoriedade do uso de EPI's, conforme prescritos na legislação trabalhista.

Pelo que indicou esses fatores, os trabalhadores eram expostos frequentemente aos riscos de ocorrer um acidente do trabalho. Embora que essas condições de trabalho envolvessem, invariavelmente, riscos a saúde dos trabalhadores de forma relevante para a compreensão do ambiente relacional em que eles estavam inseridos, não se buscou conhecê-los especificamente, ou seja, os motivos que levaram aos acidentes de trabalho.

Essa perspectiva teve como princípio que a categoria de risco defende um tipo de pensamento e ação social pós-racional (BECK, 1997). Segundo o autor, “pelo menos de não ser mais instrumentalmente racional” e ainda a categoria de risco “tem sua origem precisamente no triunfo da ordem instrumentalmente racional e se reproduz infinitamente” (p.20).

²³ Esse procedimento está previsto no item 18.13.4 da NR 18, que assim dispõe: é obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra quedas de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

²⁴ CLT e NR 18.

Dentro desta proposta, priorizou-se conhecer o vínculo empregatício do trabalhador, a quantidade de horas trabalhadas por dia; o tipo do acidente ocorrido e em caso de seqüelas deixadas, se estas faziam com que os sujeitos acidentados se sentissem discriminados pela sociedade. Assim, por meio dessas questões buscou-se conhecer a percepção dos acidentados sobre sua “profissão”, segurança, prevenção de acidentes e retorno às suas atividades, considerando que esses fatores elecandos, isoladamente ou em conjunto, promovem frustrações sociais.

Entre outras coisas, “a manutenção da vida, nos sentido corporal e da saúde psicológica, está inerentemente sujeita ao risco” (GIDDENS, 2002, p.43). Para o autor, o risco e suas estimativas são importantes para a colonização do futuro, pois são elementos centrais da modernidade. No entanto, ressalta-se que os riscos sempre fizeram parte da sociedade em qualquer tempo e lugar. Na modernidade, em sua maioria as situações de risco estão institucionalmente estruturadas, outras vezes, os riscos se configuram de maneira menos calculadas ou associadas a situações de vulnerabilidade, como no caso de morte ou de ferimentos graves em acidentes.

Nos estudos sobre vulnerabilidade, Paulilo e Dal Bello (2002) consideram que esta se associa às diferenças individuais e às formas de lidar com elas associadas às dificuldades ambientais. Partindo dessa concepção, as autoras reconhecem que existe uma complexa interação, entre a predisposição individual à vulnerabilidade, o ambiente vivenciado e a presença/ausência de estrutura social. O intuito dessas observações é lembrar que existem fatores que interferem e, muitas vezes, determinam a atitude e a conduta das pessoas, e assim as situações de risco são ampliadas ou minimizadas. Entre estes fatores estão: o “stress”, excesso de trabalho e o acesso ou não à informação.

Os trabalhadores P1 e P7 foram vítimas de acidentes de percurso. P1 relatou que sofreu um acidente de motocicleta no trajeto entre sua casa e o trabalho. Na ocasião estava trabalhando como autônomo e o serviço estava sendo realizado por empreita. Deste modo, havia o interesse em acabar o trabalho em menor tempo, por isso a jornada de trabalho se estendia até o período noturno. No dia anterior ao acidente, o trabalho se desdobrou até às 22:00 horas. Sobre o acontecido pouco falou, apenas que sofreu “amputação transtibial²⁵ da perna direita”.

²⁵ Transtibial é a parte inferior da perna.

O trabalhador P7, relatou que seu acidente ocorreu quando retornava para sua casa, sofrendo um atropelamento cerca de 500 metros de sua casa. Nesse dia ele havia começado a trabalhar às 7:00 horas e precisou estender a jornada até às 22:00 horas para terminar um serviço. No seu relato sobre o acidente, assim disse:

o que mais atingiu foi que levei uma pancada na cabeça, desacordei, fiquei três dias descordado na Santa Casa, depois fui para o Hospital Ortopédico de Goiânia, a perna quebrou, o que mais ficou foi a pancada na cabeça, fiquei seis meses segurado, não estava nem na hora de voltar, voltei mas com medo da perna *torar*. (P7)

O trabalhador P7 teve um período de seis meses afastado do serviço recebendo o auxílio acidente do INSS. Após sua reabilitação, retornou para o setor da construção, cumpriu o tempo de serviço exigido pelo INSS e aposentou-se.

Em relação ao P1, este se encontrava em processo de recuperação. O acidente resultou numa seqüela grave, já que foi necessária a amputação da perna direita. Segundo seus depoimentos, a amputação da perna dá destaque a sua presença e onde quer que ele esteja sua aparência fica evidenciada, e assim explicou: *“você está na rua e é como estar com uma roupa amarela, bem amarela, que todo mundo vê”* (P1).

Na opinião de Breton (2006), existe uma ambivalência que caracteriza as relações entre as sociedades ocidentais e o homem que tem uma deficiência física, já que o discurso social afirma que ele é um homem normal, mas é marginalizado mantido fora do mundo do trabalho, assistido pela seguridade social, afastado da vida coletiva por causa das dificuldades de locomoção e de infra-estruturas urbanas mal adaptadas. E ainda nas ruas são *“acompanhados por olhares de curiosidade, de incômodo, de angústia, de compaixão, de reprovação”* (p.73). Constatou-se isso nestas palavras:

Sabe eu tinha uma vida muito ativa, tinha muito energia, jogava bola, fazia academia, pescava, dançava. E agora não posso fazer nada disso mais, só se for em cadeira de rodas, e quando saio na rua, já ti falei e como se eu estivesse usando uma roupa bem amarela e todos me olham, sabe são perdas que não quero repor de outra forma, são perdas que não quero lembrar. (P1)

Para Goffman (1998), os atributos indesejáveis são denominados de estigmas, que se referem “às situações dos indivíduos que estão inabilitados para a aceitação social plena” (p.7). Quanto mais se acentua a diferença entre a identidade virtual e a real mais visível se torna o estigma, agravando a problemática do indivíduo regido pela força do controle social. Em consequência, o indivíduo passa a não se aceitar. Para o indivíduo que se tornou estigmatizado numa fase avançada da vida, não é necessário fazer uma reorganização radical do passado, pois já ouviu tudo sobre normais e estigmatizados muito antes de ser obrigado a considerar a si próprio como um deficiente. Assim, o autor afirma, “é provável que tenham um problema todo especial em identificar-se e uma grande facilidade para se autocensurarem” (ID, p.43-44). Esse elemento pode ser observado na fala do trabalhador P1:

“A minha vida sempre foi muito ativa antes do acidente. No entanto, só não aprendi a administrar esta vida que estou tendo agora, claro que eu queria, entre milhões que perdeu a perna, se adaptar a prótese. Muita coisa que estou usando agora, alguma ferramenta eu tinha aprendido antes”.

Nesse contexto, somam-se as considerações de Giddens (2002) a respeito de corpo e a auto-realização,

O corpo é um objeto em que todos temos o privilégio de viver ou somos condenados a viver; fonte das sensações de bem-estar e de prazer, mas também de doenças e das tensões. [...], o corpo não é só uma entidade física que “possuímos”, é um sistema de ação, um modo práxis, e sua imersão prática nas interações da vida cotidiana é uma parte essencial da manutenção de um sentido coerente de auto-identidade (p.95).

Todos os trabalhadores que foram vítimas de acidentes relacionados à queda, sofreram danos na coluna vertebral. Por meio de seus relatos, expõem-se as descrições dos acidentes ocorridos. O P3 falou que estava cobrindo o telhado de um galpão e ao se apoiar sobre uma telha, esta se quebrou, e ele foi jogado ao chão, com a queda houve fraturas na sua coluna. Outro participante, P4, relatou que sofreu a queda porque pisou num fundo falso feito de gesso que não suportou o seu peso. Dessa queda, teve como consequências, um corte na cabeça e lesões na coluna.

Para o P5, de acordo com sua exposição, o acidente foi resultado de queda do andaime quando uma tábua se quebrou, proporcionando-lhe uma fratura na

coluna. Já o P6 disse que não se lembrava de detalhes do acidente, apenas de ter dito para o mestre de obra que algo estava errado e de ter puxado as ferragens, nada mais.

O P8 lembrou-se com detalhes do acidente, disse que estava retirando reboco do elevador que transportava os materiais, na 4ª laje, e que quando colocou um dos pés na prancha e puxou o carrinho, o colega de cima deu o sinal inadvertidamente, o operador soltou o elevador. Em razão disso, ocorreu à queda subitamente e sua perna ficou presa na grade e esmagada sob a prancha superior do elevador.

A partir da análise dos discursos desses trabalhadores, percebeu-se que embora houvesse diferentes maneiras de falar sobre acidentes de trabalho, eles atribuíam ao acidente o mesmo significado. Para eles não existiam culpados nem apontavam motivos. De modo característico, a descrição da situação que envolveu o acidente de trabalho foi para eles dentro de uma situação habitual, que, inesperadamente, pegou-os de surpresa:

Eu estava cobrindo uma casa, cobrimos um lado, e depois fomos cobrir o outro, aí a telha eternit 3.66, quebrou e Eu cai sentado, o telhado tinha uns 3,5 metros de altura. (P3)

Antes um pouco de acontecer o acidente, eu via que o negócio estava errado, só sei que quando puxei a ferragem, não vi mais nada, uma fatalidade, trabalhando de boa, mas só que não estava com os aparelhos de segurança, também nenhum dos outros estavam usando. (P6)

Acidente de trabalho para mim é horrível, a gente pega um trauma tão esquisito, tenho medo de altura, horrível, porque estava retirando material do elevador da obra, e o colega soltou a prancha que pegou minha perna e eu desci junto, era no 4º andar, minha perna ficou esmagada. (P8)

Outro acidente que também causou dano à coluna foi devido a excesso de peso, assim relatou P2:

“Eu estava desenformando a forma e subindo para concretar a laje de cima, tinha 2 colegas em baixo e 2 no meio, e eu em cima puxando, só estava nós lá subindo a forma. Aí, eu puxei sozinho e o peso foi aumentando até que eu não dei mais conta, caí. Era um dia de sábado, vim embora me arrastando, não encontrei médico, e só fui conseguir ser atendido na segunda feira [...] o médico disse que eu tinha hérnia de disco, por isso não suportei o

peso e a coluna arrebentou, sabe demorou dois anos para fazer a primeira cirurgia, não sarou. Depois de seis meses, fiz ressonância magnética, o osso já estava desgastado, precisou fazer outra cirurgia, fiz e ficou pior”.

Em nossa conversa, quando indagado a respeito do motivo que o levou a fazer o esforço sozinho, razão pela qual ele sofreu o acidente, assim respondeu, “*é porque eu não sei escorar em ninguém*” (P2). Esse acontecimento confirma a teoria de Dejours (2007) sobre a ocultação da dor. Uma vez que o corpo do trabalhador só pode ser aceito no silêncio dos órgãos, pois é este que trabalha e não pode falhar. O sujeito por meio de mecanismos de defesa mesmo com dor continua fazendo o trabalho, somente quando ocorre uma dor insuportável é que se fala nela. Todavia, mesmo assim, falar dessa dor é motivo para vergonha, já que esta é uma situação que o expõe em desvantagem em relação aos colegas de trabalho.

De acordo com Dejours (2000), todo sofrimento no trabalho não é em vão, porque quando a qualidade do trabalho é reconhecida, também os esforços, angústias, dúvidas, decepções, desânimos do trabalhador ganham sentido. O reconhecimento do trabalho pode ser reconduzido ao plano da construção da identidade do trabalhador, “e isso se traduz afetivamente por um sentimento de alívio, prazer, às vezes de leveza d’alma. O trabalho se inscreve na dinâmica da realização do ego” (p.34). Por exemplo, como observado neste depoimento: “*Eu sempre fui muito elogiado pelo meu serviço*” (P1).

Em todos os relatos dos acidentados, encontram-se elementos de sustentação da categoria de risco elaborada por Beck (1997), que nas situações de risco ninguém é especialista, tendo em vista que “os riscos nos dizem o que não deve ser feito, mas não o que se deve evitar” (p.20). Assim é impossível estimar previsões de ações de risco quase zero, considerando que os riscos são reproduzidos infinitamente nas relações sociais, pois surgem e se reproduzem juntamente com as decisões e os pontos de vista com que cada indivíduo apresenta.

Partic.	Motivo acidente	Acidentes		Seqüela	Retorno ao Trabalho
		Típico	Trajeto		
P1	Trânsito	-	Sim	Amputação Perna	Não
P2	Excesso de peso	Sim	-	Coluna	Não
P3	Queda	Sim	-	Coluna	Não
P4	Queda	Sim	-	Coluna	Não
P5	Queda	Sim	-	Coluna	Sim
P6	Queda	Sim	-	Coluna	Não
P7	Trânsito	-	Sim	Não	Sim
P8	Queda	Sim	-	Perna Esmagada	Não

Quadro 4 - Características analíticas dos acidentados.

Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009-2010.

Como mostra o Quadro 4, a maioria dos acidentes de trabalho ocorreu nos canteiros de obras e tiveram como causas principais quedas de altura. Os acidentes causados por quedas deixaram nesses acidentados como seqüelas, comprometimentos das funções da coluna vertebral, e estas motivaram o não retorno ao trabalho. Sob vários aspectos, o não retorno ao trabalho era o principal responsável pelas dificuldades financeiras relatada pelos acidentados, considerando que o auxílio doença era um valor inferior ao salário²⁶ que eles recebiam. Nas conversas realizadas, questionando-os a respeito do valor do auxílio doença, segue-se este relato:

O auxílio doença quebra um galho, sabe na firma eu ganhava R\$1.200,00, porque trabalhava por tarefa e dava mais que na carteira. Agora, a ajuda do INSS é só sobre o registrado na carteira, e ainda é menos, é só R\$500,00, não sei o motivo. Então, a minha mulher teve que ir trabalhar para ajudar nas despesas da casa, e quando você está encostado também não recebe o vale transporte e o almoço que a empresa fornecia na obra, é diminuiu muito o meu salário. (P3)

²⁶ Segundo o Regulamento da Previdência Social, Decreto nº. 3.048, de 06 de maio de 1999, o acidentado recebe 91% do salário-de-benefício (inciso I do art. 39). O cálculo do salário-de-benefício será com base na soma dos salários-de-contribuição das atividades exercidas até a data do requerimento do benefício (art. 34), e não será inferior ao de um salário mínimo (§ 3º, art. 32).

Outro aspecto relevante destacado pelos entrevistados foi o sentimento de discriminação devido às seqüelas deixadas no corpo e na identidade social. Segundo Goffman (1988), a caracterização central da situação de vida do indivíduo discriminalizado pode, assim, ser explicada: “É uma questão do que é com freqüência, embora vagamente, chamado de “aceitação”. Aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e consideração” (p.18).

Nesse contexto, para Breton (2006), a construção social e cultural do corpo atinge não só as relações sociais no mundo, como também a sua própria natureza. O corpo não existe em estado natural, sempre está compreendido na ligação social dos sentidos, até nas suas situações de desordem quando, provisoriamente ou permanentemente, uma ruptura se instala na transparência da relação física com o mundo do indivíduo. Em vista disso, explica-se que especialistas interferem para “(re)inserir no interior da comunidade o homem e a doença que o atinge” (p.32), no entanto, se a primeira tentativa não dá resultado, outras podem ser feitas e outros especialistas solicitados.

No mesmo sentido, Giddens (1997) já tinha chamado a atenção para a fragilidade dos sistemas peritos. Isso significa que na modernidade a ciência é posta constantemente sob dúvida e está sempre sujeita à revisão. Deste modo, é uma certeza provisória, ou um paradigma que pode ser modificado e ultrapassado a qualquer momento por novas descobertas. Por isso, o conhecimento sempre está sob prova e com o risco de ser rejeitado. Nos termos do autor,

dado o caráter dividido e contestado da especialização, a criação de sistemas abstratos estáveis é uma tentativa que vale a pena. Alguns tipos de sistema abstrato tornaram-se tão pertinentes às vidas das pessoas que, em um determinado momento do tempo, parecem ter uma solidez de pedra, semelhante à tradição estabelecida; mas são tão vulneráveis ao colapso da confiança generalizada (p.11).

De acordo com as informações advindas das entrevistas, os acidentados que ficaram com seqüelas graves, a maioria com enfermidades na coluna, o retorno ao trabalho não foi possível. O próprio INSS²⁷ reconhecia que as seqüelas deixadas os

²⁷ A duração do auxílio-doença-acidentário não tem o seu período previsto no Regulamento da Previdência Social, que assim dispõe: Art. 78 - O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho, pela transformação em aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente de qualquer natureza, neste caso se resultar seqüela que implique redução da capacidade para o trabalho

incapacitavam para trabalhar na mesma atividade. Todavia, embora houvesse o reconhecimento por parte dessa instituição da incapacidade, ela não concedia o benefício da aposentadoria e nem o auxílio acidente, argumentando que eles deveriam procurar outra ocupação. Na verdade, isso para esses trabalhadores tinha como consequência uma menor remuneração e ficar à mercê do ente segurador, conforme esclarecido neste relato:

No INSS nós somos muito humilhados, o INSS não libera para voltar a trabalhar como carpinteiro, mas manda trabalhar em outra função com salário inferior ao meu, estou passando sufoco, só recebo R\$500,00, isso já faz 3 anos, se eu conseguisse uma revisão seria bom, mas é muito difícil, ainda com 5 anos depois do acidente continuo fazendo fisioterapia no SUS. (P2)

Em razão da indefinição do período de duração do auxílio-doença-acidentário fazia com que esses acidentados ficassem por períodos tão longo afastados do trabalho, sem que lhes fossem convertidos os benefícios em auxílio-acidente em aposentadoria por invalidez acidentária. Pelo que indicam esses fatos, não parece justo e nem tem explicação plausível a atuação da Previdência Social, a não ser a existência de disposições legais voltada à proteção do órgão estatal segurador, tendo em vista que o seu último balanço anual apresentou uma situação financeira deficitária²⁸.

A legislação previdenciária prevê que os acidentados somente podem retornar ao trabalho quando estiverem no limite de sua possibilidade física. A reabilitação profissional trata-se de uma obrigação prevista em lei²⁹, que tem por finalidade colocar o acidentado validamente no mercado.

Depois de concluído o processo de reabilitação, o Centro de Reabilitação Profissional emite um certificado indicando as atividades que poderão ser exercidas

que habitualmente exercia.

²⁸ A Previdência Social em 2009 teve uma arredação líquida de R\$184,577 bilhões, mas os gastos com benefícios previdenciários foram no montante de R\$228,192 bilhões. Portanto, apresentou um déficit de R\$43,614 bilhões (Jornal O Globo, 20/01/2010).

²⁹ O artigo 62, da Lei n.º. 8.213/91, assegura ao segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de remuneração para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.

pelo beneficiário. No entanto, nada impede que o favorecido exerça outra atividade para a qual se capacitar.

Nas entrevistas constatou-se que desses acidentados apenas dois retornaram ao trabalho. O P7 trabalhou normalmente até completar o tempo de serviço para se aposentar e o P5 foi liberado pelo INSS para retornar às suas atividades normais. Mas, ele disse que não tinha atingido o limite de sua possibilidade física, conforme relatou:

Sinto ainda muita dor, já fui capaz de fazer melhor o que faço agora, muitas das vezes, não dou conta de pegar uma lata de 18 litros, sempre preciso de ajuda dos colegas, não sou mais capaz de fazer aquilo que fazia normalmente. (P5)

O P8 ficou com seqüelas graves na sua perna esmagada pelo acidente. O INSS converteu de imediato o auxílio-doença-acidentário em aposentadoria por invalidez. Os demais acidentados devidos às seqüelas deixadas pelo acidente não puderam mais voltar a trabalhar na sua “profissão”, em razão disso diziam que se sentiam tristes e amedrontados:

Não posso trabalhar mais, quebrei a coluna em dois lugares, agora não posso carregar peso. Não sei o que faço. Isso me deixou triste, o dia que fiquei sabendo que não podia carregar peso, me deu depressão, tive que tomar remédio, eu tinha acostumado trabalhar diariamente, está ruim, não sei o que fazer. (P4)

Agora, tenho medo de fazer qualquer coisa, fico triste por não mais poder trabalhar de carpinteiro, me deu depressão e a minha pressão subiu, não dou conta de ficar muito tempo em pé, a minha coluna dói muito, se começo a andar dá uma mancha roxa na coluna, sabe o osso desgastou, aí eu travo, não consigo andar e tenho que ir direto para o postinho tomar injeção de Voltarem. (P2)

Esses acidentados não tiveram a liberação do instituto previdenciário para retornar às suas atividades normais. É compreensível, portanto, que como eles não tinham qualificação para ingressar no mercado, precisavam fazer um curso para a reabilitação profissional. Contudo, eles disseram que estavam encontrando dificuldades para freqüentar o curso oferecido pelo instituto. Sob várias razões apresentadas, duas foram mais significativas. A primeira refere-se às seqüelas deixadas pelo acidente, que causaram danos à saúde. Eles disseram que sentiam

muita dor e desconforto para permanecer sentado ou em pé, por essa razão não conseguiam permanecer por muito tempo dentro da sala de aula. A segunda diz respeito à grande distância existente entre suas residências e o Centro de Reabilitação, como não tinham condições de ir de carro, o traslado de ônibus tornava-se muito penoso.

Estou sendo ajudado pelo meu irmão, não posso fazer nada na minha casa, estou separado e não tenho condições de viver sozinho. Sabe, ele trabalha e eu fico aqui, não tenho como freqüentar as aulas no Centro de Reabilitação, quando melhorar um pouco mais, eu vou. Ainda uso este colete, está difícil andar. (P6)

A dor da minha coluna é muito forte e eu fico sem forças na perna. Moro aqui, no Jardim Liberdade, gasta uma hora e meia de ônibus até o Centro de Reabilitação, o INSS não libera para voltar a trabalhar como carpinteiro, mas quer que eu faça curso para trabalhar em outra função. (P2)

A discussão desenvolvida permite inferir que os acidentados com incapacidade parcial possuem mínimas possibilidades de reinserir no mercado de trabalho. Pois eles têm um déficit de qualificação profissional que se acumulou durante vários anos de suas vidas, tornando-se agora muito difícil esta recuperação.

Agora, eu tenho medo é do campo de trabalho. Eu sempre fiz uma coisa que gostava de fazer, sem a minha perna agora como faço para trabalhar. Para estudar, tenho que começar tudo de novo, eu só tenho a sexta série, aqui tem colégio, mas é naquela rua lá em cima que você veio, e o ponto de ônibus é longe daqui, como eu vou sair e pegar o ônibus lá longe, se eu encontro dificuldades para andar com esta muleta. (P1)

Evidenciou-se com esses acidentados a dificuldade para reinserção no mercado do trabalho por duas razões. A primeira diz respeito à falta de qualificação profissional, já que esses acidentados não têm outra perspectiva de evolução profissional senão a de se manterem nas suas atividades, constatou-se que eles não receberam uma formação profissional e nem uma formação contínua, apenas conheceram mobilidades impostas, considerando que ficaram fortemente subordinados às suas funções e não estiveram inseridos em redes que permitissem uma acumulação de saberes técnico. Por outro lado, a segunda relaciona-se com as seqüelas deixadas pelos acidentes, porquanto os danos causados à saúde desses

acidentados não permitiram que eles voltassem a ter o limite de sua capacidade física, ou seja, capacitados de retornar validamente ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, se reinscreverem na sociedade salarial com suas sujeições e suas garantias.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se conhecer o processo de reinserção no mercado dos operários da construção civil que sofreram acidentes de trabalho e ficaram com incapacidade parcial laboral, com suporte empírico de duas técnicas de pesquisa

qualitativa: observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Para a realização desta tarefa foi pesquisado um referencial teórico adequado a análise da transição da sociedade industrial para a sociedade de risco e a respeito de socialização e “des-socialização” no mundo do trabalho. Do processo de transição participam componentes institucionais e ações dos atores sociais diante das categorias de risco e perigos que estão expostos. Quanto ao mundo do trabalho, optou-se por discutir o trabalho como categoria central dentro de uma visão marxista. Por outro lado, enfatizou que os acidentes de trabalho e mercado são elementos impeditivos para que ocorra uma socialização plena do indivíduo.

Também, fez-se necessário um estudo das legislações trabalhistas e das políticas voltadas à saúde do trabalhador. A esses elementos somam-se o trabalho de campo. A execução da técnica de observação participante deu suporte para o conhecimento do processo produtivo de um canteiro de obras e avaliação dos riscos que os trabalhadores estavam expostos. As entrevistas realizadas com os operários acidentados procuraram captar as suas percepções a respeito de profissão, segurança, prevenção de acidentes, acidentes de trabalho e o retorno ao mercado.

Dos resultados apresentados pelos dados estatísticos dois pontos foram relevantes. Primeiro, a construção civil é um dos setores em que mais ocorrem acidentes de trabalho. Segundo, que os contratos de serviços neste setor são realizados por tempo determinado, demonstrando uma instabilidade de empregabilidade e precariedade no trabalho, uma vez que as ofertas de empregos ficam diretamente submetidas às oscilações do mercado.

Com essas abordagens não necessariamente pode-se adotar apenas uma visão pessimista de vitimização desses trabalhadores. Por outro lado, são admiráveis os que ingressam neste setor, porque no início apresentam uma mão-de-obra não qualificada, que ao se articular com a qualificada adquirem o saber de ofício. De fato, tornam-se “profissionais” por meio da força física e habilidades manuais e controlam o processo produtivo.

A pesquisa qualitativa revelou que o processo produtivo no canteiro de obras estava sendo realizado em desobediência às normas regulamentadoras. Detectaram-se duas questões importantes, que colocavam em risco a saúde dos trabalhadores. Primeiro, o canteiro acumulava muitos restos de materiais de

construção que atrapalhavam a movimentação de materiais e circulação dos operários, dificultando a atividade produtiva e, também, aumentavam os riscos de acidente no trabalho. A outra questão referia-se às instalações de apoio, pois não foi possível identificar o que estava sendo feito como provisório, ou improvisado, por isso constatou-se que o ambiente de trabalho estava em constante mutação.

Os operários também tinham comportamentos que não se ajustavam as normas de segurança. Por exemplo, quanto ao uso de EPI's constatou-se que estes eram usados parcialmente, pois sempre havia um ou mais operários sem utilizar o cinto de segurança, os óculos, luvas etc. Esse tipo de procedimento se caracteriza como prática de atos inseguros. De acordo com a legislação trabalhista, o não uso correto de EPI constitui-se em ato faltoso, e sua prática sem justificativa é motivo de demissão por justa causa.

No entanto, é importante ressaltar que na prevenção de acidentes, faz-se imprescindível por parte dos empregadores exigirem dos operários o cumprimento e respeito à legislação trabalhista e de segurança. Na verdade, essa exigência não foi vista nesse canteiro de obras, o que evidenciou precariedade do ambiente de trabalho e prática de atos inseguros.

As entrevistas realizadas revelaram que os acidentados tiveram o trabalho como única condição de inserção social. O perfil desses trabalhadores demonstrou ser homogêneo, considerando que as situações de vida e posições sociais eram iguais. Pois, todos eles possuíam filhos, suas famílias vieram do meio rural, ingressaram no mercado de trabalho por meio do setor da construção e fizeram-se “profissionais”, e, também, sentiam prazeroso o trabalho, ou em outras palavras, demonstravam um sentimento de reverência pelo serviço que realizavam.

O nível de escolaridade dos entrevistados era baixo, a maioria possuía somente a primeira etapa do ensino fundamental. Por essa razão, constatou-se que existia um grande distanciamento entre a parte científica e o processo construtivo, uma vez que os trabalhadores não tinham a competência técnica para compreender a concepção científica da obra – projetos de engenharia e arquitetura.

Nas conversas durante as entrevistas, procurou-se saber se o grau de instrução que eles possuíam era suficiente para o desempenho das suas atividades ocupacionais. Todos foram unânimes em responder que sim, e compreendiam que a

falta de estudo era um dos motivos que os impediam de ter ocupações melhores no mercado de trabalho.

Outro fator importante que foi observado nas entrevistas e que mantinha relação com o baixo grau de escolaridade, refere-se à falta de confiança nos sistemas peritos. Todos foram unânimes em dizer que não usavam todos os EPI's fornecidos pela empresa, às vezes, apenas o capacete. Ressalta-se também que eles disseram que os encarregados não exigiam o uso deles. Por essas manifestações, verificou-se que esses trabalhadores infringiam as normas de segurança, e, também, ficavam mais vulneráveis aos riscos de acidentes.

A pesquisa revelou que a maioria dos acidentados não conseguiu retornar ao mercado de trabalho. Constatou-se que os acidentes na construção civil geraram seqüelas que incapacitaram validamente os trabalhadores ao retorno para o mercado. Ao lado dessa manifestação, somam-se ao mesmo tempo a baixa escolaridade e o fato de não possuírem outro tipo de qualificação “profissional”.

Além disso, constatou-se que a legislação previdenciária não define prazo para a duração do benefício auxílio-doença-acidentário. Por essa razão, verificou-se que os acidentados incapacitados continuavam a receber o benefício sem previsão da sua conversão em aposentadoria por invalidez acidentária, apesar da evidência de incapacidade permanente desses operários para o trabalho.

Espera-se que este trabalho motive outros pesquisadores a estudar sobre acidentes, uma vez que este tema é rico e possui afinidades com o mundo do trabalho, políticas públicas, direito previdenciário, saúde do trabalhador, sobretudo com os riscos e suas manifestações que ainda se encontram desconhecidos e precisam ser investigados. Consequentemente, estes estudos contribuirão com resultados positivos para os indivíduos que vivem do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. In: X Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1986, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ALONSO, Luis Henrique. **La mirada cualitativa en sociología**. Madrid: Fundamentos, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: _____. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. 1. ed. São Paulo: USP, 1997. p.11-71.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4.ed. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: _____. (Org.). **Brasil**: um século de transformações. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.16-37.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Berger, Peter L.; Berger Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (Orgs.). **Sociologia e Sociedade**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p.201-214.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOURDIE, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A construção do objeto. In: _____. **A profissão do Sociólogo**: preliminares epistemológicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.45-72.

BOURDIE, Pierre. Gostos de classe e estilo de vidas. In: ORTIZ, Renato (Org). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2008. p.73-111.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:<<http://www.senado.gov.br/sf/legislação/const/>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Notificação de acidentes do trabalho fatais, graves e com crianças e adolescentes. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvssms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/06_0442_M.pdf> . Acesso em: 25 ago. 2009.

_____. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º maio de maio 1943. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/legislação/>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. Lei n. 8.080, Lei Orgânica da Saúde, de 20 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/legislação/>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1991. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/legislação/>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. Ministério da Previdência Social. Acidentes do Trabalho Registrados por Município e Unidade da Federação. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/temp/consulta251579t.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

_____. Ministério da Previdência Social. Sistema Único de Benefícios. Disponível em: <<http://www-suibe/temp/consulta23840236h.htm>>. Acesso em: 08/12/2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Brasileiro de Proteção 2006: perfil dos acidentes. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.protecao.com.br/novo/template/page.asp?menu=8998&CodMenu=899&Lbt=o>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: 2003-2005. Vol. 1. Brasília: MTE: MPS, 2005.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: 2002-2004. Vol. 1. Brasília: MTE: MPS, 2004.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: 2004-2006. Vol. 1. Brasília: MTE: MPS, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: 2005-2007. Vol. 1. Brasília: MTE: MPS, 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Dados da Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho. Disponível

em: <http://www.mte.gov.br/seg_sau/est_resultado_brasil_2009.asp>. Acesso em: 23 set. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978. Institui as Normas Regulamentadoras de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, 1978. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/legislação/>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://estatistica.rais.gov.br>> Acesso em: 12 dez. 2009.

BRETON, David Le. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v.1.

CERQUEIRA, Augusto Cezar; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: RIOS NETO, Eduardo L. G.; RIANE, Juliana L. Ruas (Orgs.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. p.15-43.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CORTEZ, Solange Aparecida Estevão. **Acidente de trabalho: ainda uma realidade a ser desvendada**. 1996. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponível/17/17139/tde-07022002-101209/>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

DOCA, Geralda. Déficit da previdência social. **O Globo**. Rio de Janeiro. Data (20 jan. 2010). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/01/19/>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DEJOURS, Christophe. O trabalho entre sofrimento e prazer. In: _____. **A banalização da injustiça social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.27-36.

DOMINGUES, José Mauricio. O estado, a democracia e a cidadania. In: _____. **Sociologia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 87-114.

DUBAR, Claude. A socialização como construção social da realidade. In: _____. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.97-130.

DWYER, Tom. **Vida e morte no trabalho: acidentes do trabalho e a produção social do erro**. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2006.

FACCHINI, Luiz Augusto, et al. Sistema de informação em Saúde do Trabalhador: desafios e perspectivas para o SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, 2005. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext>. Acesso em: 07 out. 2009.

FARAH, Maria Ferreira Santos. **Processo de trabalho na construção civil: tradição e mudança**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 1996.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: Edusp, 1998.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Legislação de segurança e medicina do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Método, 2008.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: _____. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p.64-89.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.67-79.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.

HAGUETTE, Teresa M. F. **As metodologias qualitativas na sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA JUNIOR, Jófilo Moreira; VALCÁRCEL, Alberto Lopes; DIAS, Luis Alves. **Segurança e saúde no trabalho da construção: experiência brasileira e panorama internacional**. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2005. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/inf/downloadfile.php?fileId=95>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

LUCCA, Sergio de; MENDES, René. Epidemiologia dos acidentes do trabalho fatais em área metropolitana da região sudeste do Brasil, 1979-1989. **Revista Saúde Pública**, Campinas, v.27, n.3, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/rsp/v27n3/03.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2009.

MACHADO, Jorge M. H. ; GOMEZ, Carlos Minayo. Acidentes de Trabalho: uma expressão da violência social. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10 (supl. 1), 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500006&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 set. 2009.

MARX, Karl. **O capital: critica da economia política**. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.401-422.

MELLO, Maria Conceição D’Incao e. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis, Vozes, 1975.

MELUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação social e cultura. In: _____. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p.25-42.

MENDES, Jussara Maria Rosa. **O verso e o anverso de uma história: o acidente e a morte no trabalho**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da Pesquisa Social. In: _____.(Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.9-29.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.51-66.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.4, n.10, 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01.htm>. Acesso em: 29 nov. 2009.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica do Trabalhador**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2002.

PAULILO, Maria Gonçalves; DAL BELLO, Maria Ângela. Jovens no contexto contemporâneo: vulnerabilidade, risco e violência. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.4, n.2, 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n2_marilia.htm>. Acesso em: 18 fev. 2010.

PEPE, Carla Cristina Coelho Augusto. **Estratégias para superar a desinformação: um estudo sobre os acidentes de trabalho fatais no Rio de Janeiro**. 2002. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://portalteses.icict.fiocruz.br/pdf/fiocruz/2002/pepecca/capa.pdf>> Acesso em: 25 set. 2009.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Sociologia das profissões**. 2. ed. Portugal: Celta Editora, 2002.

SOUZA, Boaventura de. Os processos da globalização. In: _____. **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.25-102.

TOMASI, Antônio P. N. A modernização da Construção Civil e os impactos sobre a formação do engenheiro no contexto atual de mudanças. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v.10, n.2, 2005. Disponível em: <<http://www2.cefetmg.br/dppg/revista/arqRev/revistan10v2-artigo6.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2009.

ANEXOS

Anexo A

Tabela 1 - Acidentes e mortes no trabalho no mundo.

País	Ano Inform.	Trabalhadores	P	Acidentes	P	Mortes	P	Mortes/ 10.000 acidentes	P
China	2002	737.400,000	1	18.679	46	14.924	1	7.989,7	1
Índia (1)	2004	368.966,100	2	800	79	162	36	2.025,0	7
Estados Unidos (2)	2001	135.073,000	3	1.315,920	1	5.559	2	42,2	48
Indonésia (3)	1999	88.817,000	4	8.727	53	1.476	6	1.691,3	8
Brasil	2000	75.458,000	5	326.071	9	2.503	4	76,8	39

Rússia (4)	2001	64.120,000	6	153.110	13	4.370	3	285,4	23
Japão	2003	63.170,000	7	126.083	15	1.628	5	129,1	34
Bangladesh	2000	51.764,000	8	2.181	70	81	48	371,4	18
Vietnã	2004	42.315,600	9	NI		NI			85
México	2004	42.306,100	10	362.157	7	1.324	7	37,1	52
Paquistão (5)	2002	38.882,000	11	108	87	39	63	3.611,1	2
Alemanha	2002	36.536,000	12	1.306,772	2	1.071	10	8,2	75
Tailândia	2004	35.712,000	13	57.552	25	861	15	149,6	32
Filipinas	2003	31.553,000	14	23.265	40	170	35	73,1	40
Reino Unido (6)	2003	27.820,800	15	164.941	12	174	33	10,5	73
Etiópia	1999	24.896,568	16	2.650	68	11	79	41,5	49
França	2003	24.630,900	17	721.888	4	661	19	9,2	74
Itália (8)	2004	22.133,000	18	576.605	5	931	13	16,1	67
Coréia do Sul (7)	2001	21.068,000	19	51.514	27	1.298	8	252,0	24
Turquia	2001	20.367,000	20	3.191	64	1.008	11	3.158,9	3
Ucrânia	2002	20.091,200	21	27.808	35	1.227	9	441,2	16
Mianmar (8)	2004	18.359,000	22	341	82	12	78	351,9	19
Egito	2003	18.118,600	23	26.994	37	110	41	40,7	50
Espanha	2004	17.970,800	24	876.596	3	675	18	7,7	76
Colômbia	2003	17.466,900	25	125.651	16	NI			
Tanzânia	2001	16.914,800	26	NI		NI			
África do sul	2000	16.000,000	27	5.950	56	493	22	828,6	11
Canadá	2003	15.665,100	28	349.817	8	963	12	27,5	56
Irã	1996	14.571,572	29	NI		NI			
Congo (*)	1993	14.510,000	30	NI		NI			
Polônia (10)	2004	13.795,000	31	81.892	21	490	23	59,8	45
Afganistão (*)	2001	11.800,000	32	NI		NI			
Quênia (*)	2003	11.450,000	33	NI		NI			
Sudão (*)	1996	11.000,000	34	NI		NI			
Venezuela	2002	9.698,900	35	3.011	66	31	69	103,0	36
Austrália	2004	9.636,300	36	102.455	18	119	39	11,6	70
Coréia do norte (*)	2003	9.600,000	37	NI		NI			
Malásia	2002	9.520,800	38	81.810	23	858	16	104,9	85
Nepal	1999	9.463,000	39	NI		NI			
Taiwan	2001	9.383,000	40	38.386	33	543	20	141,5	38
Uganda	2003	9.260,000	41	NI		NI			
Moçambique (*)	2000	9.200,000	42	NI		NI			
Romênia	2004	9.157,600	43	5.628	57	409	24	726,7	18
Uzbequistão (*)	1999	8.885,000	44	NI		NI			
Argentina	2000	8.261,700	45	382.181	6	915	14	23,9	57
Madagascar	2002	8.098,500	46	NI		NI			
Iraque (*)	2004	7.800,000	47	NI		NI			
Argélia	2004	7.798,400	48	40.423	32	697	17	172,4	80
Holanda	2000	7.731,000	49	NI		103	43		
Sri Lanka	2004	6.942,800	50	1.453	73	42	62	289,1	22
Camboja	2001	6.243,329	51	NI		NI			
Cazaquistão	1999	6.105,400	52	3.753	60	277	27	738,1	12
Camarões	2000	6.000,000	53	3.296	63	NI			
Arabia Saudita	2002	5.913,010	54	NI		NI			
Chile	2004	5.862,900	55	205.997	10	261	29	12,7	69
Burkina Faso (*)	2000	5.000,000	56	3.411	61	8	82	23,5	58
Portugal	2000	4.921,100	57	180.235	11	368	26	20,4	60
Síria (10 e 11)	2002	4.821,757	58	15.867	48	267	28	168,3	31
República Tcheca	2004	4.707,000	59	81.878	22	190	32	23,2	59
Zimbábue	2001	4.665,449	60	14.055	49	101	45	71,9	41
Senegal (*)	2003	4.620,000	61	NI		NI			
Zâmbia (*)	2000	4.590,000	62	14	89	NI			
Belarus (8)	2004	4.339,300	63	5.488	58	248	30	451,9	15
Suécia	2002	4.244,000	64	37.070	34	60	54	16,2	86
Marrocos	1998	4.168,400	65	1.409	74	9	81	63,9	44
Bélgica	2001	4.051,200	66	96.390	19	69	51	7,2	78
Cuba	2004	4.024,100	67	6.303	54	109	42	172,9	29
Grécia	2002	4.016,000	68	16.031	47	103	43	64,3	48
Guatemala	1999	4.000,000	69	127.459	14	NI			
Suíça	2003	3.963,000	70	85.105	20	46	60	5,4	79
Hungria	2004	3.900,400	71	23.659	39	160	37	67,6	42

Equador	2004	3.858.500	72	NI		NI				
Azerbaijão	2004	3.809.100	73	240	84	72	50	3.000,0		4
Áustria	2004	3.744.000	74	NI		532	21			
Somália (*)	2003	3.700.000	75	NI		NI				
Bolívia (7)	1999	3.637.893	76	1.227	77	24	73	195,6		26
Iemín	1999	3.621.679	77	NI		NI				
Haiti (*)	1995	3.600.000	78	NI		NI				
Peru	2004	3.366.900	79	NI		NI				
Hong kong	2003	3.219.100	80	42.022	31	171	34	40,7		51
República Dominicana	2004	3.209.900	81	NI		NI				
Sérvia e Montenegro	2003	3.130.436	82	NI		NI				
Guiné (*)	1999	3.000.000	83	NI		NI				
Ruanda	2000	2.956.900	84	1.381	75	406	25	2.939,9		5
Bulgária	2003	2.951.200	85	4.876	59	114	40	233,8		25
Tunísia	2001	2.788.800	86	45.827	28	159	38	34,7		53
Dinamarca	2001	2.725.100	87	43.694	30	50	58	11,4		71
Laos (*)	2001	2.600.000	88	NI		NI				
El Salvador	2003	2.520.100	89	21.325	44	206	31	96,6		38
Finlândia	2003	2.385.000	90	56.311	26	43	61	7,6		77
Paraguai	2003	2.350.600	91	NI		NI				
Turcomenistão (*)	1996	2.340.000	92	NI		NI				
Honduras	2000	2.334.600	93	2.101	71	-				
Israel (14)	2003	2.330.200	94	61.539	24	91	46	14,8		68
Burundi (*)	2001	2.299.000	95	6.078	55	NI				
Noruega	2004	2.276.000	96	22.595	41	38	64	16,8		65
Eslováquia	2004	2.170.400	97	13.317	50	79	49	59,3		46
Cingapura	2003	2.033.700	98	3.179	65	55	56	173,0		28
Nova Zelândia	2004	2.017.100	99	23.744	38	66	52	27,8		55
Kirgistão (15)	2003	1.850.100	100	208	85	26	71	1.250,0		10
Irlanda (2)	2004	1.836.000	101	21.900	43	65	53	29,7		54
Quirgistão (15)	2003	1.807.100	102	208	85	26	71	1.250,0		9
Geórgia	2004	1.783.300	103	NI		NI				
Emir. Árabes Unidos	2000	1.779.000	104	NI		NI				
Togo (13)	2004	1.740.000	105	307	83	10	80	325,7		21
Nicarágua (16)	2003	1.701.700	106	11.387	51	21	75	18,4		62
Costa Rica	2004	1.653.879	107	105.980	17	50	58	4,7		80
Croácia (10)	2004	1.562.700	108	21.950	42	38	64	17,3		64
Líbia (*)	2003	1.510.000	109	NI		NI				
Líbano (*)	2001	1.500.000	110	NI		NI				
Lituânia	2004	1.436.300	111	2.665	67	90	47	337,7		20
Jordânia (*)	1999	1.360.000	112	19.759	45	36	67	18,2		63
Moldávia (10)	2004	1.316.000	113	720	80	38	64	527,8		14
Kuwait (9)	1999	1.243.126	114	2.272	69	NI				
Porto Rico	2003	1.226.000	115	27.160	36	29	70	10,7		72
Tadjiquistão (*)	1997	1.143.000	116	NI		NI				
Panamá	2004	1.126.800	117	11.188	52	52	57	46,5		47
Armênia	2004	1.110.900	118	85	88	22	74	2.588,2		6
Jamaica	2004	1.058.700	119	NI		NI				
Uruguai	2003	1.032.000	120	NI		NI				
Bósnia-Hezergóvina(*)	2001	1.026.000	121	NI		NI				
Letônia	2004	1.017.700	122	1.296	76	57	55	439,8		17
Eslovênia	2004	946.000	123	45.052	29	21	75	4,7		81
Albânia	2004	931.000	124	NI		NI				
Mongólia	2000	779.200	125	NI		NI				
Gabão (*)	2001	610.000	126	1.132	78	20	77	176,7		27
Macedônia	2001	599.308	127	1.547	72	NI				
Estônia	2004	595.500	128	3.326	62	34	68	102,2		37
Trinidad e Tobago	2002	525.100	129	537	81	1	83	18,6		61

Fonte: Anuário Brasileiro de Proteção 2006 apud Anuário Estatístico do Trabalho 2005 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Anexo B

Tabela 2 - Número de acidentes e doenças do trabalho no Brasil - 1970-2004.

Ano	Trabalhadores	Acidentes		Total Acidentes	Óbitos	Óbitos / 10 mil trab.
		Típico	Trajetos			
1970	7.284.022	1.199.672	14.502	1.220.111	2.232	18
1971	7.553.472	1.308.335	18.138	1.330.523	2.587	19
1972	8.148.987	1.479.318	23.890	1.504.723	2.854	19
1973	10.956.956	1.602.517	28.395	1.632.696	3.173	19
1974	11.537.024	1.756.649	38.273	1.796.761	3.833	21
1975	12.996.796	1.869.689	44.307	1.916.187	4.001	21

1976	14.945.489	1.692.833	48.394	1.743.825	3.900	22
1977	16.589.605	1.562.957	48.780	1.614.750	4.445	28
1978	16.638.799	1.497.934	48.511	1.551.461	4.342	28
1979	17.637.127	1.388.525	52.279	1.444.627	4.673	32
Média Anos 70	12.428.828	1.535.843	36.497	1.575.566	3.604	23
1980	18.686.828	1.404.531	55.967	1.464.211	4.824	33
1981	19.188.536	1.215.539	51.722	1.270.465	4.808	38
1982	19.476.362	1.117.832	57.874	1.178.472	4.496	38
1983	19.671.128	943.110	56.989	1.003.115	4.214	42
1984	19.673.915	901.238	57.054	961.575	4.508	47
1985	21.151.994	1.010.340	63.515	1.077.861	4.384	41
1986	22.163.827	1.129.152	72.693	1.207.859	4.578	38
1987	22.617.787	1.065.912	64.830	1.137.124	5.738	50
1988	23.661.579	926.354	60.202	99.581	4.616	47
1989	24.486.553	825.081	58.524	888.443	4.554	51
Média Anos 80	21.077.804	1.053.909	59.937	1.118.071	4.672	42
1990	23.198.656	632.012	56.343	693.572	5.355	77
1991	23.004.264	579.362	46.679	632.322	4.527	72
1992	22.272.843	490.916	33.299	532.514	3.516	66
1993	23.165.027	374.167	22.709	412.293	3.110	75
1994	23.667.241	350.210	22.824	388.304	3.129	81
1995	23.755.736	374.700	28.791	424.137	3.967	94
1996	23.830.312	325.870	34.696	395.455	4.488	113
1997	24.104.428	347.482	37.213	421.343	3.469	82
1998	24.491.635	347.738	36.114	414.341	3.793	92
1999	24.993.265	326.404	37.513	387.820	3.896	100
Média Anos 90	23.648.341	414.886	35.618	470.210	3.925	85
2000	26.228.629	304.963	39.300	363.868	3.094	85
2001	27.189.614	282.965	38.799	340.251	2.753	81
2002	28.683.913	323.879	46.881	393.071	2.968	75
2003	29.544.927	325.577	49.642	399.077	2.674	67
2004	31.407.576	371.482	59.887	458.956	2.801	61
Média Anos 00	28.610.932	321.773	46.902	391.046	2.858	74

Fonte: Anuário Brasileiro de Proteção 2006.

Anexo C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OPERÁRIOS ACIDENTADOS	
Nome:	
Contato:	
Idade:	Filhos:
Estado civil:	Naturalidade:
Escolaridade:	Profissão:
Data da Entrevista:	Início da Entrevista: _____ / Término: _____

<u>SOBRE A PROFISSÃO E O SEU COMEÇO</u>
Há quanto tempo você realiza esse trabalho?
Como você aprendeu essa profissão?
Você recebeu algum tipo de qualificação ou treinamento para esse trabalho?
Você considera que seu grau de instrução seja adequado ao trabalho que você desempenha(va)? (melhor ou pior)
Você considera que o trabalho que você desempenha(va) necessitava de algum tipo de curso ou treinamento profissional?
Que funções você desempenha(va)?
Você ensinou, ensina ou pretende ensinar a seus filhos essa profissão?
Existem outras pessoas na sua família que trabalham como servente, pedreiro, pintor, encanador, entre outras atividades da construção civil?
Você considera que sua profissão seja importante para a sociedade? Por quê?
Você gosta, gostava do que fazia ou faz?
Você começou a trabalhar nesta profissão aqui no estado de Goiás? Se não, responder à próxima.
Qual foi a cidade, estado? Quanto tempo ainda pretende ficar morando em Goiânia?
<u>SOBRE ACIDENTE E SEGURANÇA NO TRABALHO</u>
Em que você estava trabalhando quando sofreu o acidente?
Na ocasião do acidente você era autônomo ou trabalhava para uma empresa?
Quantas horas você trabalha por dia? Qual o período, diurno ou noturno?
Você se lembra a que horas aconteceu o acidente, e qual a hora do dia que você tinha começado a trabalhar no dia do acidente?
Qual é o seu pensamento sobre acidentes de trabalho?
E agora, após o acidente, o que acha sobre acidente de trabalho?
Você se lembra como foi o seu acidente? Se for possível falar um pouco sobre o ocorrido?
Existia algum equipamento de segurança coletivo na obra?
Você estava usando algum equipamento de segurança? Quais?
Com que frequência usava equipamento de segurança?
Quanto tempo durou o processo de recuperação?
O acidente deixou seqüela(s)? Qual(s)?
<u>SOBRE A REINserÇÃO</u>
Quanto tempo você ficou hospitalizado?
Após sua recuperação, você conseguiu outro trabalho? Na mesma empresa? Na mesma função? Qual?
Ou precisou ser encaminhado para um centro reabilitação para voltar a trabalhar? Qual?
Você recebe(u) algum tipo de pensão ou auxílio? Da empresa ou do Estado?
Esse auxílio é (foi) suficiente para a manutenção da sua família?
Hoje, quem é o atual responsável pela manutenção da sua família?
Você sente algum tipo de preconceito após o acidente? Social ou profissional? Ou ambos?
Agora você pode realizar seu trabalho normalmente? Se não, responder às próximas perguntas.
Como se sente por não poder mais realizar seu antigo trabalho?
O seu salário continuou o mesmo, se não, responder à próxima.
Continuou o mesmo? Se diminuir responder à próxima.
Esse salário agora é suficiente para a manutenção da sua família?

Anexo D

24108109



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PROTOCOLO
100/2009

Goiânia, 18 de agosto de 2009

PARECER CONSUBSTANCIADO

I. IDENTIFICAÇÃO:

Título do projeto: “O processo de reinserção no mercado de trabalho dos operários da construção civil.”

Pesquisador Responsável: José Roberto Batista

Pesquisador Participante: Marta Rovey de Souza

Local de realização: Faculdade de Ciências Sociais

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, após análise das adequações solicitadas, **Aprovou**, o projeto acima referido, e o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes.

O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP/UFV, relatórios da pesquisa, encerramento, conclusão (ões) e publicação (ões) de acordo com as recomendações da Resolução 196/96.

Profª Dra Rita Goreti Amaral
Coordenadora do CEP/UFV

APÊNDICES

Apêndice A



Foto 1 - Ferramentas, restos de materiais e abertura no piso.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009-2010.



Foto 2 - Andaime.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 3 - Alambrado.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 4 - Tela danificada tapando abertura no piso.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 5 - Ferramentas e massa de reboco.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 6 - Restos de materiais de construção.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 7 - Retrata o provisório e o improvisado.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 8 - Elevador da Obra.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 9 - Armários dos operários.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 10 - Equipamentos de Proteção – EPI's.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 11 – Prevenção de Acidentes.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.



Foto 12 - Empregos disponíveis.
Fonte: BATISTA, José Roberto, Trabalho de Campo, 2009 – 2010.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)